



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO

Março de 2015 – Fevereiro de 2016

Brasília, fevereiro de 2016.

Sumário

Composição da CDHM.....	7
Equipe da CDHM.....	11
Apresentação	12
2015: CDHM em números	15
Produção legislativa	16
Emendas ao orçamento	17
20 anos de CDHM	19
Diálogo	28
Comissão dialoga com sociedade para definir prioridades	28
Ministérios apresentam suas ações em direitos humanos nos primeiros cem dias de 2015.....	29
Plataforma Dhesca apresenta balanço das Relatorias em Direitos Humanos	32
PFDC presta contas.....	33
CDHM recebe apoio do presidente do STF na luta pelo fortalecimento da pauta de direitos humanos.....	36
Ministra e presidente da CDHM definem cooperação para garantir conquistas sociais.....	36
Conferência da Liderança Global da Paz.....	37
Direitos dos povos e comunidades tradicionais e indígenas	40
Plenária de Parlamentares com a Mobilização Nacional Indígena	40
Diligência a terras indígenas Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul	42

Diligência a áreas indígenas recebe carta histórica de lideranças Guarani-Kaiowá	44
Presidente da CDHM pede providências ao MJ, FUNAI, MEC e STF.....	47
Presidente da CDHM pede ao Advogado-Geral da União revogação de Portaria que prejudica comunidades indígenas.....	49
Ataque de fazendeiros a Guarani-Kaiowá leva novamente Comissão de Direitos Humanos ao Mato Grosso do Sul.....	52
Ministro da Justiça atende CDHM e autoriza Força Nacional no MS	53
<i>Participação na Aty Guasu.....</i>	<i>55</i>
Deputado Pimenta se reúne com ministro Teori Zavascki pedindo garantia às terras indígenas demarcadas.....	56
CDHM reage a assassinato de liderança indígena no MS	57
Quinta diligência ao Mato Grosso do Sul	60
MDS apresenta balanço de ações em segurança alimentar e desenvolvimento dos povos indígenas.....	61
Representantes de comunidades tradicionais realizam vigília depois de audiência da CDHM	62
Presidente da Funai anuncia que vai retomar GTs para demarcar terras indígenas	64
Manifestação da presidência da CDHM quanto à PEC 215.....	66
Diversidade e inclusão	70
Melhorias para as pessoas com deficiência visual no Brasil.....	70
Audiência Pública sobre o Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo	73
CDHM homenageia dez anos do Movimento Orgulho Autista Brasil.....	74
Presidência da CDHM recepciona Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência	76
INCRA atende à CDHM e publica estudo para reconhecimento e regularização da terra quilombola Brejão dos Negros	76
Diligência ao maior lixão da América Latina	77
Comissão defende inclusão do catador de material reciclável como segurado da previdência social.....	80

Marcha das Margaridas traz pauta de projetos ao Congresso Nacional.....	82
Audiência ouve pessoas que deixaram de ser homossexuais.....	84
Comissão realiza diálogo em defesa do respeito entre religiões e da laicidade do Estado.....	88
Em resposta a demanda da CDHM, MEC posiciona-se sobre gênero e orientação sexual nos planos de Educação.....	89
Projeto que penaliza “heterofobia” é tirado de pauta por pedido de vistas.....	91
Mesa de diálogo entre deputados e jovens negros aborda desigualdade étnico-racial.....	92
Marcha das Mulheres Negras.....	94
Ensino de gênero.....	94
Transfobia.....	96
Centros de Referência em Direitos Humanos.....	97
Presidente da CDHM apoia o (L)ocupa Brasília.....	98
Violência.....	99
CDHM se manifesta contra atos de racismo e xenofobia.....	99
Presidente da CDHM vai ao Complexo do Alemão e propõe debate sobre a segurança pública no RJ após mortes de jovens e criança.....	103
Violência da Polícia Militar do Paraná contra professores foi tema de audiência pública com apoio da CDHM em Curitiba.....	105
Violência sexual contra crianças e adolescentes em Cavalcante (GO).....	107
Nova audiência ouve testemunhos de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nos Estados do Pará, Paraíba e Goiás.....	112
CDHM realiza diligência em Campina Grande (PB) sobre violência sexual.....	115
CDHM discute a violência contra a juventude negra no Distrito Federal e região do entorno.....	117

Ministros e especialistas propõem alternativas à redução da maioria penal	120
CDHM debate fortalecimento do SINASE como alternativa à redução da maioria penal.....	123
Parlamentares cobram ação do governo para conter suicídios entre policiais federais	125
Direitos Humanos debate políticas voltadas à assistência médica e psicológica dos profissionais de segurança pública	127
Instalada Subcomissão destinada a acompanhar e apurar violações de direitos humanos tendo como vítimas policiais e cidadãos nas comunidades carentes do Brasil.....	129
Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	129
Campanha pede votação do projeto pelo fim dos autos de resistência	130
CDHM cobra providências contra delegado que prendeu trabalhadora por comer bombom na sede da PF	131
Repúdio à violência policial contra feministas.....	132
Proteção a testemunhas precisa de mais verbas.....	133
Deputados e debatedores divergem sobre uso de força e de arma nas ações policiais.....	135
Debatedores propõem maior divulgação da Convenção de Haia sobre sequestro internacional.....	137
CNJ e Ministério da Justiça fazem balanço do projeto Audiências de Custódia.....	140
CDHM faz diligência ao templo Axé Oyá Bagan de Mãe Baiana, incendiado.....	141
Nota pública sobre bebê indígena degolado em Santa Catarina	143
Presidente da CDHM pede diálogo para evitar "novo Pinheirinho"	144
Registro de casos de ódio cresceu dez vezes entre 2014 e 2015	145
Tragédias.....	147
Famílias das vítimas da boate Kiss criticam impunidade dos responsáveis pela tragédia	147
Tragédia de Mariana	152

Manifestantes contra os impactos da mineração são presos.....	157
Memória.....	158
CDHM debate Comissão criada pela OAB sobre a escravidão negra.....	161
Direitos civis e políticos	163
Comissão de Direitos Humanos promove discussão sobre Reforma Política.....	163
Rádios comunitárias e liberdade de expressão.....	164
Cooperação internacional em direitos humanos.....	166
Comissões intercedem pela libertação do brasileiro preso em greve de fome na Palestina	166
Procurador pede ratificação da Convenção Internacional do Trabalhador Migrante	170
Presidente da CDHM recebe deputados tibetanos.....	172
Comissão pede ao governador do RS prorrogação de isenção do ICMS em compras de arroz pelo governo federal para distribuição humanitária da ONU	175
Presidente da CDHM recebe delegação de Uganda.....	176
Relatora da OEA sobre criança e adolescente recebe subsídios da CDHM	177
Presidente da CDHM recebe representantes do povo curdo.....	178
Outras atividades.....	179

Composição da CDHM

Em 02/12/2015

Presidente: [Paulo Pimenta](#) (PT/RS)

1º Vice-Presidente: [Rosângela Gomes](#) (PRB/RJ)

TITULARES			
 <p>Arnaldo Jordy PPS/PA (Gab. 506-IV)</p>	 <p>Beto Salame PROS/PA (Gab. 473-III)</p>	 <p>Elizeu Dionizio PSDB/MS (Gab. 531-IV)</p>	 <p>Erika Kokay PT/DF (Gab. 203-IV)</p>
 <p>Ezequiel Teixeira PMB/RJ (Gab. 210-IV)</p>	 <p>Flavinho PSB/SP (Gab. 379-III)</p>	 <p>Jair Bolsonaro PP/RJ (Gab. 482-III)</p>	 <p>Janete Capiberibe PSB/AP (Gab. 209-IV)</p>



Keiko Ota
PSB/SP (Gab. 523-IV)



Lindomar Garçon
PMDB/RO (Gab. 548-IV)



Marcelo Aguiar
DEM/SP (Gab. 367-III)



Marcos Rogério
PDT/RO (Gab. 930-IV)



Paulo Pimenta
PT/RS (Gab. 552-IV)



Pr. Marco Feliciano
PSC/SP (Gab. 254-IV)



Ronaldo Nogueira
PTB/RS (Gab. 625-IV)



Rosângela Gomes
PRB/RJ (Gab. 438-IV)



Sóstenes Cavalcante
PSD/RJ (Gab. 560-IV)

SUPLENTES



Bonifácio de Andrada
PSDB/MG (Gab. 208-IV)



Capitão Augusto
PR/SP (Gab. 273-III)



Daniel Coelho
PSDB/PE (Gab. 813-IV)



Delegado Éder Mauro
PSD/PA (Gab. 586-III)



Diego Garcia
PHS/PR (Gab. 745-IV)



Eduardo Bolsonaro
PSC/SP (Gab. 481-III)



Iracema Portella
PP/PI (Gab. 924-IV)



Jean Wyllys
PSOL/RJ (Gab. 646-IV)



Laerte Bessa
PR/DF (Gab. 340-IV)



Luiz Couto
PT/PB (Gab. 442-IV)



Luiza Erundina
PSB/SP (Gab. 620-IV)



Major Olimpio
PMB/SP (Gab. 279-III)



Marcon
PT/RS (Gab. 569-III)



Orlando Silva
PCdoB/SP (Gab. 923-IV)



Pastor Eurico
PSB/PE (Gab. 906-IV)

Equipe da CDHM

Secretário Executivo:

Márcio Marques de Araújo

Secretária Executiva Substituta:

Clotildes Jesus Vasco

Equipe:

Andréia de Andrade Taborda

Camilo Domingues Vanni

Carlos Magno Zuqui Lisboa

Clemilda Souza Neto Pimentel Ferreira

Fernando Bola

Fabricio Ferreira Lima

Fabricio Lazzarini Carbonel

Hideraldo Luiz Caron

Hugo Francisco Gomes dos Santos

Jéssica Dourado da Silva

Luiz Henrique de Oliveira Santos

Marcelo Winch Schmidt

Maria da Consolação Soares

Marina Basso Lacerda

Norma Rejane Eaton

Simone Machado de Mendonça

Sonia Hypolito Lichtsztejn

Taiandre Nunes Cardoso

Tayla Post

Ronilda Vieira Lopes

Apresentação

É com satisfação e sentimento de dever cumprido que apresentamos este balanço de 2015 da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM). Neste relatório, lançado durante a comemoração dos 20 anos da CDHM, em 9 de dezembro, estão relatadas as principais atividades do colegiado no ano legislativo. Foi um período marcado por debates e ações sobre ampla gama de direitos humanos, sem exclusões nem preconceitos, sobre os quais adotamos uma estratégia mais de resistência e preservação de conquistas do que de obtenção de novos avanços, dada a conjuntura adversa no País.

Temas clássicos da agenda dos direitos humanos - desde a defesa dos direitos civis e políticos, o combate à violência e a promoção da cultura de paz, até a defesa de todos os segmentos vulneráveis - estiveram presentes na pauta da Comissão, ao lado de assuntos emergentes, como o apoio à inclusão social de comunidades tradicionais e até mesmo assuntos inéditos na agenda da área, como a situação das pessoas que deixaram de ser gays.

Embora seja uma virtude atender a uma grande diversidade de setores sociais, o mais importante é que, ao nos propor atuar em prol dos direitos humanos, estejamos preparados para priorizar a defesa dos mais fragilizados.

Essa questão de princípio nos levou a destacar a defesa dos povos indígenas em 2015. A atuação vigorosa pelos direitos dos povos originários não foi uma escolha, mas uma exigência imperativa para uma Comissão constituída para promover os Direitos Humanos e defender as Minorias. Afinal, a situação dramática em que esses brasileiros vivem, muitos de forma miserável à beira de estradas que cortam campos agrícolas estabelecidos sobre suas terras tradicionais, sem acesso a serviços públicos e alvos de poderosos interesses, tornou essa prioridade inexorável.

As vidas e os direitos fundamentais ameaçados por conflitos em que são a parte mais frágil fizeram das comunidades indígenas a parte da população que mais demandou nossos esforços. Estivemos em cinco diligências em regiões dos povos Guarani no Mato Grosso do Sul. Intercedemos por esses e outros povos indígenas junto aos poderes da União, recebemos suas representações no Congresso Nacional com a dignidade que eles merecem e demos encaminhamento a todas as solicitações que nos fizeram.

Da parte desta presidência da Comissão, buscamos uma convivência respeitosa entre todos os membros do órgão, adotando como parâmetros a civilidade e o pluralismo, sempre assentados no compromisso inarredável com os direitos humanos.

A CDHM nunca teve uma pauta legislativa muito pesada, até porque o conceito de direitos humanos que informa a distribuição, pelo presidente da Câmara, dos projetos entre as comissões não tem considerado a evolução histórica da área. Por outro lado, proliferam comissões especiais e comissões externas sobre temas clássicos de direitos humanos, não raro motivadas mais pelos holofotes que possam atrair do que pelo compromisso em construir soluções sustentáveis aos problemas.

Entretanto essa tendência não impediu que alguns temas relevantes para os direitos humanos na pauta do Congresso Nacional fossem objeto de atuação qualificada e transparente de membros do colegiado, seja no debate, na articulação e votação de projetos. Exemplo disso foi a votação da PEC 171, que reduz a maioria penal, e a PEC 215, que transfere ao Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas. Realizamos um debate de alto nível, oferecemos argumentos sólidos e assim contribuimos para a melhor compreensão dos aspectos importantes em jogo.

O enfrentamento dos desafios aqui relatados não foi feito isoladamente. Temos a consciência de que não se realizam grandes conquistas sem o somatório de esforços. A atitude da Comissão foi de intensificar a cooperação com outras instituições de Estado, da sociedade civil, de movimentos sociais e de organismos internacionais em prol dos direitos humanos.

Comissão celebra seus 20 anos de atuação

O ano de 2015 marca os 20 anos desde a criação e instalação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Foram duas décadas de contribuição ao processo de construção da identidade da Câmara dos Deputados. A CDHM preencheu um espaço formal de acolhimento pela Casa das demandas difusas por prerrogativas cidadãos e tornou-se polo do debate acerca dessa área temática constitutiva do próprio núcleo do sistema normativo contemporâneo.

O compromisso de um país com os princípios e valores humanos expressa a medida do grau civilizatório de seu povo e serve como referência nas relações internacionais. Portanto, celebrar uma conquista institucional de defesa e promoção dos direitos humanos é manifestar o compromisso com os padrões universais da democracia.

A retrospectiva da CDHM mostra que ela trabalhou efetivamente para um Brasil melhor e um Legislativo mais eficiente na sua interação com a sociedade. Sua contribuição para a inclusão definitiva dos direitos humanos na agenda do País levou a Câmara dos Deputados a conquistar um papel protagonista neste tema, atuando quer como instância decisória, quer como interlocutora com os demais órgãos de Estado, com a sociedade civil e com organismos internacionais.

Entretanto, o caminho percorrido não significou um ciclo encerrado, nem teve uma geografia linear. Conquistar e consolidar direitos são tarefas inacabadas por definição, face aos permanentes riscos de retrocessos e às demandas por contínuos avanços sociais e políticos.

Nestes vinte anos, a CDHM denunciou violações de direitos e buscou reparação às vítimas, realizou mais de 1.000 audiências públicas, seminários, conferências nacionais, entre outros eventos que deram voz a todos os segmentos da sociedade; ajudou a impulsionar a cidadania de segmentos excluídos da população e a construir entendimentos para a convivência democrática,



Presidente da CDHM, Deputado Paulo Pimenta, conversa com criança indígena no Tekohá Tey Jusu (MS). Créditos: Fabrício Carbonel.

contribuiu na educação em valores, direitos e deveres, produziu novas leis, fiscalizou o Poder Executivo de forma construtiva, apontando problemas e contribuindo para encaminhar soluções.

Não seria exagero afirmar que a CDHM é reconhecida hoje como uma das mais efetivas entidades promotoras do diálogo com a sociedade no Brasil. Seja com segmentos vulneráveis, com movimentos sociais populares, cidadãos indignados ou em conflito com o estado; seja ouvindo clamores por justiça e encaminhando demandas não resolvidas em outras entidades, abrindo portas a temas emergentes ainda sem canais específicos de participação – tudo que é humano e social tem encontrado espaço de diálogo na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Deputado Paulo Pimenta

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

2015: CDHM em números

REUNIÕES DELIBERATIVAS – 15

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – 32

SEMINÁRIOS – 02

DILIGÊNCIAS – 10

SUBCOMISSÃO INSTALADA – 01

DEMANDAS ESPECÍFICAS ENCAMINHADAS - 175

Produção legislativa

A CDHM aprovou quatro projetos muito relevantes em 2015.

1. O PL 7.720/2010, do deputado Vicentinho (PT-SP), que inclui o quesito cor/raça em coletas de dados sobre trabalho e emprego e dispõe sobre pesquisa censitária que verifique o percentual de trabalhadores negros no setor público, teve parecer favorável do deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ).

2. O PL 7.103/2014, de autoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e relatado favoravelmente pelo deputado Orlando Silva (PC do B-SP), também modifica o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), para incluir o quesito cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramentos do Sistema de Informação em Saúde do SUS.

3. Já o PL 2.559/2015, da deputada Tia Eron (PRB-BA), estabelece que um mínimo de 40% do Fundo Nacional de Cultura deverá ser empregado em projetos vinculados à cultura e à arte negras, matéria que contou com parecer favorável da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

4. O quarto e último projeto de lei aprovado foi o 7.383/2014, do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), com parecer favorável da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), que tipifica como crime injuriar, ofendendo a dignidade ou o decoro com a utilização de termos referentes à raça, cor, etnia ou origem em estádios, ginásios ou qualquer outro recinto esportivo.



Deputada Rosângela Gomes, 1ª Vice-Presidenta da CDHM e relatora do PL 7.383/2014. Crédito: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

Emendas ao orçamento

As comissões técnicas da Câmara dos Deputados têm a prerrogativa de apresentar, cada uma, quatro emendas coletivas ao Orçamento da União. Essas emendas devem incidir sobre as respectivas áreas temáticas e sobre ações já previstas no projeto de Orçamento da União, encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Estas foram as emendas aprovadas pelo plenário da CDHM, em 20/12/2015:

PROGRAMAS/AÇÕES	EMENDA PROPOSTA PELA CDH
Programa (2064): Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. 1.Ação: Promoção dos direitos humanos. (OBS: Ação abrangente que contempla, entre outros, programas orçamentários como centro de referência, população de rua, educação em dir. humanos, registro civil de nascimento, combate à tortura e combate ao trabalho escravo.)	R\$ 20.000.000,00
Programa (2034): Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo. 2.Ação: Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais.	R\$20.000.000,00

PROGRAMAS/AÇÕES	EMENDA PROPOSTA PELA CDH
Programa (2016): Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência. 3. Ação: Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.	R\$20.000.000,00
Programa (2065): Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. 4. Ação: Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos povos Indígenas Isolados.	R\$200.000.000,00

20 anos de CDHM

Fórum comemorativo dos 20 anos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

9 de dezembro de 2015

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) celebrou seus 20 anos em uma vigília no dia 9 de dezembro, do meio-dia à meia-noite. Foi um ato de resistência, promovido pelo presidente do colegiado, deputado Paulo Pimenta, contra as violações e ameaças que têm partido, inclusive, do legislativo. Estiveram presentes lideranças de povos e comunidades tradicionais, feministas, LGBT, entidades e militantes em protesto ao racismo e à violência policial, defensores do direito à memória, à verdade e à justiça, pela inclusão com diversidade, entre outras bandeiras dos direitos humanos.

Embora tenham sido convidados pela Comissão, muitos militantes tiveram vetada sua entrada na Casa pela polícia legislativa. Das mais de cem lideranças indígenas que compareceram, apenas dez foram admitidas. Depois das 18h o ingresso foi totalmente vedado. Por isso parte do evento realizou-se no estacionamento das dependências da Câmara dos Deputados, a fim de que toda a delegação indígena pudesse participar.



Imagens da comemoração dos 20 anos da CDHM. Logo 20 anos CDHM: Lidiane Soares. Fotos e montagem Fernando Bola.

Programação

12h às 14h – Integração com plenária aberta e exibição de vídeos

14h - Mesa de Abertura

- Deputado Paulo Pimenta, Presidente da CDHM
- Rogério Sottili, Secretário Especial de Direitos Humanos
- Aurélio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão
- Ivana Farina Navarrete, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos
- Erivânia Estrela, Coordenadora do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia
- Pedro Wilson, Secretário Municipal de Direitos Humanos de Direitos Humanos de Goiânia e ex-Presidente da CDHM
- Domingos Dutra, Ex-presidente da CDHM e advogado popular
- Ligia Batista, representante da Anistia Internacional e membro da Marcha das Mulheres Negras
- Carlos Magno, Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT
- Pedro Hartung, Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

15h30 - Lançamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre acesso à terra e à água como direito fundamental

A PEC propõe alterar o artigo 6º da Constituição Federal, que elenca os direitos sociais reconhecidos. Ela é fruto de demandas trazidas por movimentos sociais populares, que concebem a terra e a água como elementos essenciais à vida, e não como mera mercadoria. A proposta estende o direito de acesso a esses bens a setores tradicionais da população, assegurando-lhes a possibilidade de continuarem a viver por seus próprios modos de vida, protegendo-os contra a mercantilização da terra e a pressão do agronegócio.

- Deputado Paulo Pimenta, autor da PEC, Presidente da CDHM
- Deputado Padre João, autor da PEC, Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional
- Ministro Milton Rondó, Coordenador-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores
- Fernando Prioste, advogado da ong Terra de Direitos
- Alexandre Conceição, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

16h15 – A construção histórica dos direitos humanos e a CDHM

Os últimos 20 anos foram marcados pelo acúmulo de conquista em diversas frentes das lutas populares por direitos humanos e pela consolidação da democracia. Nessa trajetória se destacaram os esforços pela preservação da memória histórica e a busca da liberdade de expressão e de comunicação diante do oligopólio da mídia comercial.

- Lurdinha Nunes, coordenadora-geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos
- Eugênia Gonzaga, presidente da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
- José Carlos Torves, diretor da Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj

17h - Apresentação de moção da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de aplauso ao vencedor do Prêmio Nobel da Paz 2015

A moção homenageou o Quarteto de Diálogo Nacional da Tunísia, pelo seu papel decisivo para a paz e a democracia após a revolução de 2011. O Quarteto ganhador do Nobel da Paz foi formado pela Liga Tunisiana de Defesa dos Direitos Humanos (LTDH), União Geral Tunisiana do Trabalho (UGTT), União Tunisiana da Indústria Comércio e Artesanato (Utica) e Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT).

- Deputada Jô Moraes, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
- Sabri Bachtobji, embaixador da Tunísia no Brasil
- Ibrahim Alzeben, embaixador da Palestina no Brasil e decano do Conselho dos Embaixadores Árabes em Brasília
- Thomas Sukuta Bvuma, embaixador do Zimbábue e decano do Conselho dos Embaixadores de Países Africanos em Brasília

17h15 - Ato público em defesa dos direitos dos povos indígenas

O evento foi realizado do lado de fora do Anexo II da Câmara, para onde se deslocaram todos os participantes do Fórum Comemorativo dos 20 anos da CDHM, em razão da proibição da entrada dos indígenas determinada pelo então presidente da Câmara dos Deputados.

- Lideranças indígenas dos povos Munduruku, Xerente, Krahô, Avá-Canoeiro, Kanela, Karajá e Apinajé
- Gilberto Vieira dos Santos, secretário adjunto do Conselho Indigenista Missionário - CIMI
- Fernando de Luiz Brito Vianna, representante da FUNAI
- Deborah Duprat, subprocuradora geral da República, coordenadora da 6ª Câmara
- Darci Frigo, coordenador da ong Plataforma DHESCA

18h15 - O avanço dos movimentos de mulheres e feministas

- Rogéria Peixinho, membro da Coordenação Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras
- Eliana Emetério, representante da ABGLT
- Wilma dos Reis - Marcha Mundial das Mulheres
- Lola Aranovich, blogueira feminista
- Karina Buhr, cantora e compositora feminista
- Luana Almeida, representante da Plataforma DHESCA
- Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara da PGR
- Joluzia Batista, representante do Fórum de Mulheres do DF

Falas de resistência

- Hamilton Pereira, poeta e militante histórico em direitos humanos
- Vinícius Borba, poeta, produtor cultural e militante em direitos humanos
- Rodrigo Pilha, militante de direitos humanos e músico
- Soraia, Cruz Vermelha Brasil
- Patrícia Tomasquim, subsecretária municipal de Direitos Humanos do Rio de Janeiro

20h - Direitos Humanos são universais

- Martinha Clarete Dutra dos Santos, diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação
- José Barroso Filho, Ministro do Superior Tribunal Militar
- Renato Zerbini Ribeiro Leão, vice-presidente do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas – ONU
- Arilson Ventura, membro da Coordenação Nacional de Quilombos – CONAQ
- Elianildo Nascimento, membro do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa e representante da ong Iniciativa das Religiões Unidas

22h - Avanços e ameaças aos direitos humanos

- Karleany Gonçalves, representante do movimento Juventude às RUAS
- Bia Barbosa, da ong. Intervezes
- Várias participações do público

23h - Homenagem ao Deputado Adão Pretto no 70º aniversário de seu nascimento

Falecido em 2009, Adão Pretto foi agricultor, líder do MST e músico amador. Eleito deputado federal pelo PT gaúcho por cinco mandatos, integrou a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e presidiu a Comissão de Legislação Participativa. Hoje empresta seu nome ao plenário 9 da Câmara dos Deputados, local de reunião habitual da CDHM.

- João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- Sônia Hypólito, militante de direitos humanos
- Alexandre Conceição, membro da Coordenação Nacional do MST
- Lurdinha Nunes, coordenadora-geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Falas de participantes

“Tínhamos essa pauta já programada, então eu avalio que deixar a gente de fora foi lamentável, muito desgastante, de uma forma vergonhosa para a Câmara dos Deputados e o Congresso”.

Antônio Apinajé.

“Para os movimentos sociais do campo, terra e água são essenciais para a alegria, a espiritualidade, para a conquista da dignidade e para a reprodução física, social e cultural dos modos tradicionais de vida no campo – o que inclui, também, perspectivas econômicas dos povos do campo”.

Fernando Prioste, advogado da ong Terra de Direitos

“A gente quer que essa PEC 215 seja parada, pois ela está nos prejudicando e está tirando o nosso sossego. Se continuar desse jeito, daqui mais uns anos, não teremos mata mais. Se tiver só plantação de eucalipto, cana, soja, de onde nós vamos tirar o sustento das nossas famílias?”

Liderança do povo Kanela, do Tocantins

"A PEC 215 é uma ameaça significativa e perversa, que tira o poder do governo federal de titular território indígena, território quilombola e a criação de unidade de conservação, trazendo essas responsabilidades para o Congresso Nacional. Se essa PEC for aprovada, dificilmente conseguiremos titular qualquer território no Brasil".

Arilson Ventura, representante da Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ).

"Estamos enfrentando um perigo da quebra da laicidade no Brasil. Existe um conjunto de movimentos e membros do Congresso que reverberam estes movimentos, dizendo representar uma maioria Cristã. Mas vemos atitudes e proposições legislativas desses grupos que não expressam o conjunto do povo cristão, além de atentar contra os direitos humanos e a liberdade religiosa"

Elíanildo Nascimento, membro do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa

"A grande luta que se trava neste Congresso é pela recuperação do poder do sujeito de direitos. É hora de darmos as mãos e aproximarmos as nossas lutas",

Deborah Duprat, Coordenadora da 6ª Câmara da PGR.

"Precisamos garantir que por um lado os meios de comunicação funcionem e que as concessões de rádio e TV ocupem os espaços que são públicos, de forma a promover e garantir os direitos humanos, e não violá-los. O direito da comunicação deve ser reconhecido como um direito fundamental, e isso exige políticas públicas. Não temos por exemplo, nenhum avanço para a universalização da internet no Brasil".

Bia Barbosa, representante do grupo Intervezes.

"Jamais teremos uma sociedade sustentável sem ter o ser humano na centralidade. São as causas que nos dão resiliência para seguir. Quantas vezes cairmos, uma vez mais levantaremos".

José Barroso Filho, Ministro do Superior Tribunal Militar

"Se não fizermos reformas estruturais, não avançaremos em nenhum sentido na melhora dos direitos das mulheres e nos direitos humanos".

Wilma dos Reis, da Marcha Mundial das Mulheres

"Vamos sair às ruas e defender os direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, de todas as minorias, e lutar contra todo o retrocesso e contra os ataques aos nossos povos e movimentos sociais".

Rogéria Peixinho, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras

"A luta pelos Direitos Humanos não é só uma luta pelas minorias, não é uma luta qualquer. É uma luta pela vida, é uma luta pra salvar o planeta, é uma luta pra dar sequência a uma caminhada civilizatória"

João Pedro Stédile, membro da direção nacional do MST

Diálogo

Comissão dialoga com sociedade para definir prioridades

Audiência Pública com a participação de entidades da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos com atuação em direitos humanos debatem uma agenda comum na área a fim de subsidiar a elaboração do plano de trabalho do colegiado.

Data: 25/03/2015

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

Cerca de 100 integrantes de diferentes organizações da sociedade civil participaram de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias no dia 25 de março - a primeira após a designação de seus membros e eleição de sua mesa diretora para 2015. Líderes de 36 entidades representativas da sociedade civil apresentaram avaliações e propostas. Também participaram do encontro a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, e o Secretário de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR, Ronaldo Crispim Sena Barros.

O presidente do colegiado, deputado Paulo Pimenta (PT-RS) ressaltou a diversidade e qualidade das propostas e do debate com os parlamentares. “Ali estavam movimentos sociais e organizações de mulheres, negros, indígenas, LGBT, trabalhadores rurais, associações de advogados (OAB), magistrados, familiares de policiais, trabalhadores rurais sem-terra, associação judaica, contra a tortura, contra o tráfico de pessoas, em defesa dos portadores de síndrome de Down, entre outras. Foram pautados os desafios nos campos do direito ao trabalho decente, da tolerância religiosa, da democratização da comunicação, dos quilombolas, da reforma política democrática, etc. Foi sem dúvida um evento representativo.”

Pimenta chamou a atenção para as manifestações sobre o genocídio da juventude negra, levantado por representantes dos movimentos sociais e pelo Secretário Ronaldo Crispim. Para Pimenta, “é inadiável solucionar esse drama brasileiro”. A deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), Vice-Presidente da CDHM, por sua vez, ponderou sobre a condição dos policiais, reconhecendo que eles têm sido vítimas frequentes da violência, mas muitas vezes abusam de suas prerrogativas, sendo necessária uma visão abrangente de direitos humanos sobre as questões de segurança pública.

A ministra Ideli Salvatti apresentou um panorama dos trabalhos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, reiterando seu compromisso com a defesa dos direitos que são violados numa intersecção de raça, gênero, classe e território. Nesse sentido, ressaltou a importância de políticas afirmativas, como as cotas.

Os representantes apontaram preocupação diante de propostas legislativas e constitucionais que violariam os direitos humanos – como a que tipifica o terrorismo. Mas destacaram pautas positivas, que precisam ser aprovadas para avanço no campo dos direitos humanos. Entre elas, o projeto que delineia o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, a proposta que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista, o PL da Democratização resistência e a proposta de reforma política democrática.



Deputados Paulo Pimenta (PT/RS) e Jean Wyllys (PSOL/RJ) recebem denúncia de violação de direitos humanos. Créditos Antônio Augusto / Câmara dos Deputados

Ministérios apresentam suas ações em direitos humanos nos primeiros cem dias de 2015

Audiência Pública recebe o balanço das pastas responsáveis por temas mais próximos dos direitos humanos. Os 100 dias do atual governo federal foram completados no dia 10 de abril.

Data: 09/04/2015

Expositores : Sra. Aparecida Gonçalves – Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para Mulheres; Sr. Ronaldo Barros - Secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Sr. Carlos Abicalil - Secretário-Executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. Gabriel Sampaio- Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; e Sr. Fábio Meirelles Hardman – Coordenador-

Geral de Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

Representantes de cinco ministérios apresentaram em audiência pública realizada no dia 9 de abril ações em direitos humanos realizadas pelo governo Dilma Rousseff nos cem primeiros dias de seu segundo mandato.

O secretário executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Carlos Abicalil, informou que o ministério em 2015 deu início ao aprimoramento de instrumentos de gestão, mediação e articulação social através de processos de consultas internas e externas. Segundo ele, foram recebidas 592 proposições que servirão de “arsenal” para o planejamento estratégico.



Carlos Abicalil, secretário executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, apresenta balanço das atividades do órgão. Créditos Gabriela Korossy - Câmara dos Deputados

Abicalil destacou ainda o recente lançamento da Ouvidoria Online, sistema para recebimento de denúncias de violações de direitos humanos na Internet. Ainda sobre a rede, o gestor prometeu a criação para este ano de campanhas de conscientização da sociedade quanto à utilização adequada da mídia social, visando a proteção dos direitos humanos. Falou ainda sobre o lançamento do Clique 100, que vai complementar os serviços do Disque 100.

O gestor falou sobre a continuidade do “importante instrumento de mobilização da sociedade civil”, as “Caravanas da Educação em Direitos Humanos”. Este ano já foram visitadas as cidades de Manga (MG), São Francisco (MG), Campina Grande (PB) e Belém (PA). Abicalil explicou que o objetivo é compartilhar saberes, relatar experiências em educação em direitos humanos e divulgá-los, dando visibilidade às entidades e movimentos sociais.

Para este ano, Abicalil informou que o Governo vai produzir um sistema nacional de indicadores em direitos humanos e lançará o Guia de Orientações sobre o Processo unificado de Escolha dos Conselhos Tutelares. Ele ressaltou a importância dos indicadores e citou a questão dos crimes letais que, no Brasil, “tem cor, território e classe social”. Para o gestor, “este é um problema que precisa ser melhor definido e enfrentado, envolvendo ação cooperativa intergovernamental”.

Ronaldo Barros, Secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, destacou o desenvolvimento de ações para a redução do índice de letalidade da juventude negra. Destacou também a expansão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), uma forma de organização e articulação de políticas e serviços destinados a superar desigualdades raciais no país.

Barros afirmou que seu ministério se posiciona como guardião dos chamados “novos direitos” gestados nos governos Lula e Dilma. Entre eles, citou o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.228/10) e a Lei que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e do Ensino Técnico de Nível Médio (Lei 12.711/12).

O gestor falou também sobre a agenda política prioritária defendida junto à Câmara dos Deputados para o quadriênio 2015/18. Em destaque, o PL (4471/12) que dispõe sobre procedimento de instauração de inquérito nos casos em que o emprego da força policial resultar em morte ou lesão corporal grave; a proposta (PL 7764/14), já aprovada na Comissão, que propõe o fim da revista pessoal vexatória em presídios; e a PEC 215/2000, que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas.

Aparecida Gonçalves, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, destacou a criação, em fevereiro, da primeira unidade do projeto “Casa da Mulher Brasileira”, em Campo Grande (MS). Em pouco mais de dois meses, o projeto já permitiu o atendimento a 4.200 mulheres. A segunda unidade está prevista para este mês de abril e será instalada em Brasília.

A Casa da Mulher Brasileira, que consta do programa “Mulher, Viver sem Violência” é uma proposta inovadora no atendimento humanizado às mulheres, com a integração no mesmo espaço de serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres, como por exemplo, acolhimento e triagem, delegacia, defensoria pública e apoio psicossocial. “É um passo do Estado para o reconhecimento do direito de as mulheres viverem sem violência”, disse a gestora.

Aparecida Gonçalves disse também que ainda este ano será introduzido programa para atender mulheres vítimas do tráfico de drogas nas fronteiras secas do país. Ao todo serão dez centros dessa natureza.

Fabio Meirelles, do Ministério da Educação, destacou as 20 metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação para o período de 2014/2024. O gestor apresentou também o aumento do número de pessoas educadas nas comunidades camponesas, indígenas e quilombolas nas últimas gestões governamentais. O mesmo destaque foi dado ao maior acesso à educação aos presos.

Gabriel Sampaio, do Ministério da Justiça, destacou ações do ministério voltadas para a liberdade dos cidadãos e estudos com o objetivo de reduzir a taxa de homicídios no país. Afirmou que o órgão tem posição contrária à redução da maioria penal de jovens.

O presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta, considerou que o evento foi “oportunidade dada ao Governo federal de dar transparência e visibilidade ao que está fazendo em sua gestão de direitos humanos”. Já o deputado Luiz Couto (PT/PB) destacou que “toda ação de Governo deve assumir a perspectiva de direitos humanos”.

Plataforma Dhesca apresenta balanço das Relatorias em Direitos Humanos

Audiência Pública da CDHM recebeu em primeira mão o relatório de mandato (2012/2014) das relatorias em Direitos Humanos da Plataforma Dhesca Brasil (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), organização que tem produzido qualificadas avaliações setoriais acerca dos direitos humanos no país.

27/05/2015

Expositores: Sr. DARCI FRIGO - Coordenador da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil; Sra. MARIA LUISA PEREIRA DE OLIVEIRA - Coordenadora da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil; Sra. ROSANA HERINGER - Ex-Relatora do Direito Humano à Educação; e Dr. AURÉLIO RIOS - Procurador Federal dos Direitos do Cidadão

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias marcou o lançamento, no dia 27 de maio, do Relatório da Plataforma DHESCA no Brasil contendo as Relatorias em Direitos Humanos referentes ao período 2012-2014.

O balanço apresenta estudos sobre cinco áreas temáticas – Direito Humano à Cidade, Direito Humano à Educação, Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva, Direito Humano à Terra, Território e Alimentação e Direito Humano ao Meio Ambiente. O objetivo do trabalho é contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo por fundamento a Constituição Federal, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e as recomendações emanadas pela ONU.

O coordenador da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), Darci Frigo, explicou que o desafio das relatorias é diagnosticar, relatar e recomendar soluções a partir das denúncias acolhidas e da visita aos locais, com o envolvimento de organizações e movimentos sociais, assim como representantes do poder público.

O presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta, explicou que os relatórios da Plataforma DHESCA Brasil têm sido apresentados à Comissão por gozarem de credibilidade pública e qualidade técnica.

Os expositores convidados, além do Sr. Darci Frigo, foram a Sra. Maria Luisa Pereira de Oliveira, coordenadora da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil; a Sra. Rosana Heringer, ex-Relatora do Direito Humano à Educação; e o Dr. Aurélio Rios, procurador federal dos Direitos do Cidadão.



Darci Frigo apresenta balanço das atividades da Plataforma, ao lado do deputado Paulo Pimenta, de Rosane Heringer e de Maria Luisa Pereira de Oliveira. Créditos Gabriela Korossy - Câmara dos Deputados

PFDC presta contas

Audiência Pública para a prestação de contas da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e identificar espaços de atuação colaborativa entre organizações ligadas à defesa e promoção dos direitos humanos.

25/06/2015

Expositores: Dra. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO - Vice-Procuradora-Geral da República; Dr. AURÉLIO VEIGA RIOS - Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Ministro ALEXANDRE PEÑA GHISLENI - Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Sr. BETO VASCONCELOS - Secretário Nacional de Justiça; Sr. GERSON LUÍS BEN - Secretário-Executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. CAMILA KOCH - Secretária-Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; Sra. MELISANDA TRENTIN - Representante da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos - Dhesca/Brasil; e Sra. TATIANA DE MOURA - Representante do Departamento Penitenciário Nacional. Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta



Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Aurélio Rios apresenta as atividades do órgão. Ao lado, Deputada Rosângela Gomes e demais expositores. Créditos Gabriela Korossy - Câmara dos Deputados

Cidãõ, Aurélio Rios, apresentou detalhes sobre a função, objetivos e instrumentos da atuação extrajudicial da PFDC – que envolve o diálogo e atuação colaborativa com organizações da sociedade civil, órgãos governamentais, Ministérios Públicos e organismos internacionais. Entre os temas em destaque, atuações pelo direito à comunicação, direitos dos migrantes, igualdade e não-discriminação:

Com o objetivo de manter um canal permanente de diálogo com a sociedade e o Congresso Nacional, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) realizou na quinta-feira (25/6), na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, a audiência pública de prestação anual de contas.

Este é o terceiro ano em que a PFDC promove a atividade, que visa dar transparência acerca de Audiência PFDC 1sua atuação na defesa dos direitos humanos, além de ampliar o diálogo para a construção de uma agenda cooperativa de trabalho.

Na oportunidade, o procurador federal dos Direitos do

“Esse é um espaço de interlocução indispensável não apenas para a transparência e o Audiência PFDC 2 acolhimento de demandas sociais, mas para o fortalecimento de redes – tão necessárias no atual momento, em que garantias constitucionais estão sendo severamente ameaçadas, como é o caso da proposta de redução da idade penal no Brasil”.

A vice-procuradora geral da República, Ela Wiecko, compôs a mesa de debates destacando que a missão da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão tem suas bases na Constituição Federal, que a alia ao conceito de ombudsman: “embora não haja nenhuma regra acerca da prestação de contas, a PFDC tem estabelecido esse importante canal para alargar a comunicação com a sociedade brasileira”, destacou.

O diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Alexandre Peña Ghisleni, pontuou a parceria realizada com o Itamaraty no que se refere ao cumprimento dos tratados dos quais o Brasil é signatário, apontando a contribuição da PFDC na promoção da institucionalidade da atuação em direitos humanos e seu impacto para uma política de longo prazo na área.

Para o secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, a defesa dos direitos do cidadão é um trabalho que acaba por receber pouca visibilidade, quando comparado a outros tantos realizados pelo Ministério Público Federal: “é uma atuação na perspectiva de proteção do mais frágil, em um trabalho construtivo de diálogo com todos os setores da sociedade”, frisou.

A mesa de debates também contou com a participação de representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa e da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil. Também participaram do diálogo o secretário de Cooperação Internacional do MPF, Vladimir Aras; o coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, José Elaeres; o integrante da 7ª Câmara de Coordenação do MPF, Francisco Sanseverin; o membro do Núcleo de Apoio Operacional à PFDC na 3ª Região Walter Claudius Rothenburg; e os deputados Jean Wyllys, Érika Kokay e Luiz Couto, entre outros.

Na oportunidade, foi apresentado o "Relatório Anual de Atividades PFDC" – que reúne, por área temática, os destaques de atuação em 2014 em áreas como educação, saúde, inclusão de pessoas com deficiência, memória e verdade, igualdade/não-discriminação, previdência social, entre outras.

Demandas sociais – Entre as demandas recebidas pela PFDC durante a audiência de prestação de contas, esteve a participação na construção do chamado Estatuto do Cigano, que estabelece Audiência PFDC 4 diretrizes e políticas públicas para essas populações. Também esteve em foco a elaboração de estratégias de atenção psicossocial a vítimas de violência do

Estado e o incremento dos trabalhos da Comissão sobre Medidas de Segurança – criada pela PFDC em 2009 com o objetivo de elaborar um parecer técnico sobre o tema, disponível no site da PFDC. Foram levadas ainda ao procurador federal dos Direitos do Cidadão solicitações acerca do combate à violência contra a pessoa idosa, além de mecanismos para assegurar a inclusão escolar de crianças com deficiência, entre outros pontos.

CDHM recebe apoio do presidente do STF na luta pelo fortalecimento da pauta de direitos humanos



Presidente da CDHM, Deputado Paulo Pimenta, e Presidente do STF, Ministro Ricardo

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Paulo Pimenta, realizou uma série de visitas institucionais com o objetivo de fortalecer a pauta dos direitos humanos. Pimenta foi recebido inclusive pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski. Durante a reunião, o deputado reforçou ao ministro Lewandowski a importância de aproximar o trabalho da Comissão de Direitos Humanos do Poder Judiciário, notadamente na questão indígena. Ao longo de 2015 foram realizadas várias reuniões, acompanhadas pela CDHM, com outros Ministros do STF para sensibilização sobre a pauta territorial dos povos tradicionais.

Ministra e presidente da CDHM definem cooperação para garantir conquistas sociais

O presidente da CDHM encontrou-se em audiência no dia 19 de outubro com a ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino, para avaliar a agenda das políticas públicas do setor.

O presidente da CDHM colocou-se à disposição para cooperar com a ministra no âmbito parlamentar, para melhorar a qualidade das políticas sociais e para preservar as conquistas em direitos humanos da democracia brasileira.

A ministra Nilma Lino afirmou que se sente motivada a enfrentar o desafio de organizar a estrutura do novo Ministério, buscando ganhos em transversalidade entre as áreas agora integradas, sem perda de espaço para nenhuma delas.

Nilma Lino defendeu também o diálogo com a sociedade no fortalecimento das políticas, lembrando que os programas sociais implantados pelo governo resultaram de processos com participação de movimentos sociais e entidades populares.

Antes de ser nomeada pela presidenta Dilma Rousseff no ato da reforma administrativa, a ministra chefiou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, agora integrada à nova pasta, ao lado das secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres. As três tornaram-se secretarias especiais do novo ministério.

Conferência da Liderança Global da Paz

Evento internacional com participação de três comissões da Câmara, inclusive a CDHM, propôs reflexão sobre O Brasil rumo à transformação nacional, com desenvolvimento e integridade para uma liderança moral e inovadora, com estrutura ética global como fundamento de transformação.

12/11/2015

Expositores: Sr. JAMES FLYNN, Presidente Internacional da Global Peace Foundation; LUIS ALBERTO LACALLE, Ex-Presidente do Uruguai (1990-1995); JAIME PAZ ZAMORA, Ex-Presidente da Bolívia (1989-1993), CARLOS MESA, Ex-Presidente da Bolívia (2003-2005); Sr. GERALD DURLEY, Pastor na Igreja Missionária Batista da Providência em Atlanta/USA; Sr. CARLOS MOURA, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB; Sr. MANUEL FERREIRA, Presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus; Sr. RAFAEL MAGUL, Padre na Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina de Goiânia/GO; NICOLÁS ARDITO BARLETTA, Ex-Presidente do Panamá (1984-1985); VINICIO CEREZO, Ex-Presidente da Guatemala (1986-1991); CRISTOVAM BUARQUE, Senador, membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; TONY DEVINE, Vice-Presidente Internacional da Global Peace Education; LUCIMAR NASCIMENTO, Prefeita de Valparaíso/GO; NELSON MARQUEZELLI - Deputado Federal (PTB/SP), Ouvidor-Geral da Câmara dos Deputados; DANILLO ALARCON - Coordenador do Departamento de Relações Internacionais da PUC/GO; RODRIGO REIS - Fundador do Instituto Global Attitude; e MASSIMO TROMBIN - Ceo da Global Peace Brasil. Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta, CDHM, CE, CREDN E OUVIDORIA

Os debatedores defenderam a ampliação do diálogo com a juventude como alternativa à crise de valores no sistema educacional de países latino-americanos. Para o coordenador do Departamento de Relações Internacionais da PUC-GO, Danillo Alarcon, os jovens redesenham a educação ao disseminar novas tecnologias. "Quando a juventude usa, massivamente e sem volta, as tecnologias de informação, faz uma revolução silenciosa à qual toda a sociedade tem de se adaptar", disse.

"Não podemos mais fazer a educação fechada na sala de aula, a participação de alunos em seminários como este é uma forma de trazê-los para a realidade política", sustentou.

Alarcon afirmou que a ideia é renovar valores e não resgatá-los. "Não queremos voltar a valores antigos, que criaram guetos nocivos, de preconceitos, queremos que a política seja o exercício da tolerância e base real de resolução dos conflitos", afirmou.

Ele disse que os países emergentes começaram a se posicionar sobre o tema com a 1ª Cúpula da Juventude dos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), realizada em julho, na Rússia.

A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) elogiou a iniciativa do seminário e defendeu maior diálogo entre os jovens e as instituições. "A política é o espaço real de convivência da consciência humana, não existe outro, é na política que construímos as normas de convivência."

Crise de valores

Já para o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), a solução para a crise educacional é a retomada dos valores tradicionais. Conforme ele, os regimes democráticos de direita e de esquerda têm se preocupado muito com a ideologia, esquecendo-se da formação do caráter. "Sem uma formação do homem, dificilmente você terá um bom político pela frente", sustentou.

Para Carlos Mesa, que presidiu a Bolívia entre 2003 e 2005, a conta dessa crise de valores não deve ser cobrada apenas dos políticos. "Os políticos corruptos são filhos de nossa sociedade. Para mudar, não basta culpá-los, devemos desconstruir essas ações políticas", disse. Segundo ele, as mudanças devem ser encabeçadas por partidos políticos, sob o risco de se contrapor ao avanço republicano.

Presidente da Bolívia entre 1989 e 1993, Jaime Paz Zamora minimizou os efeitos da crise. “Os jovens devem se sentir privilegiados por viver esse período, pois o conflito se instalou dentro da democracia, e não do militarismo e do golpismo”.

Zamora ressaltou que os níveis de educação, saúde e renda bolivianos melhoraram, a partir do diálogo entre as diversas vertentes políticas do País.

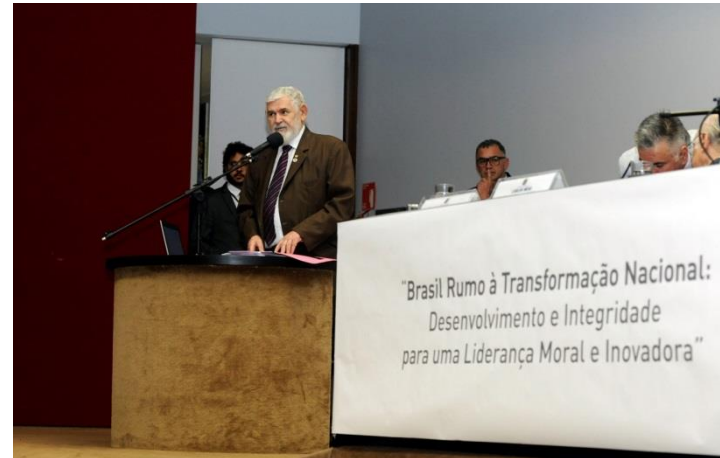
O ex-presidente da Guatemala Vinicio Cerezo (1986-1991), por sua vez, chamou atenção para o recuo da “educação cívica” na América Latina. “Temos de reconstruir o sonho americano, mas não sabemos como defini-lo”, falou.

Segundo ele, é preciso repensar os objetivos nacionais, a exemplo da Alemanha no entre guerras, por intermédio de responsabilidades e deveres (pagamento de impostos, serviços militares, trabalho).

Comparação

O presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG), disse que a troca de experiências durante o seminário vai ser útil para futuros debates na Câmara.

"Estou comparando o que cada um traz de conceitos modernos em relação à educação. No Brasil, precisamos incorporá-los, até porque, se nós conseguimos avançar no acesso à educação, estamos patinando na qualidade, quando comparado com outras nações com grau de desenvolvimento semelhante ao do Brasil", disse o deputado.



Deputado Luiz Couto participa da Conferência. Créditos Luis Macedo / Câmara dos Deputados

Direitos dos povos e comunidades tradicionais e indígenas

Plenária de Parlamentares com a Mobilização Nacional Indígena

16/04/2015

Expositores: Dra. Deborah Duprat - Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF; Sr. Cleber Buzato - Representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Sr. Jaime Siqueira - Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da FUNAI; Sr. Paulino Montejo - Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Sra. Sônia Guajajara - Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Sra. Patrícia Chagas Neves - Coordenadora de Promoção dos Direitos Sociais da FUNAI; e Lideranças de Povos Indígenas.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

O urgente apoio à visibilidade da causa indígena foi pedido recorrente de deputados, representantes indígenas e indigenistas presentes à audiência pública realizada pela Comissão no dia 16 de abril.

Paulino Terena, da Articulação dos Povos Indígenas, disse que no Mato Grosso do Sul os direitos humanos “não existem” para seus pares. “Toda liderança passa a ser perseguida”. “Para nós é importante receber sua visita para conseguir mudar algumas coisas”, afirmou. A região é responsável por mais da metade dos assassinatos indígenas nos últimos 11 anos

A subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, levantou a questão da PEC 215/00 e lembrou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Congresso Nacional pelo decreto Legislativo 143/2004.

A subprocuradora afirmou que o instrumento legal ratificado tem força de Lei e dá aos povos indígenas do país o direito de serem convocados pelos Poderes constituídos para que sejam ouvidos sobre normas que de alguma forma possam lhes afetar. “São inconstitucionais leis editadas sem prévia consulta aos povos indígenas”, afirmou Duprat. A subprocuradora lembrou que na Colômbia recentemente a Suprema Corte anulou lei aprovada pelo Congresso daquele país.

Deborah Duprat lamentou que o auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados não estivesse totalmente tomado por lideranças indígenas, como em eventos semelhantes de anos anteriores. Questionou se o fato não se referia à “dose exagerada de preconceito e hostilidade da segurança” e “à enorme dificuldade dos povos indígenas de ter acesso ao local que lhes é de direito”. A “prática de lobby” deve estar aberta para todos, disse ela. “Boas leis não serão feitas se os interessados não forem ouvidos”, complementou.

A questão do acesso dos indígenas ao Congresso também foi alvo de críticas de Cleber Buzato, do Conselho Missionário Indigenista. Ele disse estar “indignado” pelo “constrangimento e humilhação” enfrentados por cerca de 1500 líderes indígenas convidados a participar de sessão solene nesta quinta-feira.

“A Constituição brasileira garante aos índios manterem seus usos e costumes e é preciso que a segurança tenha noção do fato”. Cleber se referia ao porte do maracá, uma cabaça contendo sementes que os índios agitam e carregam de forma particular. O objeto é instrumento religioso dos índios, que a utilizam para dirigir suas preces e pedidos.

A Proposta de Emenda à Constituição 215 é uma proposta que dá ao Legislativo o direito de apreciar as demarcações de áreas indígenas, da mesma forma com que se aprecia a demarcação de áreas de proteção ambiental. Pela Constituição de 1988, essa atribuição cabe ao Poder Executivo.

Jaime Siqueira, diretor substituto na Funai, é contrário á proposta. Para ele, o Legislativo abriga “muitos interesses contrários aos povos indígenas”. Ele pediu que a demarcação seja mantida com o Poder Executivo, e realizada pela Funai. “Mas não basta a demarcação, é preciso gestão”, afirmou. Ele pediu também o fortalecimento da Funai, que disse estar carente de recursos e servidores, e o combate ao preconceito social contra o índio. “Há uma situação bastante adversa para defender o interesse indígena hoje no país. Há uma visão deturpada e preconceituosa sobre o índio”.

O gestor da Funai destacou ainda que boa parte dos índios presentes ao evento estão em Brasília participando da preparação para a Conferência Nacional da Política Indígena, a ser realizada em novembro.

O deputado Edmilson Rodrigues, do Psol do Pará, criticou a inclusão na pauta da Câmara pelos deputados ruralistas nesta quinta-feira de um pedido de abertura de CPI para apurar fraudes em demarcações de terras indígenas. O evento acabou sendo cancelado. Os líderes indígenas aproveitaram a audiência pública também para relatar problemas que enfrentam nas regiões em que vivem.

Diligência a terras indígenas Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul

Diligência à Cidade de Campo Grande e Dourados, Mato Grosso do Sul

1º etapa



Foto no Tekoha Guaiviry, com indígenas e a Sub-Procuradora Geral da República Déborah Duprat. Créditos: Fernando Bola

Data: 30 e 31 de maio e 1º de junho 2015

Integrantes: Deputados Paulo Pimenta e Zeca do PT e, ainda, os servidores Marcelo Winch Schmidt, Fabrício Lazzarani Cabonel e Fernando Brito

Finalidade: Visitas a acampamentos e terras indígenas Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, com o objetivo de verificar a real situação dos 45 mil Guarani-Kaiowá, que vivem naquela região.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

Para verificar a real situação dos 45 mil Guarani-Kaiowá, que vivem no Mato Grosso do Sul, uma comitiva formada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Funai e do Conselho Indigenista Missionário se reuniu com

representantes de mais de 20 aldeias indígenas. Essa foi a primeira de cinco diligências capitaneadas pelo Deputado Paulo Pimenta ao longo de 2015 ao sul do estado.

Às autoridades, foram relatados os casos de indígenas assassinados por jagunços na região, ameaças de morte a lideranças, omissão das autoridades policiais civis e militares e do Poder Judiciário, e foram feitas reivindicações pela demarcação das terras e melhores condições para saúde, educação e segurança.

Não há como contar a história do Brasil sem dedicar vários capítulos aos povos indígenas do nosso país. Entretanto, a narrativa construída, ao longo dos séculos, não permitiu que os indígenas fossem os autores da sua própria biografia, elaborada, justamente, por aqueles que os enxergam como comunidades pouco civilizadas e, mais recentemente, como obstáculos à ganância infinita do agronegócio.

Nos últimos 11 anos, mais da metade de assassinatos de indígenas no Brasil ocorreram no Mato Grosso do Sul. Diante do quadro de violência, as lideranças clamam por justiça. “Meu povo já tá cansado de esperar. Por que o assassino da nossa liderança não está na cadeia? questionou o cacique da Aldeia Potrero Guassu. Sobre a demarcação ele pediu o cumprimento da Constituição. “O homem branco fez a Constituição e não cumpre o que está escrito nela. Não fomos nós que escrevemos a Constituição”, cobrou.

Os pontos mais críticos de violência são nas áreas de retomada, locais que, originalmente, pertenciam aos indígenas, e de onde eles foram expulsos pelo governo brasileiro entre a década de 1940 e a década de 1970. Enquanto aguardam e lutam pela demarcação de suas terras, os indígenas convivem com a violência e as intimidações dos fazendeiros da região. Em todo estado Mato Grosso do Sul existem 33 áreas de retomada.

A demarcação das terras é o principal paço para o fim da violência. Mas os processos de demarcação são demorados, como no caso da TI Taquara, que desde a década de 1990 tenta retomar os 9.700 hectares que possuíam quando foram expulsos pelo antigo órgão do Governo Federal, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), durante os anos de 1950. O conflito pela retomada acabou com a morte do cacique Guarani-Kaiowá Marco Veron, em 2003. O crime teve como mandante um fazendeiro.

Situação semelhante ocorre na Aldeia Guyraroká, que espera pela demarcação há mais de 16 anos. Cacique Guyraroká, Papito Vilhalba conta que, além da violência, há também problemas no atendimento da saúde da comunidade. “Tudo foi devastado pelos fazendeiros, os rios estão contaminados pelo veneno, prejudicando nossa caça e alimentação. Pra piorar, nossa Aldeia só recebe a visita de um médico a cada 30 dias”, lamenta.

Apesar dos esbulhos que os indígenas sofrem desde a década de 40, o vínculo com suas terras. A partir da Constituição de 1988 as demarcações passaram a acontecer e a injustiça histórica começou a ser reparada. Entretanto, nos últimos anos, decisões judiciais e a Portaria 303 da AGU contribuíram para retrocessos nesse processo. Diante das condições verificadas, todos os assuntos que foram tratados nas reuniões tiveram desdobramentos em Brasília, nem sempre, entretanto, recebendo resposta das autoridades competentes.

Diligência a áreas indígenas recebe carta histórica de lideranças Guarani-Kaiowá

O documento da saga do povo indígena fala da vida, do sofrimento, da resistência e da esperança desses brasileiros.

Carta dos Conselheiros Guarani e Kaiowá da Aty Guasu para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Caro Presidente Paulo Pimenta, nós conselheiros da Aty Guasu, Grande Conselho do povo Guarani e Kaiowá, representando os mais de 45.000 indígenas de nossa etnia no Mato Grosso do Sul, escrevemos este documento para dizer que depositamos em suas mãos e na Comissão de Direitos Humanos uma grande esperança. Que contamos com os senhores como poucos aliados que temos contra todo o abuso e os crimes que o Estado e o próprio Governo vem cometendo contra nosso povo. Esta mesma Esperança temos guardado ao longo de séculos de descaminhos, de beira de estradas, de direitos negados e de terras roubadas.

Desde a invasão de nossos territórios, em 1500 temos enfrentado um desmonte permanente e contínuo de nossos territórios tradicionais. No Mato Grosso do Sul, para que o latifúndio pudesse prosperar, nos jogaram em Reservas apertadas, em reformatórios e campos de concentração indígena quando não mataram e destruíram povos e aldeias inteiras. Hoje nossas demandas de terra não chegam a dois por cento do Estado do Mato Grosso do Sul.

Entre nós Guarani e Kaiowá, em nossas lendas antigas, falamos de homens que se transformam em outros homens, mulheres em outras mulheres ou até humanos que se transformam em animais. Estes seres se transformam no outro, mas continuam sendo os mesmos seres, nas mesmas almas. Assim temos visto as autoridades brasileiras: o terno se transforma na farda, a mesma farda da ditadura militar, a farda se transforma no chapéu e no cinto do fazendeiro e assim seres diferentes que são na política o mesmo ser, esmagam nosso direito. Hoje a caneta de um juiz tem o peso do pau de arara, da arma que nos atira para matar e até mesmo da voz rude do despejo de nossas comunidades pela polícia. Hoje a caneta é igual a espada, é um veneno pra nós.

Sabemos que tudo se parece porque na verdade tudo anda igual ou pelo menos está articulado. Começa pelo Poder Executivo que hoje através da própria presidência paralisou nossas demarcações e tem nos atacado através da AGU e do Ministério da Justiça. Isso fortalece nossos piores inimigos que hoje estão vestidos de parlamentares, mas que continuam sendo latifundiários ou aliados destes. Eles usam da estrutura do Congresso para atacar criminosamente a constituição federal, nossos direitos e os direitos dos povos e grupos que se colocam no caminho da monocultura. Por fim, o Judiciário, com a segunda turma do STF desmontando nossas terras já demarcadas, como Guyraroká, Arroio Korá, Taquara, Sombreiro. Todos estes setores atacam nossos direitos mais sagrados. A terra ancestral que para nós é nossa mãe, nossa benção e o futuro não apenas nosso como de toda a humanidade.

Com isso temos vivido aqui no Mato Grosso do Sul, um cerco permanente de violência. Nós lideranças somos caçados dia e noite e para lutar pelos nossos direitos temos, mesmo que nos mantendo vivos, desistir de nossas vidas. Não podemos ter acesso às cidades, ter tranquilidade, nem pensar em futuro com nossos filhos e família. O número de Guarani e Kaiowa mortos pelos fazendeiros ou pelo Estado permite comparações com tempos de guerra.

O senhor deve ter acompanhado o que aconteceu a nossos parentes Terena em Miranda, mais ao Norte do Estado. Um fazendeiro que sempre ameaça as lideranças deste povo simplesmente disparou contra indígenas que estavam em seu roçado. Um Terena ainda se encontra no hospital com bala em seu corpo. Estes crimes são diários e de sabedoria pública, mas quase em todos os casos nada é feito para proibir tais crimes praticados de maneira aberta e intencional.

Não temos segurança em nossas terras localizadas próximas a fronteira com o Paraguai. A Força Nacional nem ao menos tem conseguido garantir contingente que passe por nossas terras para evitar o ataque dos pistoleiros. Estamos abandonados a nosso próprio destino.

Com isso nosso povo chora, sofre, morre, desaparece. Hoje falam em democracia. Escutamos atentos tanta coisa ser falada

pelo branco, porém o que vocês chamam de democracia para nós tem gosto semelhante ao da colonização e da ditadura, e o gosto em nossas gargantas continua como o de sangue, nosso sangue.

As comissões da verdade têm demonstrado os crimes que o Estado cometeu e comete com nós, mas ainda assim o Estado e o Governo insistem em nos penalizar com “Marco temporal”, “Renitente Esbulho”, “controvérsia possessória jurídica”, pelos crimes que eles cometeram contra os povos indígenas do Brasil. Podemos não entender essas palavras, mas entendemos e denunciemos seu significado. Significam a morte dos povos indígenas do Brasil.

É preciso senhor presidente, que o Governo cumpra com sua responsabilidade e com a Constituição Federal de 1988. Primeiramente reforçando a Funai e efetivando o atual presidente interino, a quem atribuímos nossa confiança, ao cargo efetivo da instituição. Precisamos da Funai fortalecida para que continuem a montagem dos GTs para identificação e estudo de nossas Terras. Ao mesmo tempo precisamos que politicamente estes estudos sejam reativados pelo Executivo.

Veja o caso de Apyka’i. Mais uma vez a comunidade se encontra frente ao despejo. Depois de tanto sofrimento, depois de mais de 12 mortes diretas, famílias inteiras já receberam ordem para serem removidas e sabemos que só sairão mortas de Apyka’i. Por causa da falta de estudo não temos defesa na justiça que possa salvar esta nossa comunidade tradicional da beira da estrada e do extermínio. Com o mesmo destino e sofrimento de Apyka’i, existem muitos outros acampamentos e quase todas as Terras Indígena da região de Dourados.

Para evitar este estado permanente de cercamento e genocídio é preciso também publicar os relatórios dos seis “Pegua” (regiões de estudo), para enfim avançarmos e conquistarmos nosso direito ao acesso a Terra de maneira tranquila. Em muitas outras Terras necessitamos da publicação das Portarias declaratórias que depende do Ministro da Justiça e da homologação da Presidência da República.

Se o Governo cumprir a Constituição e demarcar nossos territórios tradicionais, resolverá a situação de massacre que estamos sofrendo, caso contrário só restará ao nosso povo a luta direta através de nossas retomadas e não recuaremos na luta pela nossa vida, mesmo sabendo que isso significa a morte de milhares de nosso povo.

O pior e mais criminoso dos ataques contra nossos direitos vem hoje do Judiciário. A suspensão das portarias e homologações demarcações de terras indígenas já consolidadas. Esta é uma declaração de Guerra do Estado Brasileiro contra os povos indígenas. Este fato nos faz afirmar que nos, povos indígenas estamos vivendo um dos piores períodos de toda a história.

Na história ficarão as marcas das atitudes dos senhores e de seus governos. Lados que parecem certos agora, ao lado dos grandes senhores do agronegócio serão apontados num futuro como o extermínio dos filhos da terra, da floresta e do Brasil. Nossos rezadores nos dizem isso quando ficam doentes por ver seu povo e o que estão fazendo contra nós.

O Senhor e a Comissão de Direitos Humanos escutaram nosso chamado. Seus olhos enxergaram aqui um povo à beira do genocídio físico e cultural. Somos gratos pela vinda dos senhores, pelo apoio e por isso em esperança lhe pedimos que nos apoiem em derrotar a PEC 215, a PL 1216 e muitos outros ataques abertos a nossos direitos e a Constituição. Que nos apoie também em não deixar os juízes do Supremo desmontar nossas terras já conquistadas com o sangue e a histórias de nosso povo e que por fim nos ajude a fazer o Ministério da Justiça e a Presidenta a cumprir com suas responsabilidades e demarcar nossas terras como manda a Constituição de 1988.

Pedimos que assim como nossos líderes antigos fazem, que o senhor conte nossa história, denuncia nossa situação, ajude a fazer o mundo e o país a entender o que estão fazendo contra nossos povos. Pois devemos por respeito a nossos filhos e velhos e por respeito a este planeta dizer que não morreremos quietos e esquecidos, e que se o governo não cumprir o que deve, retomaremos todos os nossos territórios e morreremos batalhando por nosso direito. Isto não é ameaça presidente, é nosso grito de basta e nosso mais forte apelo.

Nós povos indígenas tomamos ainda uma decisão. Nossos líderes que tombarem e morrerem durante as retomadas não ficarão esquecidos em cemitérios na beira das rodovias ou esquecidos nos fundos de fazendas. Levaremos seus corpos e os enterraremos na explanada dos ministérios para que mesmo dentro das estruturas do poder em Brasília possam ver as cruzes que vemos todos os dias e meditar sobre suas ações e as consequências dos crimes que o Estado e Governo cometem todos os dias.

Presidente da CDHM pede providências ao MJ, FUNAI, MEC e STF

Diante do quadro de violações de direitos humanos constatados após a primeira diligência às terras indígenas no Mato Grosso do Sul, o presidente da CDHM solicitou uma série de providências.

Entregou em mãos ao Ministro da Justiça pedido de informações sobre rondas nas fronteiras, solicitando providências da Polícia Federal em relação às ameaças sofridas pelos indígenas no Mato Grosso do Sul, e sobre a estruturação da FUNAI.

Cabe observar que ao Ministro da Justiça foram feitos vários outros pedidos ao longo do ano: sobre conflitos e assassinato no município de Antônio João; sobre denúncia de tortura praticada contra indígenas na tekohá Mbarakay; sobre despejo em Pyelito Kue; sobre despejo iminente dos indígenas dos tekohás Nhanderu Marangatu e Guaiviry. Aos documentos dirigidos ao Ministro da Justiça, a Superintendência Regional de Polícia Federal do Mato Grosso do Sul respondeu (Ofícios nº 01187 e 01189/2015-GAB/SR/DPF/MS) informando que a Polícia Federal tem empreendido todos os esforços possíveis, que os crimes cuja investigação foi solicitada são objetos de inquérito policial, que seus recursos humanos são insuficientes e que dentre o rol de atribuições da PF não está a mediação de conflitos indígenas.

Solicitou ao Ministro da Educação providências sobre a educação nas áreas de retomada. Em reunião com Renato Janine Ribeiro, o Deputado Paulo Pimenta pediu que garanta educação em todas as áreas indígenas e quilombolas, regularizadas ou não. Pediu também que ele visite a região, junto com equipe técnica do MEC. A providência, entretanto, não ocorreu.



Reunião com Sub-Procuradora geral da República Déborah Duprat e Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro.

Pediu reunião com vários ministros do Supremo Tribunal Federal: Ministro Teori Zavascki, Ministra Cármen Lúcia, Ministro Dias Toffoli, Ministro Celso de Mello. O presidente da CDHM se reuniu com o Ministro Dias Toffoli e Teori Zavaski, falando sobre a importância de que não exista retrocesso nas áreas demarcadas, relatando a ele o que presenciou em sua visita às áreas Guarani Kaiowá. A CDHM acompanhou também reunião com o Ministro Luiz Roberto Barroso.

Escreveu ao Ministro Ricardo Lewandowski, presidente do CNJ, sugerindo que façam uma missão do Mato Grosso do Sul, ao que o Ministro respondeu que já foram realizadas inspeções às regiões de conflito, objeto de minucioso relatório.

Ao Ministério Público Federal solicitou informações sobre a investigação acerca do homicídio de Marcus Veron. Em resposta a PRG disse que três pessoas foram denunciadas, mas nenhuma ainda condenada.

Ao Ministro Pepe Vargas, pediu que envie uma equipe técnica do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos ao local, a fim de avaliar a situação e fazer as devidas inclusões no programa.

Em reunião com o novo presidente da FUNAI, João Pedro Gonçalves da Costa, manifestou preocupação quanto à necessidade de instituição de grupos de trabalho para identificação e delimitação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul; à necessidade de adoção e a divulgação imediata de um cronograma claro e objetivo para a solução dos conflitos em cada terra indígena e à necessidade de construção de alternativas visando a indenizar aqueles que possuem propriedades sobrepostas a terras tradicionais indígenas. Apresentou proposta de fiscalização e controle 40/2015 dos convênios celebrados com a SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena.

Presidente da CDHM pede ao Advogado-Geral da União revogação de Portaria que prejudica comunidades indígenas

Em reunião com o Advogado-Geral da União, Ministro Luís Inácio Adams, no dia 2 de junho, o Presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta, pediu a revogação da Portaria nº 303, da AGU, de 16/07/2012. Esta norma é considerada pelos indígenas um dos obstáculos à garantia de acesso a suas terras tradicionais.

A portaria estende como obrigatórias para os órgãos jurídicos da Administração Pública Federal as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do caso raposa Serra do Sol. Uma das condicionantes veda a ampliação de terra indígena já demarcada.

Considerando que a Constituição não estabelece limites temporais às demarcações, tal condicionante é, além de inconstitucional, causadora de instabilidade a diversas áreas indígenas já consolidadas, agravando conflitos territoriais.

Outras condicionantes ampliam as exceções previstas na Constituição ao direito de usufruto exclusivo dos indígenas sobre suas terras, como o aproveitamento dos recursos hídricos e a lavra das riquezas minerais. Outras preveem que determinados empreendimentos em terras tradicionais podem ser realizados “independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à FUNAI”, o que contraria a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, que tem valor supralegal no Brasil.

O próprio Supremo Tribunal Federal decidiu que as condicionantes estabelecidas para Raposa Serra do Sol “não se estendem, de forma automática, a outros processos em que se discuta matéria similar”.



Presidente da CDHM, Deputado Paulo Pimenta, em reunião com o Ministro-Chefe da AGU, Luís Inácio Adams. Créditos: Luiz Henrique Oliveira.

A Sua Excelência o Senhor

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

Advogado-Geral da União

Este colegiado parlamentar, no exercício de suas atribuições regimentais de receber e investigar violações de direitos humanos, realizou duas diligências a terras indígenas no Mato Grosso do Sul, entre os dias 31 de maio e 2 de junho e 25 e 27 de junho. Considerando as constatações das visitas e os inúmeros relatos de lideranças indígenas sobre a situação desses povos em outras regiões do país, tem-se um quadro preocupante de graves violações de direitos humanos que incluem estupros, envenenamento, desaparecimentos e assassinatos.

A causa principal desse quadro de violações são os conflitos fundiários – que envolvem muitas vezes fazendeiros armados –

e a falta de garantias territoriais aos povos indígenas. Algumas de suas terras tradicionais tiveram seu processo de demarcação iniciado, tendo sido delimitadas; outras já estão declaradas, homologadas ou mesmo regularizadas. Alguns processos de demarcação encontram-se paralisados em razão de decisões judiciais, que tem retroagido mesmo em caso de áreas regularizadas.

Esse cenário de insegurança territorial indígena tem sido severamente agravado pela Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012, dessa Advocacia-geral da União, assinada por Vossa Excelência. Como é de seu conhecimento, o ato normativo determina que devem ser seguidas pelos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Pet. 3.388 – caso raposa Serra do Sol. As condicionantes violam a Constituição e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

A Constituição é expressa em assegurar aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, que se destinam a sua posse permanente. A condicionante que veda a ampliação de terra indígena já demarcada contraria diametralmente a Constituição, que não só não coloca qualquer limite temporal às demarcações, mas também determina que as terras tradicionais sejam demarcadas. Essa condicionante provoca um quadro de instabilidade a diversas áreas já consolidadas, agravando os conflitos territoriais.

Ao direito de usufruto exclusivo dos indígenas sobre suas terras a Constituição prevê apenas duas as exceções: o aproveitamento dos recursos hídricos e a lavra das riquezas minerais. Em ambos os casos, empreendimentos só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas. Dessa forma, violam a Constituição as condicionantes que preveem a instalação de equipamentos públicos e da política de defesa em terras indígenas, que pode se dar, de acordo com o texto, “independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à FUNAI”.

Essas últimas condicionantes não apenas ampliam as exceções previstas pela Constituição, mas também contrariam a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. Essa norma, de hierarquia supralegal, estabelece a necessidade de consulta aos povos interessados cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Os indígenas brasileiros, em decorrência da expansão da fronteira agrícola, sofrem todo tipo de violência, por lutarem pelas terras que tradicionalmente ocupam e com as quais nunca perderam o vínculo. Essas terras são expressamente garantidas pela Constituição. A limitação dessa proteção, contrariando o texto constitucional, é inaceitável em um Estado de Direito.

Além disso, como decidiu o Pleno do STF nos embargos de declaração à Pet. 3.388, a “decisão proferida em ação popular é desprovida de força vinculante, em sentido técnico. Nesses termos, os fundamentos adotados pela Corte não se estendem, de forma automática, a outros processos em que se discuta matéria similar”. Dessa forma, se o próprio STF decidiu que as condicionantes fixadas na Pet 3.388 não se estendem automaticamente a outros casos, tampouco Vossa Excelência poderia fazê-lo. Isso pelos limites que a Suprema Corte deu à própria decisão.

Senhor Advogado-Geral da União, considerando que os efeitos da decisão na Pet. 3.388 não são vinculantes, a afronta à literalidade da Constituição que representam as condicionantes expressas no acórdão, e o conseqüente agravamento dos conflitos territoriais, solicito que Vossa Excelência revogue a Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012.

2 de julho de 2015.

Deputado PAULO PIMENTA

Presidente

Ataque de fazendeiros a Guarani-Kaiowá leva novamente Comissão de Direitos Humanos ao Mato Grosso do Sul

Diligência às regiões de Campo Grande e de Dourados, Mato Grosso do Sul

2º etapa

Data: 24 a 26 de junho 2015

Integrantes: Deputado Paulo Pimenta e os assessores Marcelo Winch Schmidt e Fabrício Lazzarani Cabonel

Finalidade: verificar denúncia de graves conflitos envolvendo indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul, na Fazenda Madama (Terra Indígena Kurusu Amba), no município de Coronel Sapucaia. Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta



Presidente da CDHM em diligência à Kurusu Amba. Créditos: Fabrício Carbonel.

Presidente do colegiado foi ao Mato Grosso do Sul verificar os fatos relacionados ao conflito pela posse de terras indígenas tradicionais. No momento eram duas as áreas indígenas sob conflito mais intenso. Uma, na cidade de Coronel Sapucaia, onde está a comunidade Guarani-Kaiowá do tekoha Kurusu Ambá; a outra, no município de Amambai, local de terras indígenas Guaiviry.

Ministro da Justiça atende CDHM e autoriza Força Nacional no MS

Depois de verificar a gravidade da situação in loco, Pimenta intermediou junto ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a presença da Força Nacional de Segurança Pública para atuar na pacificação do conflito. Ainda na noite de quinta-feira (25/06), o ministro

da Justiça comunicou ao deputado que havia determinado o deslocamento de membros da Força Nacional para as áreas. Em seguida, equipes de segurança pública estaduais e federais, convocadas pelo comandante da missão da Força Nacional, Tenente-Coronel Alexsandro, participaram de uma reunião para definir a estratégia de atuação.

Três indígenas encontravam-se desaparecidas. Paulo Pimenta (PT-RS), confirmou junto à Funai do Mato Grosso do Sul que uma mulher e uma criança de 11 anos, do tekohá Kurusu Ambá, no município de Coronel Sapucaia, foram localizadas no dia seguinte ao conflito e juntaram-se aos demais indígenas. Outra criança indígena, de 10 anos, só foi localizada dias depois.

“Tempos de Retomadas”: Documentário denuncia violência sobre indígenas Guarani e Kaiowá

A CDHM produziu o documentário “Tempos de Retomadas”, que retrata a luta pelas terras tradicionais das comunidades indígenas Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. O vídeo tem direção de Fernando Bola e foi produzido a partir de diligências realizadas pela Comissão em diversos tekohás e acampamentos indígenas no estado.

O deputado Paulo Pimenta (PT/RS), presidente da CDHM, agradeceu o apoio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, assim como o comprometimento da equipe de produção, e ressaltou que o vídeo foi feito “pelos servidores da Comissão, que utilizaram seus próprios equipamentos”.



Cartaz do Documentário Tempos de Retomadas. Créditos: Fernando Bola

Cleber Buzatto, secretário Executivo do Cimi, elogiou a coragem e empenho da Comissão na perspectiva de dar visibilidade à luta do povo Guarani e Kaiowá. “O documentário será um instrumento político importante para alavancar esse processo e reafirmar a resistência do povo. Estamos num contexto, tanto no Congresso como em outras instâncias de poder, em que a força dos setores contrários aos direitos dos povos indígenas se faz representar com uma intensidade muito grande”, disse Buzatto, que demonstrou aos convidados o quadro anti-indígena que se configura por meio do poder Executivo, que decidiu

paralisar os procedimentos demarcatórios de terras indígenas; do Legislativo, que acumula diversos Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição contra os direitos indígenas, como a PEC 215/2000; e o Judiciário, onde decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anularam atos administrativos de demarcação de terras indígenas.

Thiago Garcia, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da presidência, disse que o Estado errou naquela região, “ao titular indevidamente territórios pra terceiros sem levar em consideração a presença dos indígenas. Temos uma incapacidade do

Estado de respeitar a territorialidade diferenciada, entender que o Guarani, ali no seu território, não necessariamente precisa plantar cana ou soja pra que a terra seja produtiva. A terra é produtiva quando garante a sobrevivência física e cultural dos indígenas, quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais”. Em relação à PEC 215/2000, lembrou que a presidente Dilma Rousseff já se manifestou contra a proposta.

Thiago disse ainda que o posicionamento do STF, ao estabelecer o marco temporal, representa uma “dupla negação de direitos. Seriam penalizados primeiro quando foram retirados de seus territórios, ao longo do século XX, e agora, pelo não reconhecimento de sua territorialidade. O marco temporal tem impacto direto em várias das Terras Indígenas do Mato Grosso do Sul. Os Guarani passaram por processos de esbulho de seus territórios, o que é comprovado por documentos e estudos. Temos que lutar contra essa posição”, afirmou. Thiago também citou o Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, promovido pela SDH, que só no Mato Grosso do Sul tem oito lideranças cadastradas. “Ligam constantemente relatando situações de medo e violência. Temos que fortalecer essa rede de proteção junto com Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Força Nacional, para que de fato a gente consiga garantir a vida dessas lideranças”.

Participaram da audiência de lançamento o ex-deputado Gilney Viana, o deputado Luiz Couto (PT-PB), Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), a indígena Daiara Tukano e Tayla Post, representando o movimento estudantil. A CDHM participará e exibirá o documentário na Aty Guasu, Grande Assembleia Guarani-Kaiowá, que começou nessa quarta-feira (15) e segue até domingo (19) no município de Paranhos, Mato Grosso do Sul.

Participação na Aty Guasu

O Documentário “Tempos de Retomadas” foi apresentado também na assembleia geral Aty Guasu, encontro que reuniu, de 15 a 19 de julho, na cidade de Paranhos, diversas lideranças Guarani e Kaiowá do MS. Na oportunidade, lideranças Guarani e Kaiowá entregaram ao deputado Paulo Pimenta documento solicitando “demarcação imediata das terras indígenas conforme previsão na Constituição Federal”; “fortalecimento da Funai e das coordenações regionais”; “revogação das iniciativas legislativas que retiram direitos indígenas”; e “apuração dos assassinatos de indígenas ligados à luta pelo direito ao território e a responsabilização de entidades ligadas ao Agronegócio como milícias que agem de acordo com os interesses dos fazendeiros”.

CDHM visita tekohá ameaçado de despejo

Durante a viagem ao Mato Grosso do Sul, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos visitou também os Guarani e Kaiowá que vivem no tekohá Apyka'í, localizado no município de Dourados. Nos últimos dias, uma ordem judicial de despejo havia sido dada pelo juiz da 1ª Vara Federal de Dourados, Fabio Kaiut Nunes, para retirar os indígenas do local. O deputado Pimenta fez gestões junto a autoridades para evitar que o despejo fosse efetivado. Por documento oficial o presidente da CDHM ponderou, perante o juiz Fábio Kaiut Nunes, responsável pela execução da reintegração de posse da área em que esses indígenas estão em favor do fazendeiro, a dimensão social do conflito e a evidência de que se trata de terra tradicional indígena.

Perseguição a indígenas, Funai e Cimi

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos também mostrou preocupação com ações de grupos econômicos locais que buscam perseguir os Guarani e Kaiowá, a Funai e o Conselho Indigenista Missionário. Aos Guarani e Kaiowá, o deputado Pimenta entregou um relatório com todas as iniciativas tomadas junto às autoridades federais, em Brasília. “Todos os documentos que foram entregues para a Comissão de Direitos Humanos tiveram encaminhamentos. Estamos somando todos os esforços em defesa dos Guarani e Kaiowá e a conquista das demarcações”, afirmou Pimenta.

Deputado Pimenta se reúne com ministro Teori Zavascki pedindo garantia às terras indígenas demarcadas

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) foi recebido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavasckino dia 20 de agosto. Durante o encontro, o parlamentar demonstrou preocupação com o entendimento que a Suprema Corte brasileira tem tido sobre os processos de demarcação das terras indígenas.



Reunião do Presidente da CDHM com o Ministro Teori Zavaski, membro do Supremo Tribunal Federal. Créditos: Fabício Carbonel

Pela tese do “marco temporal”, adotada pelo Supremo, os indígenas só teriam direito às terras efetivamente ocupadas na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Essa interpretação abre brecha para uma série de questionamentos judiciais, com o objetivo de arrastar os processos demarcatórios de terras indígenas, casos como da TI Sombreiro, dos Guarani-Ñhandeva, e TI Limão Verde, dos Terena, ambas localizadas no Mato Grosso do Sul. Enquanto aguardam os processos demarcatórios, muitas lideranças indígenas, em todo o Brasil, já foram assassinadas por grandes proprietários de terras.

CDHM reage a assassinato de liderança indígena no MS

A CDHM, por intermédio de autoridades locais, de indígenas e da sociedade civil, acompanhou o agravamento do conflito entre produtores rurais e indígenas no município de Antônio João/MS. A presidência do colegiado intermediou pedidos de providências junto ao Ministério da Justiça, dentro de suas competências, no sentido de impedir a evolução do conflito, por meio da atuação da Força Nacional de Segurança Pública no local do então iminente confronto. Mesmo assim, no dia 29 de agosto a liderança Guarani-Kaiowá Simião Vilhalva, na Terra Indígena Ñande Rú Marangatú, foi assassinada.

O local onde foi assassinado Simião Vilhalva é considerado pelos Guarani-Kaiowá território sagrado. Ali também foram mortos Marçal de Souza Tupã'i, em 25 de novembro de 1983, Dorvalino Rocha, em 24 de dezembro de 2005 - ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos do decreto de homologação desta terra indígena. Enquanto o processo está

suspensão por ação do ministro Gilmar Mendes há dez anos, cerca de mil pessoas da comunidade indígena sobrevivem em acampamentos em condições extremamente precárias.

Em 2005, o ex-presidente Lula homologou a demarcação das terras Nãnde Ru Marangatu. Entretanto, o então ministro do STF Nelson Jobim suspendeu os efeitos do decreto presidencial. Passados mais de 10 anos, até agora o STF não decidiu sobre o caso. Os indígenas criticam a lentidão do STF, que, segundo eles, agrava a situação de conflito, e tem como saldo inúmeras mortes de lideranças indígenas.

Atos repudiam assassinato de líder indígena e exigem homologações de áreas pelo STF



Protesto pelo assassinato do indígena Semião Vilhalva.

Com apoio da Presidência da CDHM, entidades indígenas e da sociedade civil realizam, no dia 1º de setembro, atos públicos para denunciar o assassinato do líder Simião Vilhalva, ocorrido no dia 29 de agosto, na Terra Indígena Nãnde Rú Marangatú, em Antonio João-MS e em protesto contra a paralisação de processos de demarcação e homologação das terras tradicionais dos povos Guarani-Kaiowá.

O deputado Paulo Pimenta participou ao lado dos Guarani e Kaiowá do “enterro simbólico” do indígena Semião Vilhalva. O protesto partiu da Catedral e terminou em frente ao Supremo Tribunal Federal.

As entidades indígenas e indigenistas alertaram para a situação crítica na região. Segundo foi relatado, há uma concentração de forças paramilitares mobilizadas por fazendeiros, que incitam o ódio contra os indígenas. Essas ações se acentuaram desde que os Guarani-Kaiowá retomaram áreas em que os processos que reconhecem se tratar de área indígena foram paralisados no STF.

NOTA PÚBLICA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias apoia protesto dos povos indígenas

Ao longo dos últimos dias, as autoridades competentes do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal, do Poder Executivo Federal e Estadual, foram alertadas sobre o conflito desigual entre indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul fortemente armados, que acabou resultando em mais uma morte anunciada – a do líder Guarani-Kaiowá Simião Vilhalva, ocorrido no dia 29 de agosto, na Terra Indígena Nãnde Rú Marangatú.

Infelizmente, mesmo com os apelos das lideranças indígenas, das organizações e entidades que apoiam a causa indígena, estamos diante de uma nova tragédia.

A Constituição federal de 1988 estabeleceu um prazo de cinco anos para que as demarcações estivessem concluídas. Até hoje esse processo não foi concluído.

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, acompanhei toda a manifestação realizada hoje em Brasília, e que contou com a presença de professores e professoras indígenas dos povos Guarani e Kaiowa, Terena, Munduruku, Baré, Kambeba e Baniwa. Os representantes indígenas protestavam pela morte de Semião e pelas manobras que impedem no STF a posse da comunidade indígena de sua terra tradicional, homologada há dez anos.

Emprestamos nossa voz como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em apoio aos Guarani e Kaiowa e todas as comunidades indígenas que no Brasil lutam pelas demarcação do que ainda resta de seus territórios ancestrais.

É importante denunciar à sociedade brasileira e ao mundo que a perseguição aos povos indígenas e às entidades que atuam na defesa dos direitos humanos se intensifica e a violência se multiplica na medida da omissão das autoridades.

Brasília, 1º de setembro de 2015.

Deputado Paulo Pimenta

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Assassinato de indígena e ataques a Guarani e Kaiowá levam Presidente da Comissão de Direitos Humanos e ministro da Justiça ao Mato Grosso do Sul

Dias após o assassinato o Presidente da CDHM, Paulo Pimenta (PT-RS), viajou junto ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para Campo Grande. Foi firmado um pacto de paz na presença também do Diretor da Polícia Federal e de autoridades locais.

Na semana passada, o deputado Pimenta esteve em Campo Grande com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para estabelecer um acordo entre indígenas e ruralistas para o fim dos ataques, como condição para que os processos de demarcação e indenizações territoriais fossem acelerados no Poder Executivo.

Um dia após o pacto, porém, novo conflito entre indígenas e fazendeiros começou na tekoha Guyra Kambi'y, entre Douradina e Itaporã.

Quinta diligência ao Mato Grosso do Sul

Após o assassinato de Seminão Vilhalva e o recrudescimento dos conflitos, o presidente da CDHM foi chamado por lideranças indígenas mais uma vez para contribuir no restabelecimento do diálogo e descartar qualquer ação pelo uso da força.

Em reunião com lideranças do Tekohá Guyra Kamby'i, no município de Douradina, Pimenta pediu que os indígenas dessem um voto de confiança às autoridades, que estão mobilizadas e trabalhando pra garantir a segurança das áreas que envolvem disputas por terras. Indígenas do Tekohá Guyra Kamby'i temiam pela segurança, após ofensiva contra eles em 3 de setembro. De acordo com o cacique Ezequiel, ruralistas atacaram à noite em camionetes com sistema de giroflex, fato que confundiu os Guarani e Kaiowá. "Achávamos que fosse o pessoal da segurança. Quando saímos, fomos alvejados. Os produtores não usavam rojão pra assustar, usava balas pra matar a vida da nossa comunidade", recordou.

Pimenta foi também ao município de Antônio João para se reunir com os Guarani e Kaiowá do Tekohá Ñande Ru Marangatu, onde o indígena Semião Vilhalva havia sido assassinado.

MDS apresenta balanço de ações em segurança alimentar e desenvolvimento dos povos indígenas

Audiência Pública para apresentação do balanço das ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas

23/09/2015

Expositores: Sr. JUAN FELIPE NEGRET SCALIA, Coordenador Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Sra. HÉTEL LEEPKALN DOS SANTOS, Coordenadora Geral da Coordenação de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

A CDHM realizou no dia 23 de setembro audiência pública para apresentação e discussão de balanço do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de ações para a promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS), autor do requerimento da audiência pública, explicou que “as comunidades indígenas expulsas de suas áreas tradicionais ou confinadas em espaços insuficientes estão entre os setores mais vulneráveis da população. Em função disso, cabe ao poder Executivo garantir segurança alimentar e promover o desenvolvimento sustentável desses povos e a nós do Legislativo cabe cobrar a execução dessas ações”.

Segundo a Funai, a população indígena no Brasil é de aproximadamente 460 mil índios, distribuídos em 225 sociedades, o que representa 0,25% da população brasileira. Também há estimativas de que existam 190 mil indígenas vivendo fora de suas terras tradicionais.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), coordena vários programas de promoção de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável que abrange os povos indígenas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cisternas e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Representantes de comunidades tradicionais realizam vigília depois de audiência da CDHM

Audiência pública para avaliar a ação de milícias armadas a serviço de proprietários rurais contra trabalhadores, quilombolas e indígenas, no contexto dos conflitos fundiários.

05/10/2015

Dra. DEBORAH DUPRAT - Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Sr. THIAGO VALENTIM PINTO ANDRADE - Coordenador Nacional da Comissão Pastoral da Terra; Sr. CLAUDIO BRAGA RODRIGUES, representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Sr. CLAUDINEI LÚCIO SOARES DOS SANTOS - Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; Dr. PATRICK MARIANO - Representante da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares -RENAP; Sr. CLÉBER BUZATTO - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Sr. DENILDO RODRIGUES DE MORAES - Representante de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Sr. ANTÔNIO NONATO DOS SANTOS VIANA - Representante do Movimento de Quilombolas do Maranhão (Moquibom); Sra. ORMEZITA PAULO, Representante do Conselho Pastoral dos Pescadores e da Articulação das Pastorais do Campo; Sra. ELIETE PARAGUASSU DA CONCEIÇÃO - Representante dos Pescadores e Pescadoras Artesanais; Sr. HILÁRIO FRANCO XAKRIABÁ - Representante da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais; Sr. DANIEL VASQUES - Representante do povo Guarani e Kaiowá.

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Couto

No dia em que a Constituição Cidadã completou 27 anos, representantes de comunidades indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros povos tradicionais, participaram de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) sobre a ação de milícias armadas a serviço de proprietários rurais. Em seguida, permaneceram em vigília no plenário 1 da Câmara até 7h da manhã para protestar contra tentativas de retrocessos em seus direitos consagrados na Constituição, como a PEC 215 e o Código da Mineração.

Eles exigiam ser ouvidos pela direção da Casa e reivindicavam a retirada de pauta da PEC 215, que transfere da Funai para o Congresso decisões sobre demarcação de terras indígenas, e o Código da Mineração, PL 37/2011, que abre terras indígenas para a mineração. Também querem ser considerados na definição de pautas e repudiaram os diversos projetos em tramitação que reduzem direitos das comunidades tradicionais.

O presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta (PT-RS) propôs que uma nova audiência pública fosse realizada no decorrer da noite até às 7h. O grupo sairia então do plenário 1 e uma comissão representativa seria recebida pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). As lideranças dos diferentes grupos aceitaram a proposta, mas os diretores do Departamento de Polícia Legislativa transmitiram a recusa de Eduardo Cunha, que ordenou que fossem desligados o ar condicionado, as luzes e os microfones do plenário.

Mesmo assim a reunião informal, que havia começado por volta das 19h, continuou, presidida pelo deputado Pimenta. Foram contadas histórias de sofrimento, de exclusão social e mortes de lideranças populares a mando de grupos econômicos interessados nos territórios dessas comunidades tradicionais.

Alguns expositores da audiência pública da CDHM também permaneceram no local, como a Sub-Procuradora Geral da República Deborah Duprat, e representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap).

Havia lideranças de 15 estados, representando vários povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, marisqueiras, apanhadoras de flores, "geraizeiros", quebradoras de coco, vazanteiras e raizeiros.



O Plenário 01 da Câmara dos Deputados com as luzes apagadas durante a vigília dos povos tradicionais e o ato que ocorreu após o término da manifestação. Créditos da montagem: Blog Luiz Nassif. Créditos das fotos desconhecidos.

O presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), lembrou que vários direitos garantidos pela Constituição de 1988 jamais saíram do papel. Ele acrescentou que os índios perderam ainda várias outras conquistas e que a vigília teve o objetivo de chamar a atenção da sociedade brasileira e do Parlamento para essas questões.

"Foi uma vigília cívica, organizada, disciplinada. As lideranças assumiram o compromisso de que, às 7 horas da manhã, deixariam o espaço da Câmara e cumpriram integralmente", avaliou o deputado Paulo Pimenta no ato de encerramento da vigília.

Presidente da Funai anuncia que vai retomar GTs para demarcar terras indígenas

Audiência pública para debater medidas para a resolução dos conflitos entre indígenas e proprietários de terras decorrentes dos processos de demarcação e homologação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

07/10/2015

Sr. JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA - Presidente da Fundação Nacional do Índio; Sra. DEBORAH DUPRAT - Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Sra. VALDELICE VERON - Membro de Liderança Indígena Guarani Kaiowá; Sr. NATANAEL VILHARVA CÁCERES - Membro de Liderança Indígena Guarani Kaiowá; Sr. GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS – Representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI. Sra. ALDA FREIRE DE CARVALHO – Representante da CNA. Requerimento de autoria da Deputada Rosângela Gomes

Em audiência pública realizada no dia 7 de outubro o presidente da Funai, João Pedro Gonçalves da Costa, anunciou que vai reativar os Grupos de Trabalho (GT) do órgão para demarcar terras indígenas, com destaque para as do povo Guarani-Kaiowá, no MS. O trabalho dos GTs tinha sido interrompido em razão de pressões e ameaças ao trabalho dos técnicos da Fundação Nacional do Índio.



Parlamentares, lideranças indígenas, Presidente da FUNAI, Subprocuradora-geral da República e artistas participam de audiência pública da CDHM.

O evento foi realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para buscar propostas de solução dos conflitos entre indígenas e produtores rurais, atendendo ao requerimento 127/15, da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ).

A subprocuradora geral da República Deborah Duprat, coordenadora da Sexta Câmara da PGR, alertou para a ilegalidade na ação de empresas de segurança privada envolvidas em atos de violência contra indígenas. Além de não observar as restrições legais, tais empresas cometem violações e abusos que devem ser investigados.

De acordo com dados da violência no campo sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos últimos 10 anos, povos indígenas e comunidades tradicionais enfrentaram 5.771 conflitos; 4.568 pessoas foram vítimas de violência; 1.064 sofreram ameaças de morte; 178 sofreram tentativas de assassinato e 98

foram assassinadas. A região onde a violência contra os indígenas é mais grave é no Estado do Mato Grosso do Sul.

Comissão também convidou governador do MS e representante do agronegócio

O deputado Paulo Pimenta esclareceu que também convidou o governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja; e o presidente da Famasul, que representa o agronegócio do Estado, Maurício Saito, mas ambos deixaram de comparecer.

A líder Guarani-Kaiowá Valdelice Veron afirmou, na ocasião, que “nós não somos sem-terra. Nós temos nossa terra e por isso estamos retomando-a. Nós não vamos recuar, não vamos sair de nossas terras tradicionais”.

Natanael Vilharva Cáceres, também líder indígena Guarani, pediu “que a Funai faça seu trabalho de demarcação até que o trabalho seja concluído”.

Participaram como expositores, ainda, Alda Carvalho, representante da Confederação Nacional da Agricultura, e Gilberto Vieira dos Santos, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

Em resposta à sugestão do presidente da Funai de que o Judiciário seja procurado para contribuir na busca de soluções para conter as mortes de lideranças indígenas e sua exclusão da terra, o presidente da CDHM informou que já havia mantido reuniões com o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, e outros ministros do Supremo, tentando sensibilizá-los para a necessidade de decidir sobre ações pendentes para pacificar as áreas indígenas.

Os atores Caio Blat, Fabio Vilhena e a produtora Maria Clara Fernandes marcaram presença na audiência pública, e fizeram breves intervenções em defesa da causa indígena.

Manifestação da presidência da CDHM quanto à PEC 215



Deputada Erika Kokay, Cacique Raony, Deputado Paulo Pimenta e Deputado Wadih Damous em manifestação na Câmara dos Deputados contra a PEC 215. Créditos: Fabrício Carbonel.

NOTA PÚBLICA

É preocupante a aprovação, por comissão especial nessa semana, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. O projeto retrocede na demarcação de territórios tradicionais indígenas e quilombolas e, por isso, é uma ameaça aos direitos humanos.

A Constituição assegura aos indígenas direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Essa garantia é uma cláusula pétrea, contra a qual se insurge a PEC 215. Pela proposta as demarcações serão feitas pelo Legislativo e não mais pelo Executivo, como é hoje. Na prática a PEC abole futuras demarcações, em razão da substituição da análise técnica por juízo político, em uma lógica congressual em que impera quem tem mais poder.

Os indígenas são uma minoria na sociedade e não são sequer representados no parlamento. O paliativo inserido pelo relator, de criar uma vaga para um deputado indígena – uma em 513! – não resolve, sequer ameniza, a sub-representação desses povos. Mas a democracia não se reduz à vontade das majorias e muito menos prevalência do poder de grupos econômicos. Democracia é também respeito às minorias, e a PEC 215 viola esse princípio universal de direitos humanos.

A PEC 215 permite ainda a instalação, em terras indígenas, de redes de comunicação, rodovias, hidrovias e outras edificações de serviços públicos. Prevê possibilidade de partilha, permuta e arrendamento dessas áreas. Além do impacto ambiental catastrófico que isso representará, a proposta trata a terra indígena como uma propriedade rural.

A diferença básica entre um pedaço de terra qualquer e a terra indígena é a tradicionalidade: o modo de ser associado a um lugar específico, o sentido de permanência, de continuidade etnográfica. A Constituição abriga esse conceito ao definir terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como “as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Esses direitos originários dos indígenas às suas terras, reconhecidos pela Constituição, não podem ser retirados por uma PEC, sob pena de violação de cláusula pétrea e de um retrocesso civilizacional.

Outro ponto problemático do texto aprovado anteontem é a autorização de que as forças militares e policiais atuem em terras indígenas independentemente de consulta às respectivas comunidades. Isso contraria a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, da qual o Brasil é signatário. Essa norma, de hierarquia supralegal, estabelece a necessidade de consulta aos povos interessados sobre qualquer medida que possa afetá-los. A violação desse e de outros tratados podem levar à responsabilização internacional do Brasil.

Há ainda na PEC vedação de que seja ampliada terra indígena já demarcada e disposição segundo a qual as demarcações só podem ocorrer em terras ocupadas pelos indígenas em outubro de 1988 – requisito que o substitutivo aprovado estendeu aos remanescentes de quilombos. A questão é que nem todos os indígenas e quilombolas estavam

sobre suas terras quando a Constituição foi promulgada. Isso porque esses povos, não em tempos remotos, mas ainda no século XX, sofreram uma política de expulsão. O esbulho recente dos indígenas, praticado por particulares e pelo Estado brasileiro, por meio do confinamento, da tortura e morte, é atestado por diversos documentos fidedignos -- o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, pesquisas historiográficas, laudos antropológicos, o Relatório Figueiredo e o registro do testemunho desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias em sucessivos relatórios.

Como presidente deste Colegiado da Câmara dos Deputados, participei pessoalmente de cinco missões oficiais a terras indígenas no Mato Grosso do Sul, palco maior de conflitos do gênero na atualidade. Lá entendi que o vínculo originário e existencial dos indígenas com suas terras tradicionais não foi apagado nem atenuado pelo esbulho que sofreram nas últimas décadas; e que tampouco será apagado por alguma decisão judicial ou emenda à constituição.

Mesmo depois da recente, persistente e violenta expulsão de suas terras, algumas comunidades indígenas, com a Constituição de 1988, conseguiram fazer com que o Estado brasileiro avançasse no processo demarcatório. Mas esse avanço no pagamento da dívida histórica com os povos indígenas sofre novo retrocesso, em parte encampado por decisões judiciais, em parte pela inércia do Executivo, em parte pelo Congresso Nacional. Por isso a PEC 215 só aumentará os conflitos, que já são gravíssimos – dezenas de assassinatos por ano, muitas vezes praticados por milícias armadas contratadas por fazendeiros.

A Proposta de Emenda à Constituição 215 impossibilita na prática futuras demarcações e abre caminho para o retrocesso em áreas já reconhecidas como tradicionais. Sua eventual aprovação significaria mais um paço para o extermínio de indígenas enquanto tais em pleno Século XXI.

Mas os interesses de um grupo econômico não podem prevalecer sobre a vida e a diversidade humanas. A preservação dos povos indígenas é um imperativo ético. Por isso eu e a bancada de deputados que defende os direitos humanos trabalharemos para que a proposta seja derrubada em plenário.

Brasília, 29 de outubro de 2015.

Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

Sexta diligência ao Mato Grosso do Sul

No período de 19 a 21 de janeiro de 2016 o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Paulo Pimenta (PT-RS), esteve em nova missão a acampamentos Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. O motivo do retorno ao estado foram os ataques de ruralistas aos indígenas em retomada na terra indígena (TI) Taquara, no município de Juti, que havia ocorrido entre os dias 16 e 17 de janeiro. Em visita à área, foi acompanhado de representantes do Ministério Público Federal e da FUNAI.



Comitiva da CDHM, MPF e FUNAI é recebida por indígenas na Tekohá Takuara. Créditos: Fabrício Carbonel.

O processo demarcatório está suspenso por decisão da Justiça. Os indígenas encontram-se confinados em parte do território declarado, e reivindicam a posse definitiva de toda a terra considerada tradicional. Eles se mostram inconformados também com a possibilidade de envenenamento ainda maior das nascentes de água pela atividade agrícola, sobretudo em decorrência do cultivo da cana, que está substituindo gradualmente a monocultura da soja. Por essas razões realizaram retomada de uma pequena faixa à beira da lavoura. Os indígenas denunciaram que foram ameaçados de morte por homens armados, que teriam ligação com os proprietários da fazenda Brasília do Sul, localizada dentro de área indígena declarada. Além das ameaças com armas de fogo, seriam vítimas do envenenamento direto, com a pulverização de agrotóxicos sobre seu acampamento.

A comitiva reuniu-se também com indígenas do Tekohá Tey Jusu, no município de Caarapó. Uma decisão judicial previa o despejo dessa comunidade para o último dia 20. Entretanto, o despejo não foi realizado por decisão do Supremo Tribunal Federal. Os indígenas dessa área também denunciam a violência por parte de fazendeiros, consistente em envenenamento – pulverização direta de agrotóxicos sobre os acampamentos indígenas – e destruição de pequenos roçados.

O Presidente da CDHM afirma que recebeu com preocupação o alerta sobre a possibilidade de novos ataques por parte de jagunços, que seriam apoiados pelo Departamento de Operações de Fronteira da Polícia Militar do estado. Ele reiterou o pedido de que o Ministério da Justiça providenciasse proteção dos envolvidos, inclusive porque há a presença de muitas crianças e mulheres nas retomadas, e de que os crimes narrados sejam investigados. Pediu também que todos os esforços sejam empreendidos pela continuidade dos processos de demarcação. A instabilidade fundiária é a que está na origem de todos os demais conflitos.

Como em todas as missões realizadas pelo colegiado entre 2015 e 2016 a terras indígenas no mato Grosso do Sul, a Polícia Rodoviária Federal, coerente com sua tradição de defesa dos direitos humanos, prestou todo apoio logístico de transporte e segurança para que a atividade tenha podido de realizar.

Diversidade e inclusão

Melhorias para as pessoas com deficiência visual no Brasil

Audiência Pública para debater melhorias para as pessoas com deficiência visual no Brasil.

29/04/2015

Expositores: Sr. Mauro Humberto Elias – Diretor-Presidente do Instituto de Cegos do Brasil Central (ICBC); Sr. Ademir Ramos da Silva Filho - Presidente da Fundação Dorina Nowill para Cegos; Sra. Martinha Clarete Dutra dos Santos - Diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação; e Sr. Flávio Henrique de Souza - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos.

Requerimento de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante

“A igualdade da pessoa com deficiência visual depende da identificação e eliminação de barreiras”. Reflexões como essa, dita pela diretora de políticas de educação especial do Ministério da Educação, Martinha dos Santos, pontuaram a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias que teve o objetivo de debater melhorias em políticas públicas destinadas à inclusão de pessoas com deficiência visual a partir de experiências relatadas por quem tem a limitação ou por representantes de entidades.

A representante do Ministério da Educação disse que o órgão não busca espaço especial para a condição de deficiência. “Partimos do pressuposto de que todas as pessoas são igualmente capazes e queremos partilhar dos mesmos processos da pessoa que não porta deficiência” O importante, ressaltou, é eliminar barreiras que desigualam as pessoas.

As metáforas socialmente construídas, como a da “cegueira” denotando o significado de ignorância, e que transmite a cultura do preconceito, devem ser retrabalhadas junto à sociedade, disse Martinha.

A gestora do Ministério da Educação lembrou que hoje as escolas públicas dispõem de recursos tecnológicos, como impressoras braile e scanner com ou sem voz, que ampliam as condições de acessibilidade de aprendizagem a quem está na condição de deficiência. “Tecnologia é fator de inclusão”, afirmou. Martinha dos Santos afirmou que hoje 38 mil escolas públicas no país têm pessoa com deficiência visual matriculada.

Mauro Elias, diretor-presidente do Instituto de Cegos do Brasil Central, apresentou algumas necessidades básicas das pessoas com deficiência visual que poderiam ser supridas com o aprimoramento da legislação. Disse que seria interessante a apresentação de um PL para a aquisição e formação de cães-guias. “Muitos dos cegos e deficientes visuais passam por necessidades financeiras e não têm condições de ir aos EUA e permanecer um tempo para fidelizar. Deveria ser uma obrigação federal, estadual ou municipal treinar e distribuir cães-guia”.

Outra dificuldade apontada por Elias está na remuneração de R\$ 24,68 paga pelo SUS aos médicos oftalmologistas para os exames de rotina das pessoas com de deficiência visual conveniados. “Não há médico que queira trabalhar por essa



Sra. Martinha Clarete, Diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação, na audiência pública da CDHM. Créditos: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

remuneração. Faz uns cinco anos que não há reajuste”, afirmou. Elias, que é de Uberaba, criticou ainda a fila para o atendimento oftalmológico na cidade, com cerca de 6 mil pessoas aguardando consulta.

De acordo com Ademir Silva Filho, presidente da Fundação Dorina Nowill para Cegos, os órgãos públicos negam cidadania aos deficientes visuais ao manter obstáculos à mobilidade urbana nas calçadas e ao não dispor ou dispor de equipamentos urbanos pouco eficientes. Ele relatou a morte recente por atropelamento entre os vagões do metrô de um cego que confundiu sons. “Nossos equipamentos não são suficientes para ajudar a incluir essas pessoas, nem funcionários estão preparados para atender”, afirmou.

Ademir elogiou o texto da legislação para inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Mas afirmou que sua aplicação está aquém do previsto. Ele defendeu uma legislação que privilegie a formação cultural das pessoas. “Essa é uma comissão que cuida da inclusão. Muitos de vocês se colocam insatisfeitos em criar um arcabouço legal punindo quem discriminou. Quando a gente não tem um processo educacional criando a cultura necessária para a inclusão, há que se legislar também para a criação de consciências”, afirmou.

Flávio de Souza, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos (Conade), alertou para a necessidade de monitoramento social do que está previsto na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, tratado ratificado pelo Congresso brasileiro.

O presidente do Conade também se posicionou contrário ao PL 4330/04, que estabelece a terceirização do trabalho nas empresas. Para ele, tal como está redigida a proposta fragiliza o vínculo de trabalho com a empresa e não compromete o contratante e o prestador de serviços terceirizados para que implementem junto aos empregados a redução de acidentes e a prevenção de doenças profissionais. Flávio lembrou ainda sobre a importância de discutir a prevenção da cegueira.

Como disse a representante do Ministério da Educação, Flávio defendeu a universalização das políticas públicas. “Não quero ter um clube para cegos, mas um que contenha acessibilidade para os cegos”, disse.

Audiência Pública sobre o Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo

Audiência Pública em homenagem ao Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo.

07/05/2015

Expositores : Sr. FERNANDO COTTA – Presidente Nacional do Movimento Orgulho Autista Brasil-MOAB; Sra. ADRIANA ALVES – Coordenadora do Programa Desabafo Autista e Asperger; Sra. HOSANA DE FREITAS CARNEIRO - Presidente da Associação Paraibana de Autismo da Paraíba; Sra. LÍVIA MAGALHÃES - Diretora Jurídica do Movimento Orgulho Autista Brasil; Sra. RAQUEL MARA DE AQUINO VITORINO - Psicopedagoga e Especialista em Educação Especial e Coordenadora do Centro Educacional do Menor para Assistência e Reintegração do Rio de Janeiro; Sra. TATIANA ROQUE - Diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil – MOAB e mãe de autista e Sra. CLÁUDIA MORAES – Pedagoga especializada na educação de pessoas com autismo e vencedora do Prêmio Orgulho Autista de Volta Redonda/RJ.



Audiência pública sobre o Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo, presidida pelo Deputado Luiz Couto (PT/PB). Créditos: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Couto

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou em 6 de maio audiência pública em que celebrou o Dia Internacional da Conscientização do Autismo (23 de abril) e para discutir a aplicação da Lei que institui a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/12).

CDHM homenageia dez anos do Movimento Orgulho Autista Brasil

Audiência Pública em Homenagem aos 10 anos do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB.

18/06/2015

Expositores: Sr. FERNANDO COTTA - Presidente Nacional e Fundador do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB; Sr. MARTIN FANNUCHI - Editor da Revista Autismo, periódico por duas vezes vencedor do Prêmio Orgulho Autista; Sr. OSWALDO FREIRE - Escritor do livro: "O Desafiante Mundo do Autista"; Sra. LUIZA INEZ VILELA - Jornalista, apresentadora do Programa Cotidiano da Rádio Nacional, vencedora do 1º Prêmio Orgulho Autista 2005; Sr. PAULO HENRIQUE VASCONCELOS - Coordenador do Projeto Anjos Azuis; e Sra. LÍVIA MAGALHÃES - Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB-DF.

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Couto

A audiência pública da CDHM prestou homenagem ao Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB) e abriu espaço para a conscientização de parlamentares e público sobre a vida e a inclusão social dos portadores do transtorno autista, bem como as dificuldades que enfrentam os cuidadores dessas pessoas.

O presidente da CDHM, Paulo Pimenta, lembrou que o Movimento Orgulho Autista Brasil tem sido para a Comissão uma organização parceira na promoção dos direitos das pessoas com autismo.

O presidente esclareceu que o MOAB, fundado em 2005, é uma organização sem fins lucrativos, fundada por mães, pais, irmãos e parentes de pessoas com autismo, com a missão de trabalhar pela melhoria de qualidade de vida, conscientização e aceitação da pessoa autista pela sociedade.

Paulo Pimenta destacou a necessidade da criação de políticas públicas e legislação que auxiliem no combate ao preconceito. "Uma conquista importante que merece ser lembrada foi a criação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12764/12) que determina que o grupo seja considerado como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais", disse ele.

O presidente da CDHM destacou ainda o aspecto educacional da questão. “É preciso atuar no sentido de que as escolas do nosso país se preparem para receber crianças e adolescentes autistas, superando essa situação atual em que são raros os casos de matrícula dos que possuem o transtorno.”

Paulo Vasconcelos, coordenador do Projeto Anjos Azuis ressaltou a importância de uma instância legislativa voltada para as minorias. “A gente dá atenção à minoria, quando a gente se torna parte de uma minoria. Quando fazemos parte de uma minoria descobrimos como é difícil ser ouvido ou abrir espaços.”

Paulo disse que é difícil identificar uma pessoa com o transtorno autista porque não existem deformidades aparentes. Ele estima que em 18 anos, o Distrito Federal terá entre 5 mil a 6 mil autistas. Paulo Vasconcelos pediu aos governantes atuação no sentido de criar oportunidades profissionais para os autistas em profissões que se adaptem.

Oswaldo Freire, que escreveu o livro “O desafiante mundo do autista” afirmou que o portador do transtorno vive dentro de um mundo de rotina e se complica quando essa rotina é alterada.

Martin Fanuchi, editor da revista “Autismo”, disse que existe amplo espectro de condições dentro do transtorno autista. Ele pediu aos governantes que dotem com melhor qualidade de vida, não apenas os autistas, mas também aqueles que cuidam deles.

Fernando Cotta, presidente nacional do MOAB, lembrou que as dificuldades são tantas para quem cuida dos autistas que, em momentos de desespero, há casos registrados de homicídio ou suicídio por parte de pais e mães.

Luiza Vilela, jornalista e apresentadora do programa “Cotidiano” da Rádio Nacional, veículo que aborda temas de saúde e cotidiano, afirmou que o rádio é um poderoso meio de disseminar junto à sociedade informações sobre o transtorno do autismo. Na audiência, Luiza Vilela foi informada de que havia sido vencedora do Prêmio “Orgulho Autista 2015”.

Lívia Magalhães, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB/DF, alertou que hoje há mais crianças portadoras do transtorno autista do que as que portam o vírus da Aids ou tem câncer, juntos. Ela afirmou que adultos que sofrem o transtorno acabam ficando em casa e sem oportunidades, porque não existem políticas públicas destinadas a eles. Em sua interpretação do que considera orgulho autista, Lívia disse que o convívio com eles “é um privilégio que nos torna pessoas mais tolerantes, pacientes e amorosas”.

Presidência da CDHM recebe Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), deputado Paulo Pimenta, recebeu no dia 14 de abril a visita de membros do CONADE – Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, incluindo seu presidente, Flávio Henrique de Souza, além de representantes da Secretaria Nacional da área, integrada à Secretaria de Direitos Humanos. Eles trouxeram as preocupações do setor e pediram o apoio da Comissão a demandas, como a realização de audiência pública sobre os problemas específicos enfrentados pela mulher com deficiência.

O presidente do CONADE revelou sua preocupação face ao “risco de flexibilização nas cotas das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, entre outros possíveis retrocessos em seus direitos”.

Tanto os visitantes quanto o deputado Paulo Pimenta mostraram-se indignados com a recusa por parte de escolas, principalmente no estado de São Paulo, em aceitar alunos com deficiência. “Ao rejeitar as matrículas alegando falta de condições específicas para líder com esse segmento, acabam por reforçar um processo de exclusão”, avaliou o presidente da CDHM.

INCRA atende à CDHM e publica estudo para reconhecimento e regularização da terra quilombola Brejão dos Negros

Ao longo de 2014, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), por requerimento e intermédio do deputado Luiz Couto (PT-PB), fez gestões em prol da titulação das comunidades quilombolas do território Brejão dos Negros, no Estado de Sergipe, que incluiu visita ao local. Um dos entraves para a finalização do procedimento era a não publicação, pelo INCRA, do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. A publicação no Diário Oficial da União ocorreu, enfim, em maio de 2015.

O estudo aponta que a área abriga remanescentes de quilombo. Tal território é, portanto, protegido pela Constituição da República, que dispõe que aos quilombolas deve ser conferida a propriedade definitiva sobre suas terras. O reconhecimento das áreas de comunidades tradicionais é um dos desafios para a realização dos direitos humanos, pois tais comunidades são

extremamente territoriais, vivem da agropecuária familiar e nunca tiveram acesso à formalização de suas ocupações memoriais.

Na avaliação do deputado Luiz Couto, a publicação do relatório, ainda que tardia, é uma conquista da luta da comunidade quilombola: “finalmente esse passo foi dado. Agora, esperamos que o procedimento prossiga para que as famílias quilombolas tenham seu direito àquela terra definitivamente”.

Diligência ao maior lixão da América Latina

Diligência ao Lixão da Estrutural/DF

Data: 22 de junho 2015

Integrantes: Deputados Paulo Pimenta e Erika Kokay, os servidores Marina Basso Lacerda, Camila Maria Moreno da Silva, Marcelo Winch Schmidt e Luiz Henrique de Oliveira Santos, além de representantes do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e do Conselho Tutelar da Cidade Estrutural.

Finalidade: Verificar as condições de trabalho dos catadores de material reciclável. Segundo informações publicadas no relatório de Gestão do SLU e de denúncias recebidas pela CDHM, no Lixão da Estrutural ocorrem pelo menos quatro mortes por ano. Em 2015, duas pessoas faleceram trabalhando no local.

Requerimento de autoria da Deputada Érika Kokay

Missão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) esteve em 22/06/2015 em diligência ao Lixão da Estrutural, no Distrito Federal, considerado o maior “lixão” da América Latina. Participaram do grupo o Deputado Paulo Pimenta (PT-RS), presidente do colegiado, a Deputada Érika Kokay (PT-DF), autora do requerimento da visita, representantes do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e do Conselho Tutelar da Cidade Estrutural, além de assessores.

O objetivo foi verificar as condições de trabalho dos catadores de material reciclável. Segundo informações publicadas no relatório de Gestão do SLU e de denúncias recebidas pela CDHM, no Lixão da Estrutural ocorrem pelo menos quatro mortes por ano. Em 2015, duas pessoas faleceram trabalhando no local.

A comitiva pôde comprovar que, de fato, a coleta de material concomitante à circulação de caminhões e tratores é muito perigosa. Segundo o SLU, já se tentou proibir a coexistência de pessoas e máquinas, mas os próprios catadores rejeitam isso, diante da necessidade da coleta de material aproveitável.

Frente às mortes, o governo do Distrito Federal fechou a “carrefa”, espaço de recebimento do material advindo de grandes geradores (hipermercados e shoppings) que, por ser muito valioso, atraiu aglomerações de trabalhadores. Além disso, os catadores recolhiam da “carrefa” produtos vencidos para se alimentar. Algumas pessoas chegavam a pegar produtos para serem reetiquetados e reinseridos no mercado. Muitas crianças eram também atraídas para o local. Os catadores, porém, reclamam da perda da qualidade do lixo para revenda.

10 mil toneladas de resíduos por dia - O Lixão da Estrutural recebe 10 mil toneladas de resíduos por dia. São 300 caminhões/dia com resíduos urbanos e 800 da construção civil. A Política Nacional de Resíduos Sólidos determinava o fim dos lixões até 2014. Isso implicava na consolidação da coleta seletiva, na instalação de unidades de reciclagem, na compostagem do material orgânico. Somente os rejeitos (a parte do material que não pode ser recuperado) deveriam seguir para os aterros sanitários. As medidas permitiriam que os trabalhadores já recebessem o resíduo seco, evitando o trabalho nas condições insalubres do lixão. Mas o processo de consolidação da política está inconcluso no Distrito Federal.

A coleta seletiva foi implantada, mas ainda precisa ser mais bem estruturada, inclusive com a realização de mobilização social e de campanhas que eduquem a população. Por enquanto, a coleta seletiva não sustenta os grupos de catadores. Esse é o motivo pelo qual o lixão continua atraindo trabalhadores, que dali tiram seu sustento. Há previsão de três áreas para acolher as centrais de triagem, para as quais o governo federal, por meio da Secretária Patrimônio da União (SPU), realizou a cessão de



Presidente da CDHM conversa com catadores durante diligência ao Lixão da Estrutural. Créditos: Luiz Henrique Oliveira.

uso real das terras. O BNDES e a Fundação Banco do Brasil destinaram recursos, com contrapartida do GDF, mas as construções ainda não iniciaram. Os aterros também estão inconclusos. O planejamento do SLU contempla vários deles. O Aterro Norte, de Planaltina, já está em funcionamento. O Aterro Oeste, em Samambaia, está em construção. Faltam ainda dois Aterros.

Érika quer atividades escolares para tirar crianças do lixão - Outro problema grave denunciado é a presença de crianças trabalhando no lixão. Segundo conselheira tutelar que acompanhou o grupo, o problema aumenta no recesso escolar. Por isso, a Deputada Érika Kokay irá propor que a Secretaria de Educação promova atividades no recesso. Segundo o gerente do SLU que administra do Lixão, para evitar a entrada de crianças, as cercas e muros que compreendem os seis quilômetros de perímetro foram reforçadas. Isso, entretanto, não tem impedido completamente a entrada, pois diariamente parte da cerca é retirada por vândalos e seria necessária a presença diária de policiamento para controlar a entrada.

Os catadores dedicam a vida ao lixão. É o caso de Cherlene, que trabalha há duas décadas ali, desde os sete anos de idade. Ainda assim, os trabalhadores, que fazem a triagem do lixo, recebem apenas por aquilo que coletam e vendem aos atravessadores. Não têm nenhum tipo de previdência nem remuneração pelo serviço público que prestam.

Caminhos - O grupo visitou também a Cooperativa Sonho de Liberdade, na qual trabalham egressos do sistema prisional, reciclando resíduos da construção civil, como madeira e cimento, transformando-os em madeira para combustível industrial, paralelepípedos para meio-fio e móveis. Segundo o coordenador da Cooperativa, Sr. Fernando, “não é justo que as construtoras gerem o lixo lá e não paguem nada para deixar aqui”.

Na avaliação do presidente da CDHM, Deputado Paulo Pimenta, a solução dos problemas de direitos humanos verificados – trabalho em condições insalubres, por exemplo – só será resolvida com a consolidação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mas, segundo ele, as políticas públicas precisam também avançar em dois sentidos. Um, na cobrança dos grandes geradores de resíduos, que precisam se responsabilizar pelas consequências sociais e ambientais de seus empreendimentos. Outro, na criação de uma estrutura de proteção do trabalhador da reciclagem, que passa pela remuneração do serviço ambiental e público que presta e na criação de normas especiais da previdência dos catadores.

“Vou trabalhar pela votação da PEC 309/2013, que inclui o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social, e está pendente de deliberação do Plenário da Câmara”, informou o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Paulo Pimenta. A PEC é de autoria dos Deputados Padre João (PT/MG) e Érika Kokay.

Comissão defende inclusão do catador de material reciclável como segurado da previdência social

Audiência pública para discutir a PEC 309/2013, que altera o art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar.

26/08/2015



Deputada Érika Kokay, autora da PEC 309, preside audiência da CDHM. Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

Deputado PADRE JOÃO - autor da PEC 309/2013; Sr. RONER SILVA - Representante da Equipe de Articulação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Sr. EMANUEL DE ARAUJO DANTAS - Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários do Ministério da Previdência Social; Sr. CARLOS MOURA, Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Requerimento de autoria da Deputada Érika Kokay

Em audiência pública da CDHM, o promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal, Roberto Carlos Batista, afirmou que é incoerente a posição do Ministério da Previdência Social contrária a um regime especial de aposentadoria para os catadores de material reciclável.

Em dezembro do ano passado, o Ministério da Previdência emitiu parecer contrário à aprovação da proposta, sob o argumento de que não há recursos para a concessão do benefício aos catadores. De acordo com o coordenador de estudos previdenciários do ministério, as discussões a respeito do assunto precisam ser mais aprofundadas.

Na opinião do promotor, um País que instituiu há cinco anos a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) não pode ser contrário a medidas de proteção social dos catadores. Segundo Batista, a lei insere a figura do catador em todos os âmbitos de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos.

Roberto Batista questionou o posicionamento atual do governo brasileiro. "Se todo o regime caminha para incentivar a atividade do catador. Existem normas federais que dão esse incentivo e que garantem a permanência desses trabalhadores. Como eles não terão direito a um sistema de previdência? Eles continuarão a ser tratados como uma espécie de "escravos" dentro de um regime democrático de direito que se intitula o estado brasileiro?"

Opções de previdência

Atualmente, duas opções são oferecidas pela Previdência para que catadores passem a estar protegidos socialmente pelo Estado. Na primeira, o catador se filia à instituição por meio do Plano Simplificado de Previdência Social, em que o trabalhador contribui mensalmente com 11% do valor do salário mínimo. Na segunda alternativa, o catador adere ao sistema como um microempreendedor individual, contribuindo para a Previdência com o valor de 5% do salário mínimo.

Na opinião da deputada Érika Kokay, as saídas atualmente propostas pelo Ministério da Previdência não são suficientes, pois o rendimento dos catadores não suporta as contribuições sugeridas. A deputada argumenta que a aprovação da proposta em tramitação na Câmara não trará maiores impactos financeiros, do que o de outras já aprovadas, neste ano, pela própria Câmara.

Érika Kokay espera que o presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha, se sensibilize e coloque o quanto antes, na pauta do Plenário, a votação da matéria. "Nós temos um grupo suprapartidário de parlamentares que quer sensibilizar o presidente da Casa e o Colégio de líderes para colocarem o assunto na pauta do Plenário. Tenho absoluta certeza que o parlamentar, eleito pelo voto do povo e que representa a população brasileira, não vai votar contra esta medida".

A PEC 309/13 estabelece que o catador de material reciclável deve se aposentar em regime semelhante ao dos trabalhadores rurais e também dos pescadores. Pelo texto, a contribuição terá como base o resultado da comercialização da produção e fica garantido aos catadores o direito de requerer a aposentadoria por idade cinco anos antes da Regra Geral da Previdência Social.

Marcha das Margaridas traz pauta de projetos ao Congresso Nacional

Audiência Pública para receber a Marcha das Margaridas - movimento de trabalhadoras rurais do Brasil.

01/07/2015

Expositores: Sra. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Sra. MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS MOURA BEZERRA - Representante da Marcha Mundial das Mulheres - MMM; Sra. CÉLIA REGINA DAS NEVES FAVACHO - Representante do Conselho Nacional de Fortalecimento das



Presidente da CDHM com integrantes da Marcha das margaridas em audiência da CDHM. Créditos Luis Macedo / Câmara dos Deputado

Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinhos - CONFREM; Sra. MARIA VERÔNICA DE SANTANA -Representante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MTTR- NE; Sra. CARMEN FORO - Vice-Presidente Nacional da CUT; e Sra. EDEL NAZARÉ DE MORAES TENÓRIO - Representante do Conselho Nacional de Populações Extrativistas - CNS.

Requerimento de autoria das Deputadas Érika Kokay e Moema Gramachho

Articulação de trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, organizada pela CONTAG, apresenta sua pauta em audiência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. A Marcha das Margaridas estima que 100 mil mulheres virão a Brasília em defesa da criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e 24 outros projetos.

A aprovação do projeto de lei que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (PL 7371/14) foi a principal reivindicação da Marcha das Margaridas. O movimento é formado pelas trabalhadoras rurais do Brasil.

A representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alessandra Lunas, pediu a aprovação da proposta até 12 de agosto, data em que o grupo realizará a marcha. "Eu queria aqui uma grande prioridade, contar com os parlamentares no sentido de que a gente até 12 de agosto, uma data que para nós é simbólica, a gente pudesse ter esse passo concreto no enfrentamento à violência contra as mulheres com a votação desse projeto de lei que para as Margaridas simboliza muito." [A deliberação do projeto, entretanto, não ocorreu até o fim do ano].

O simbolismo da data se deve ao assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves. Ela era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, e foi assassinada em 1983. A marcha é uma homenagem à ela.

As trabalhadoras entregaram à comissão um documento com outras reivindicações da classe. São 25 propostas divididas em sete eixos e que tramitam na Câmara e no Senado.

Um dos projetos é o que cria a Política Nacional de Economia Solidária. A representante da Marcha Mundial das Mulheres, Maria da Conceição Bezerra, explicou a importância da economia solidária. "É uma troca onde consumidores e produtores estão numa mesma batalha que é de um preço justo e uma produção que tenha a satisfação das pessoas."

Maria da Conceição comentou ainda a proposta aprovada na Câmara no último dia 28 de abril que acaba com a exigência do símbolo da transgenia nos rótulos dos produtos com organismos geneticamente modificados, que também é uma causa do movimento. "Nós viemos aqui dizer que queremos ter o nosso direito de escolher o que nós comemos e nós queremos comer alimentos saudáveis."

A representante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Maria Verônica de Santana, falou sobre outra proposta do grupo, que é a efetiva implementação do Plano Nacional de Agronegócio e Produção Orgânica. "Esse plano precisa ter uma visão diferente do Congresso e do governo e a gente está trazendo como uma das estratégias fazer um eixo exclusivo para essa questão da agroecologia unindo com a segurança pública."

O pedido de desarquivamento do projeto de lei que proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu no Maranhão, Piauí, Pará, Goiás e Mato Grosso também foi uma solicitação das trabalhadoras. Atualmente apenas o Tocantins proibiu a derrubada da árvore.

A quinta edição da Marcha das Margaridas será realizada em 12 de agosto, em Brasília. A marcha já ocorreu cinco vezes desde o ano 2000. O tema desse ano é "As Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade."

Audiência ouve pessoas que deixaram de ser homossexuais



*Deputados assistem à exposição durante a audiência pública.
Créditos: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados*

Vice-Presidente do Conselho Federal de Psicologia.

Requerimento de autoria do Deputado Marco Feliciano

Audiência Pública Ordinária para ouvir o depoimento de pessoas que deixaram de ser gays e discutir seu posicionamento e os problemas enfrentados na sociedade.

24/06/2015

Expositores: Sra. MARISA LOBO - Psicóloga Especialista em Saúde Mental e Filosofia de Direitos Humanos, Escritora e Conferencista; Sra. RAQUEL CELESTE VASCONCELOS GUIMARÃES - Estudante de Psicologia e Radialista; Sr. ROBSON DOS SANTOS ALVES - Pastor, Cantor Evangélico e Conferencista; Sr. JOIDE PINTO MIRANDA - Pastor Conferencista e Escritor; Sra. ANA PAULA EUSÉBIO CAVALARI ALVES - Missionária; Sr. ARLEI LOPES BATISTA - Pastor, Professor e Radialista; Sr. CLAUDEMIRO SOARES FERREIRA - Especialista em Políticas sobre Drogas, Mestre em Saúde Pública, Professor Universitário, Escritor e Conferencista Nacional; e Sr. ROGÉRIO DE OLIVEIRA SILVA -

Deputados criticam Conselho por proibir tratamento da homossexualidade

Deputados criticaram a Resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que proíbe os psicólogos de colaborar com serviços voltados ao tratamento e à “cura” da homossexualidade, durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para ouvir o depoimento de pessoas que afirmam ter deixado de ser gays e discutir seu posicionamento e os problemas enfrentados na sociedade.

A Câmara arquivou em julho de 2013 o projeto sobre tratamento da homossexualidade (Projeto de Decreto Legislativo 234/11), de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO). “Sustentei que o CFP diminuía o profissional de Psicologia com a norma. Não cabe ao conselho limitar o livre exercício da profissão”, afirmou Campos. Ele defendeu as instituições religiosas por acolher pessoas que deixaram de ser gays, por estarem “de portas abertas” enquanto instituições técnicas.

Para o autor do requerimento, deputado Pr. Marco Feliciano (PSC-SP), muitas pessoas que se declaram ex-homossexuais não teriam sido bem atendidas por psicólogos, pelo receio desses profissionais de ter o registro profissional cassado pelo CFP. “Por que o Estado ampara cirurgia de troca de sexo e não ampara quem quer deixar de ser [homossexual]?”, questionou o deputado Marcos Rogério (PDT-RO).

Já o deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG) criticou as falas desses parlamentares e disse que não se pode afirmar que todos os homossexuais são fruto de abuso sexual. “Dizer que ninguém nasce homossexual não é uma verdade absoluta. Não podemos ousar dizer que o testemunho de todos vocês possa ser o parâmetro e o paradigma dos demais”.

Leão também afirmou que o abuso sexual é um mal a ser combatido, assim como o preconceito. “Falar em cura significa dizer que o homossexual é um doente, e isso é uma atitude preconceituosa”, afirmou. A declaração do deputado também foi muito aplaudida, por militantes em defesa da comunidade LGBT.

Impedimento - O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) criticou o fato de o presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), estar comandando a audiência pública, porque Pimenta é defensor dos direitos da comunidade LGBT. “Poderia se declarar impedido para outra pessoa coordenar essa palestra”, disse Bolsonaro.

No entanto, vários parlamentares da comissão defenderam a conduta de Pimenta à frente da reunião. “Não tenho dificuldade de me relacionar aqui com pessoas homo e hetero. Não vou tratar mal alguém. Vários dos seus colegas, inclusive os que

propuseram a audiência pública, não só me cumprimentaram, mas ressaltaram minha atuação”, afirmou o presidente da comissão.

Diversos parlamentares criticaram a ausência dos deputados Jean Wyllys (Psol-RJ) e Erika Kokay (PT-DF). “Quem fala e não mostra a cara é covarde”, afirmou o deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ). Ele defendeu a existência de um projeto para criação de uma bolsa para auxiliar financeiramente pessoas que deixaram de ser gays.

Psicóloga diz que existem ex-homossexuais e que eles sofrem dupla discriminação

A psicóloga especialista em Saúde Mental e Filosofia de Direitos Humanos Marisa Lobo disse que defende a existência de ex-homossexuais. “Eles são duplamente discriminados, porque quando eram homossexuais tinham discriminação em sua família e na sociedade e agora também nos grupos em que vivem.”

Segundo Marisa Lobo, os programas de televisão ridicularizam os ex-homossexuais porque não sabem como eles são por dentro. “Essas pessoas são seres humanos e devem ser respeitadas. Vamos começar agora um movimento de respeito, você pode ser o que quiser ser, na sua orientação e opção.”

Histórias - Quatro pessoas que sofreram abusos na infância e adolescência contaram suas histórias de como tiveram relacionamentos homossexuais e depois se casaram com pessoas do sexo oposto. Ao longo dos depoimentos, todos afirmaram que não eram realmente homossexuais, mas heterossexuais que tiveram relacionamentos com pessoas do mesmo sexo.

O pastor, conferencista e escritor Joide Pinto Miranda afirmou que sofreu abuso dos seis aos sete anos de idade, mas o que o fez começar a ter relacionamentos homossexuais teria sido a ausência paterna. “Aos seis anos fui abusado por um advogado, tentei contar para o meu pai, mas ele não tinha tempo para mim”. Ele contou que saiu de casa aos 12 anos e foi atuar como travesti primeiro em São Paulo e depois na Europa. Por um pedido da mãe, voltou ao Brasil e deixou a profissão. “Nunca fui doente quando era homossexual, mas tinha a alma dilacerada. Na verdade, eu nunca fui gay, nasci hétero, mas a vida me levou para esse caminho”, disse.

A estudante de Psicologia e radialista Raquel Guimarães contou que foi abusada dos oito aos 15 anos e, aos 11 anos, começou a sentir o desejo por mulheres. “Passei a rejeitar a imagem de homem. Não me sentia bem e não conseguia ver um futuro feliz ao lado de um homem”.

Para o pastor, cantor evangélico e conferencista Robson Alves, falta ajuda psicológica para quem vive relacionamentos homossexuais, mas não se sente feliz nisso. “Fui indicado pela psicóloga para viver minha homossexualidade, mas eu não era feliz nisso. A pessoa que quer deixar de ser homossexual, ela pode deixar”.

O pastor, professor e radialista Arlei Lopes Batista disse que não foi transformado em heterossexual. “Para desconstruir a homossexualidade no meu processo, eu precisava entender quem eu era. Alguém me ajudou a tratar os gatilhos que me levaram à homossexualidade”. Segundo ele, os impulsos sexuais pelo mesmo sexo teriam surgido por ter sido rejeitado no ventre pela mãe, que gostaria de ter tido uma filha. “Até os três anos ela me vestiu como uma menina e isso trouxe uma confusão”.

Psicólogos não podem tratar homossexualidade como doença, ensina vice-presidente do CFP

O vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Rogério de Oliveira Silva, rebateu as críticas de que os psicólogos não acolheriam bem as pessoas que declaram querer deixar a vivência homossexual. “Nós na Psicologia não somos contrários ao sofrimento das pessoas que nos procuram. O que ocorre é uma confusão, é que não podemos, no exercício profissional, partir do pressuposto de que vamos fazer o tratamento de algo que não é considerado como doença”, disse.

Silva citou a Resolução 01/99 da entidade, em que foi definido que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão. “As pessoas não podem exercer suas convicções ideológicas e religiosas nos consultórios de Psicologia”. Segundo ele, o profissional de Psicologia não pode se orientar por questões ideológicas ou religiosas que possam comprometer o indivíduo que procura atendimento.

Já o especialista em políticas sobre drogas e mestre em Saúde Pública Claudemiro Soares Ferreira afirmou que a homossexualidade é uma doença. “A OMS [Organização Mundial de Saúde] e o CFP [Conselho Federal de Psicologia] são

entidades políticas. “O que temos na ciência é que a homossexualidade é doença”, afirmou. Desde 1990, a homossexualidade não é classificada como doença, depois de assembleia geral da OMS.

Ferreira fez denúncia de mal uso de recursos públicos por organizações que defendem os direitos da comunidade LGBT. “Onde tem LGBT, tem malversação de recursos públicos”, acusou.

Comissão realiza diálogo em defesa do respeito entre religiões e da laicidade do Estado

Audiência pública para contribuir na promoção do diálogo inter-religioso, na liberdade e convivência respeitosa entre os diversos cultos e na laicidade do Estado.

19/08/2015

Expositores: Sr. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA - Coordenador Geral do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Senador MARCELO CRIVELLA - Líder religioso Evangélico; Dom FLÁVIO IRALA - Bispo Anglicano e Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs-CONIC; Padre MARCELO BARROS - Monge Católico Beneditino, escritor e teólogo; Sra. ONEIDE MONTEIRO RODRIGUES - (Mãe Nangetu), sacerdotisa da religião Candomblé; Sr. UZIEL SANTANA - Presidente da Associação Nacional de Juristas Evangélicos-ANAJURE e professor da Universidade Federal de Sergipe.

Requerimentos de autoria do Deputado Paulo Pimenta, do Deputado Orlando Silva e do Deputado Sóstenes Cavalcante



Mãe Nangetu durante audiência pública. Créditos Antonio Araújo / Câmara dos Deputados

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou audiência pública no dia 19 de agosto, destinada a “contribuir na promoção do diálogo inter-religioso, na liberdade e convivência respeitosa entre os cultos e para a laicidade do Estado”.

Participaram, como expositoras, lideranças ligadas a igrejas Cristãs e ao Candomblé, além do coordenador do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – órgão do governo federal responsável pelo diálogo inter-religioso.

Presidente da CDHM, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), esclareceu que gostaria que esta fosse a primeira etapa de um ciclo de debates. “Defendemos um debate com representantes de diferentes organizações religiosas, para contemplar o maior número possível de confissões existentes no País, o que não é possível numa única audiência pública”, esclareceu.

Pimenta lembrou que “as instituições religiosas são vocacionadas à promoção de valores humanistas, mas há também outra realidade histórica que é a ocorrência de episódios de violência e intolerância entre religiões. E lamentavelmente, esta situação é constatada no Brasil hoje”.

O debate transcorreu num clima de transparência e respeito mútuo. “Apesar das diferenças foi possível um diálogo muito rico”, celebrou o presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e bispo anglicano, Dom Flávio Irala.

Em resposta a demanda da CDHM, MEC posiciona-se sobre gênero e orientação sexual nos planos de Educação

Em resposta a uma demanda formulada de ofício pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), o Ministério da Educação (MEC) emitiu a Nota Técnica 18/2015, na qual se posicionou no contexto do debate em torno da dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação.

A solicitação ao MEC foi justificada pelo presidente da CDHM em face da necessidade de enfrentamento à intolerância religiosa e às questões de gênero e diversidade sexual, que provocam evasão escolar e influenciam no rendimento dos estudantes. “Essa é uma preocupação trazida com frequência a esta comissão pela comunidade acadêmica e movimentos sociais com histórico de defesa dos direitos humanos”, afirmou.

No ofício, o parlamentar também se coloca à disposição para contribuir com o Ministério da Educação e demais Ministérios no sentido de assegurar uma política democrática, inclusiva, que afirme a autonomia das instituições de ensino na organização curricular e assegure os princípios da gestão democrática.

O tema em questão ganhou especial visibilidade a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014). Desde então iniciou-se a construção dos correspondentes planos dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Na referida Nota Técnica, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC reconhece a importância dos conceitos de gênero e orientação sexual para as políticas educacionais e da sua inclusão no currículo.

O documento atesta o valor científico dos conceitos e lembra que eles foram desenvolvidos internacionalmente. Para demonstrar a relevância científica dos conceitos, cita a existência de mais de 1.000 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que tem gênero como um eixo de estudo.

Vistos como categoria-chave para a gestão e formação de profissionais do magistério, tais conceitos constituem “categoria central no processo de construção de uma escola efetivamente democrática, que reconheça e valorize as diferenças, enfrentando as desigualdades e violências e garantindo o direito a uma educação de qualidade a todos e todas”.

Entretanto, em razão de pressões políticas por grupos religiosos, o governo federal suspendeu a referida nota técnica semanas depois de emitida.

Projeto que penaliza “heterofobia” é tirado de pauta por pedido de vistas

O projeto de lei 7.382/2010, do deputado e presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que penaliza a discriminação contra heterossexuais, foi retirado da pauta de reunião da CDHM por um pedido de vistas do deputado Capitão Augusto (PR-SP), após a apresentação do parecer da relatora Érika Kokay (PT-DF), rejeitando a matéria.

Embora não tenha sido colocado em votação, o PL que penaliza discriminação contra heterossexuais foi comentado por deputados na reunião da CDHM. O presidente da Comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), disse que “queria que o Eduardo Cunha tivesse vindo aqui para debater o projeto. Ele seria ridicularizado, mas eles não têm coragem de defender o indefensável, por isso se recusam ao debate”, afirmou.

Na opinião de Pimenta, a iniciativa de Eduardo Cunha tem por objetivo reforçar o preconceito e tratar em tom de “chacota” lutas históricas em defesa dos direitos humanos das pessoas LGBT. “Um projeto como esse é tão desrespeitoso como seria uma proposta para criar o Dia do Orgulho Branco, ou o Dia Internacional do Homem”.

A relatora do projeto, deputada Érika Kokay (PT-DF), que apresentou parecer pela rejeição, disse que matérias com esse “tipo de conteúdo” não deveriam sequer tramitar na Câmara devido ao “acinte e escárnio que ele carrega no seu bojo”. No relatório, ela questiona: “não temos ciência de relatos na mídia de grupos de homossexuais atacando heterossexuais. Igualmente, não são veiculadas notícias de que tenham sido agredidos casais heterossexuais andando de mãos dadas ou trocando beijos em local público. Ninguém é discriminado em uma entrevista de emprego por ser heterossexual”.

A deputada Professora Dorinha Seabra Resende (DEM-TO), classificou de “deboche” a proposta. “Esse projeto faz uma cortina de fumaça aos problemas concretos e de violência contra as minorias”, disse a parlamentar.

Para o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), a iniciativa de Eduardo Cunha atenta contra reivindicações históricas de uma comunidade que é vitimada por uma série de violências simbólicas e físicas. “Fico espantado que deputados que gostam de falar publicamente que são porta-vozes da família, da moral e dos bons costumes, venham pedir vistas a um projeto como esse. Crime de corrupção, evasão e lavagem de dinheiro, inclusive em igrejas, se torna algo menor diante da violência contra homossexuais que mata 200 pessoas por ano”, ironizou o deputado.

Na justificativa do projeto de lei, o deputado Eduardo Cunha, alega que "na tramitação dessas proposições [sobre homofobia] há de perceber claramente que a preocupação com grupos considerados minoritários tem escondido o fato de que a condição heterossexual também pode ser objeto de discriminação".

Mesa de diálogo entre deputados e jovens negros aborda desigualdade étnico-racial

Mesa de diálogo sobre desigualdade étnico-racial, direitos e cidadania

CDHM EM PARCERIA COM UNICEF

03/11/2015



Manifestação durante a mesa de diálogo. Créditos: Luis Macedo - Câmara dos Deputados.

Expositores: Sr. MÁRIO VOLPI – Coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil; Sra. ANDREA CRISPIM - Representante da Secretaria Executiva do CEDECA/DF; - Sr. RONALDO BARROS - Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

Cerca de 60 adolescentes e jovens integrantes de entidades do movimento negro (Enegrecer, Fórum da Juventude Negra, Cedeca, Círculo Palmarino, MNU e outros) participaram de uma mesa de diálogo realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no dia 3 de novembro, com a participação de representantes do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e do secretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Ronaldo Barros.

Os adolescentes e jovens apresentaram os principais resultados do I Encontro Nacional de Adolescentes Negros no Brasil, realizado durante o “feriadão” de Finados, em Brasília.

A tônica das intervenções dos jovens foi de denúncia da discriminação e do racismo, mas todos mostraram disposição de lutar para conquistar direitos que hoje lhes são negados. Vários criticaram a agenda conservadora na Câmara dos Deputados, que ameaça direitos da mulher, dos povos indígenas e outros segmentos vulneráveis da população.

O representante do Unicef defendeu o projeto que acaba com os autos de resistência (PL 4.471/12), nos quais policiais podem justificar assassinatos durante prisões ou perseguições. O projeto aguarda votação em plenário. Segundo ele, essas execuções são sustentadas por uma cultura falsa e cruel, segundo a qual “se um jovem negro é morto, é porque algo errado ele fez”.

Mário Volpi lembrou que um adolescente é assassinado a cada hora, sendo que 60% são negros, e que o Brasil é o segundo país do mundo em número de adolescentes mortos.

Volpi defendeu “uma educação que incorpore a realidade e a matriz de conhecimento negro, bem como ações que combatam o racismo nos serviços de saúde, além do fomento à participação social do jovem negro”.

De acordo com o deputado Bacelar (PTN-BA), 52% dos municípios ainda não colocaram o Estatuto da Igualdade Racial em prática. O parlamentar defendeu mais engajamento do poder público municipal e estadual em ações de promoção da igualdade racial.

Para o estudante Luiz Otávio Pantoja, membro do Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer, de Macapá, “a raiz do Brasil está sendo desvalorizada”. Para o jovem, que apresentou os resultados do 1º Encontro Nacional de Adolescentes Negros, em Brasília, colocar as leis em prática é demanda urgente.

Já a estudante Maria Richelle Chagas Ramos, de Macapá, trouxe para o debate a questão do preconceito às religiões de matrizes africanas. “Não podemos sair com nossas roupas brancas, porque somos julgados e agredidos. Na escola, não podemos fazer trabalhos sobre nossas religiões. Estamos em luta por igualdade e respeito”, afirmou.

O secretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ronaldo Barros, afirmou que a estratégia do governo federal é assegurar condições de humanidade a todas as pessoas negras. Barros citou, como desafio a ser vencido, o combate à evasão escolar associada ao racismo. Para ele, é necessário garantir não só condições simbólicas, mas também as condições materiais para que o jovem negro tenha igualdade de oportunidades.

O secretário disse, ainda, que o levante conservador observado na sociedade “visa a atingir programas do governo destinados a distribuir riquezas e assegurar direitos”.

Marcha das Mulheres Negras

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias apoiou a Marcha das Mulheres Negras, realizada no dia 18 de novembro, e sua pauta de direitos humanos e implementação de políticas públicas. A Marcha reuniu 15 mil mulheres em luta contra as desigualdades, o racismo, o machismo e o modo perverso como a violência se manifesta, evidenciados, por exemplo, no índice de feminicídios que atinge esse grupo.

A Marcha surgiu para denunciar a convergência de dificuldades entre ser mulher e ser negra. Seu protagonismo é considerado fundamental à democracia brasileira não só por visibilizar essa condição, mas principalmente por ser demonstrativo da resistência e da força dessas mulheres que lutam por reconhecimento, participação e pela realização de outras pautas de sua agenda política.

O Presidente da CDHM foi atingido por gás de pimenta quando tentou dialogar contra as agressões que as manifestantes sofreram por parte de acampados na frente do Congresso Nacional.



Integrantes da Marcha das Mulheres Negras em frente ao Congresso Nacional. Créditos: Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

Ensino de gênero

NOTA PÚBLICA SOBRE ENSINO DE GÊNERO

A presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias manifesta sua preocupação quanto à denúncia recebida sobre notificação extrajudicial sobre “ideologia de gênero”. Pelo menos um diretor de escola, na cidade de Curitiba, teria sido

notificado por um pai de aluno para que a instituição se abstinhasse de apresentar quaisquer temas relativos à “ideologia de gênero” ou a “comportamentos sexuais especiais (homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade, etc.).”

O ensino sobre conteúdos de igualdade de gênero entre homens e mulheres e de diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero é uma necessidade da democracia. Trata-se de educação contra a subalternização de determinadas posições de sujeito: ser mulher, ser pessoa LGBT. Esse tipo de desrespeito leva à violência psicológica, simbólica e física, e inclusive à morte decorrente de familiar ou de homofobia e transfobia.

A educação sobre tais conteúdos é, portanto, uma demanda de direitos humanos. Está respaldada pelo artigo 3º (incisos I e III) da Constituição da República e pelo artigo 2º (1) do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, que vedam discriminação de qualquer ordem. Está abrigada ainda pelo Plano Nacional de Educação, que estabelece a diretriz de “erradicação de todas as formas de discriminação”. Tem também abrigo em outras normas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, como princípios, “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”. Por tais razões, os professores não podem ser constrangidos a deixar de ensinar um conteúdo lícito.

Dentre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, por sua vez, estão os princípios de promoção da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, da laicidade do Estado e democracia na educação. Todos esses princípios não só não proíbem como implicam na necessidade do ensino sobre igualdade e diversidade nas escolas.

Por tais razões, a notificação é ilegal e inconstitucional. O cerceamento à educação sobre conteúdos de dignidade e respeito contraria os direitos humanos e é vedado pelas normas brasileiras. Estimulamos que as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação orientem os diretores e professores a esse respeito.

Brasília, 17 de novembro de 2015.

Deputado PAULO PIMENTA

Presidente

Transfobia

No dia 27 de dezembro uma travesti foi incendiada em Curitiba, no Paraná. O Presidente da CDHM pediu que a polícia investigasse com rigor o caso, e manifestou-se em nota pública. Leia:

NOTA PÚBLICA

Na madrugada de ontem uma travesti foi vítima do ódio, dessa vez em Curitiba - PR. Segundo as informações divulgadas, um grupo de jovens espancou-a e, com gasolina, ateou fogo nela. As queimaduras de terceiro grau teriam atingido metade de seu corpo, sobretudo a região da face e do crânio.

Crimes de ódio – incluídos os decorrentes de transfobia – têm ocorrido com frequência no Brasil. A crueldade e a covardia praticadas exclusivamente em razão da identidade de gênero chegam a um episódio dessa gravidade; à tentativa de um crime hediondo.

A ignorância e o preconceito não podem se perpetuar e continuar motivando atrocidades. Tais violações de direitos humanos precisam ser combatidas com energia, inclusive com a punição dos responsáveis.

De acordo com o noticiado, o crime está sendo investigado pela Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa. Confiamos nas autoridades e em sua capacidade de dar ao crime atenção proporcional a sua gravidade.

28 de dezembro de 2015.

Deputado Paulo Pimenta
Presidente da CDHM

Centros de Referência em Direitos Humanos

Audiência Pública para debater a sustentabilidade no financiamento dos Centros de Referência em Direitos Humanos

Convidados: Sr. RAIMUNDO SOARES LIMA, Representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Sr. RODRIGO VIEIRA COSTA - Vice Coordenador do Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Semiárido; Sr. FÁBIO FELIX FERREIRA, coordenador do Centro de Referência em Direitos Humanos de Vitória da Conquista – BA; Sra. ILANA LEMOS – membro do Conselho do Centro de Referência em Direitos Humanos do Rio Grande do Norte.

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Couto.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a sustentabilidade no financiamento dos Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH).

Os Centros de Referência em Direitos Humanos atuam na articulação entre o Poder Público, movimentos sociais e organizações não governamentais para garantir a defesa e o acesso à justiça de populações em situação de risco e minorias.

Os centros atuam, por exemplo, na defesa de mulheres, comunidades tradicionais, populações de rua e direitos das pessoas LGBT e de movimentos camponeses. Além disso tratam de temas como sistema prisional e estimulam o debate sobre cidadania.

Esses órgãos também realizam atendimentos individuais, que em grande parte são feitos a partir de denúncias ao Disque 100. A partir desses atendimentos, os centros colaboram com a alimentação do banco de dados sobre violações de direitos humanos.

Até o primeiro semestre deste ano, havia 19 centros de referência em direitos humanos instalados em todo o Brasil. Segundo Luiz Couto, a criação desses centros foi fundamentada pelos resultados positivos alcançados com os projetos apoiados

governo federal. No entanto, dificuldades decorrentes dos contingenciamentos de recursos na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), resultaram no corte de 50% do orçamento da pasta, atingindo fortemente os centros de referência.

Couto citou como exemplo o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). “Esse centro necessita de recursos para dar continuidade em suas atividades, porque os convênios que o mantêm estão em fase de conclusão e ainda não há previsão para serem renovados. Creio que outros CRDHs passam pela mesma problemática, e a comissão não pode ficar de fora da construção de um espaço para discutir esse importante tema”, avaliou.

Presidente da CDHM apoia o (L)ocupa Brasília

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados recebeu no dia 11 de janeiro de 2016 representantes do movimento pela reforma psiquiátrica no Brasil. A Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) e vários coletivos ligados à saúde mental estão, nesse momento, ocupando o Ministério da Saúde, em Brasília, reivindicando a saída de Valencius Wurch Duarte Filho da Coordenação Nacional de Saúde Mental.

O movimento entende que a nomeação de Valencius não é compatível com a histórica luta pela Reforma Psiquiátrica no Brasil e com a resolução da III Conferência Nacional de Saúde Mental que a consolida como política de governo. As diretrizes da Reforma Psiquiátrica se dão no sentido de evitar a exclusão de pessoas diagnosticadas com doença mental. Isto é, critica o modelo hospitalocêntrico de assistência. Por isso, defende que a integração da pessoa em sofrimento mental à comunidade deve ser priorizada em relação à internação e aos medicamentos.

O modelo centrado em hospitais psiquiátricos ainda é predominante no Brasil, na contramão das resoluções da Conferência e da luta de muitos profissionais da área. Entretanto o Presidente do colegiado, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), acredita na viabilidade de um modelo substitutivo, mais humanizado e menos reprodutor de exclusões. Por isso, de acordo com ele, é importante a adesão ao (L)ocupa Brasília, que ocorrerá no próximo dia 14 em frente ao Ministério da Saúde. A mobilização, que tem como mote “Cuidar, sim, excluir, não”, exige a nomeação de uma pessoa que esteja mais em sintonia com os avanços

requeridos pela luta antimanicomial e pelas novas diretrizes da ética da atenção psiquiátrica e saúde mental para o cargo de coordenador da área.

Violência

CDHM se manifesta contra atos de racismo e xenofobia

NOTA PÚBLICA

Repúdio a ato de racismo em SP

A presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados repudia o ato de racismo praticado por funcionária de loja de roupas em São Paulo. Segundo narrativa do pai da vítima, Jonathan Duran, uma vendedora da Animale falou, ríspida, ao menino negro que estava parado na frente do estabelecimento: “ele não pode vender coisas aqui”.

Existe uma verdadeira presunção de subalternidade em relação aos negros, e isso não é um episódio isolado. Acontece sempre que pessoas são consideradas, conscientemente ou não, como tendo a “cor errada” para estarem em certos espaços. É o que acontece quando se vê um menino negro parado na frente de uma loja e se o associa, como se a associação automática fosse legítima, a pessoa à posição de um vendedor de rua. Isso é racismo. É discriminação baseada na cor da pele. Conforme a reflexão muito pertinente de Jonathan, “Provavelmente vão dizer que foi um ‘mal-entendido’ (mesmo quando as crianças negras têm o azar dos mal-entendidos sempre acontecerem com elas)”. O “azar” a que se refere Jonathan é justamente o racismo, que é crime há 26 anos no Brasil. É lamentável que ainda convivamos com essa prática.

A empresa informou que "a Animale repudia qualquer ato de discriminação e o evento está sendo apurado internamente".

Ocorre que não é porque a corporação não se considere racista que atos racistas não possam ser praticados por seus agentes. O reconhecimento de que o racismo existe é o primeiro passo para que seja superado.

Como bem disse Jonathan Duran, sua “preocupação é quando o ‘mal-entendido’ não é mais com uma vendedora de uma loja, mas com um policial armado”. Essa é também a preocupação dessa presidência. Não é por acaso que um dos mais graves problemas de direitos humanos que temos é o verdadeiro extermínio da juventude negra. De acordo com o Mapa da Violência de 2014, a magnitude dos homicídios entre a população jovem tem “caráter de verdadeira pandemia.” O homicídio é predominantemente de negros. O índice de vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 79,9, subiu para 168,6 em 2012. “Para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros”. “Considerando os jovens, as taxas negras aumentam de 74,1 em 2011 para 80,7 em 2012: crescimento de 8,9%. As brancas também crescem, mas com ritmo menor: 4,7%”.

Ao aceitar o episódio ocorrido na loja Animale, continuamos justificando a ordem de ideias que fundamenta não só a exclusão, mas a segregação, a violência e o assassinato de pessoas que negras. Esperamos não só que a empresa peça as desculpas merecidas pela família atingida e pela sociedade brasileira como um todo, mas que o sistema de justiça atue, aplicando as consequências legais ao caso.

1º de abril de 2015.

Deputado PAULO PIMENTA

Presidente

NOTA PÚBLICA

Contra agressões que atingiram a menina Lorena

A discriminação racial é uma das formas mais odiosas de violência contra a pessoa. Não é sem razão que a Constituição a define como um crime inafiançável e imprescritível. Quando a vítima é uma criança, o abominável é pouco para adjetivar a conduta. Por isso, a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados repudia veementemente os atos de racismo dirigidos contra a menina Lorena, e que atinge não só a ela e a sua família, mas a todos nós.

É sintomático de uma sociedade doente que o preconceito absurdo baseado na cor da pele seja praticado por adolescentes, como, segundo a narrativa divulgada nas redes sociais, foi o caso. Isso significa que desde muito cedo são formadas pessoas que portam ideias execráveis e sem sentido. Além da responsabilidade de todos nós em permitirmos que essa mentalidade ainda se propague, existem, ao menos em tese, duas ordens de responsabilidade mais específicas.

Uma, da instituição de ensino em que uma parte dos atos de racismo aconteceu. Segundo a mãe da Lorena, a diretora já estaria “de saco cheio” de tudo aquilo e lidou com a situação de modo a que a vítima teve de pedir desculpas a seus agressores! Ora, a escola tem o dever não só de ensinar a igualdade, mas de enfrentar os casos de violação desse princípio quando acontecem no seu seio. Diferente disso é conivência. E, a depender das circunstâncias específicas, pode ser até mesmo crime.

A outra ordem de responsabilidade é dos autores das agressões. A considerar as frases dirigidas à Lorena, seus colegas, se tiverem 12 anos ou mais, praticaram ato infracional análogo a racismo. Um deles chegou a assumir, segundo o que foi divulgado, ser “racista mesmo”: “quando eu quero ser racista eu sou racista, entendeu?”. O sistema de medidas socioeducativas existe justamente para ser aplicado quando um adolescente comete condutas que são reprovadas a ponto de serem tipos penais. E o racismo é um dos atos mais repudiados pelas nossas leis e pela Constituição.

Esperamos, assim, que o Conselho Tutelar e o sistema de justiça atuem de modo a serem aplicadas as consequências legais ao caso. A in consequência dos atos os legitima.

E desejamos, acima de tudo, que a linda menina Lorena possa superar tudo isso. E ser muito feliz, como ela merece.

14 de maio de 2015

Deputado PAULO PIMENTA

Presidente

NOTA OFICIAL - ATENTADOS XENOFÓBICOS CONTRA HAITIANOS EM SÃO PAULO

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, manifestamos nosso veemente repúdio aos violentos atentados xenofóbicos e expressamos nossa solidariedade aos seis haitianos baleados nos dois diferentes ataques ocorridos em São Paulo, no dia 8 de agosto.

Pelas informações prestadas pela Missão Paz, que acolhe imigrantes na paróquia Nossa Senhora da Paz, e por vítimas que estavam na escadaria da igreja, um dos responsáveis pelo ataque no local, a partir de um carro, antes de atirar, teria gritado: "Haitianos, vocês roubam nossos empregos!"

Ainda, segundo relato do haitiano Patrick Dieudanne, que prestou socorro às vítimas, os feridos passaram por duas unidades de saúde antes de conseguir atendimento médico. "Eles não foram atendidos por racismo, foram mandados para casa com as balas e com dor", relatou Diudanne ao jornal O Globo.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias acompanhará os desdobramentos do caso, e desde já apela às autoridades de Segurança Pública do Estado de São Paulo que apurem com rigor as responsabilidades pelos atentados e pelas recusas de atendimento médico aos feridos. Sugerimos, ainda, outras medidas de cunho educativo e cultural facilitadores do processo de integração dos imigrantes.

Não se trata do primeiro episódio dessa natureza. Em maio deste ano, no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, o haitiano Flaubert Brutus, um dos sete frentistas estrangeiros que trabalham em um posto de combustíveis, foi hostilizado por

um homem enquanto trabalhava.

O acolhimento de imigrantes por razões humanitárias é um imperativo ao Brasil como signatário de tratados internacionais; como país coordenador da missão de paz da ONU no Haiti e como nação multicultural resultante de diversos processos de imigração.

10 de agosto de 2015.

Deputado Paulo Pimenta

Presidente

Presidente da CDHM vai ao Complexo do Alemão e propõe debate sobre a segurança pública no RJ após mortes de jovens e criança

Diligência ao Complexo do Alemão

Data: 06/04/2015

Integrantes: Deputado Paulo Pimenta, acompanhado pelo secretário executivo da CDHM, Márcio Marques de Araújo, e pelo assessor Fabrício Lazzarani Carbonel.

Finalidade: visitar o Complexo do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro, inclusive o local onde foi morto o menino Eduardo de Jesus Ferreira de 10 anos, atingido quando brincava no local, no dia 02/04/2015, por um tiro de fuzil, e verificar a situação de lideranças comunitárias e familiares daqueles que foram vítimas fatais da violência dos combates entre policiais e traficantes na região. (Sem requerimento – situação de emergência)

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, deputado federal Paulo Pimenta, visitou no dia 6 de abril o Complexo do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro, local onde vivem aproximadamente 300 mil pessoas. O deputado esteve acompanhado por lideranças comunitárias e familiares daqueles que foram vítimas fatais da violência dos combates entre policiais e traficantes na região. Paulo Pimenta propôs a participação do Legislativo e do Governo Federal na discussão da segurança pública do RJ.



Deputado Paulo Pimenta durante diligência ao Morro do Alemão. Crédito: Márcio Marques de Araujo.

Naquela semana, moradores do Complexo foram mortos, todos por tiros de fuzil: uma criança, dois jovens e uma dona de casa. As mortes provocaram vários protestos exigindo paz e justiça no local.

A caminhada levou duas horas e incluiu o local onde foi morto o menino Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, atingido enquanto brincava, no dia 2 de abril, por um tiro de fuzil, que de acordo com o testemunho da mãe da vítima, teria sido disparado por um policial.

O grupo liderado pelo presidente da CDHM e composto por assessores da comissão federal e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro foi abordado por policiais fortemente armados que, aparentando tensão, informaram estarem ali como únicos representantes do Estado brasileiro.

Após a caminhada no Alemão, o presidente da CDHM participou de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em conjunto com o deputado federal Jean Wyllys e do deputado estadual Marcelo Freixo, os dois do PSOL.

Na audiência, familiares de outras vítimas da letalidade policial no Complexo do Alemão contaram histórias dramáticas de mortes em situações similares, como a da dona de casa Elizabeth e do mototaxista Caio, de 20 anos.

O deputado Paulo Pimenta considerou revelador que essas famílias não tenham sido procuradas por agentes do Estado para prestar ajuda. O presidente da CDHM citou atuação em pelo menos três eixos, como a participação do Ministério da Justiça e

da Secretaria Especial de Direitos Humanos na discussão da segurança pública no Rio de Janeiro, a retomada de projeto de construção do campus da UFRJ na região do Alemão e a de um projeto de inclusão.

Violência da Polícia Militar do Paraná contra professores foi tema de audiência pública com apoio da CDHM em Curitiba

Chamado por dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidades sindicais, parlamentares e representantes dos manifestantes para ir a Curitiba interceder no sentido de inibir a violência policial contra manifestações dos professores estaduais, o presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta participou de reunião na capital paranaense, cobrou apuração das responsabilidades pelos excessos e emitiu nota pública – a seguir transcrita.

“Curitiba foi transformada num cenário de guerra. Uma brutalidade absurda, fruto da intransigência de um governo marcado pela falta de diálogo e pela perda de legitimidade”, criticou o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Já em Brasília, no dia 6 de maio a CDHM participou, em sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, de uma avaliação sobre o episódio. A CDHM continuou a acompanhar os desdobramentos do caso, para contribuir no sentido de responsabilizar os culpados por esse “caso emblemático de extrema violência policial e desrespeito aos professores”, afirmou o deputado Paulo Pimenta.

NOTA PÚBLICA

Repúdio ao ataque promovido pela Polícia do Paraná contra os professores

A presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados repudia veementemente o tratamento

dado pela Polícia do Paraná aos professores do Estado e manifesta a eles toda solidariedade.

Sem qualquer justificativa plausível, os agentes de segurança pública estão promovendo um ataque, não só com gás, mas com balas de borracha atiradas a esmo, cassetetes e cachorros. Tudo com muita violência, colocando as pessoas em risco de morte.

Os mais de cem feridos até agora, e todos os cidadãos presentes, são vítimas de inúmeras violações de direitos humanos. Não apenas ao direito legítimo de protesto, mas à integridade física e à vida.

A manifestação contra o saque que se pretende efetivar contra a previdência dos servidores é o exercício de um dos mais elementares direitos democráticos. Qualquer decisão tomada hoje pela Assembleia Legislativa manchada de sangue é, além de ilegal e inconstitucional, ilegítima.

19 de abril de 2015.

Deputado PAULO PIMENTA

Presidente

Violência sexual contra crianças e adolescentes em Cavalcante (GO)

CDHM fez diligências para ouvir vítimas de pedofilia em Cavalcante

Diligência ao Município de Cavalcante-GO

Data: 20 de abril de 2015



Deputado Paulo Pimenta e Deputada Érika Kokay durante audiência pública em Cavalcante. Créditos: Luiz Henrique Oliveira.

Integrantes: Deputados Paulo Pimenta e Erika Kokay, acompanhados do secretário executivo da CDHM, Márcio Marques de Araújo, e dos assessores Marcelo Winch Schmidt, Fabrício Lazzarani Cabonel, Luiz Henrique de Oliveira Santos e Giordano Borba

Finalidade: ouvir autoridades locais e familiares de crianças e adolescentes da comunidade Quilombola Kalunga, vítimas de exploração sexual.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, por iniciativa do seu Presidente, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), realizou, no dia 20 de abril, audiência pública no município de Cavalcante (GO) para ouvir a comunidade sobre crimes de exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Além dos casos de abusos contra menores, a Comissão foi também averiguar denúncias de suposta omissão por parte das autoridades públicas para coibir práticas de pedofilia no município, localizado a 320 quilômetros de Brasília, e que abriga em seu território a população Kalunga, comunidade quilombola e alvo preferencial dos crimes sexuais na região.

Na audiência pública, que ocorreu na tarde desta segunda-feira (20) na sede do Centro de Convivência, moradores levaram cartazes pedindo justiça e o fim da impunidade. Desde 2012, foram registrados 14 casos, mas a comunidade estima um número bem mais elevado, devido ao medo que as famílias têm de denunciar. A Polícia Civil trabalha no momento com 10 inquéritos de violência sexual contra menores de idade.

O caso de maior repercussão envolve o vereador Jorge Cheim, marido da atual vice-prefeita de Cavalcante, e uma menina de 12 anos de idade da comunidade Kalunga. De acordo com o Delegado da Polícia Civil, Diogo Luiz Barreira, a prisão do vereador foi pedida em duas oportunidades, mas os pedidos foram negados, mesmo que, segundo ele, "tenham sido apresentados todos indícios necessários". O juiz Lucas de Mendonça Lagares, que atua no caso e negou o pedido de prisão preventiva do vereador Jorge Cheim, foi convidado para participar da audiência pública, mas não compareceu. A Promotora de Justiça de Cavalcante, Úrsula Catarina da Silva Pinto, por ter parentesco com o vereador, declarou-se suspeita para continuar no processo e será substituída.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o deputado Paulo Pimenta disse estar "indignado" com as informações de que o Tribunal de Justiça de Goiás tem absolvido os envolvidos em crimes de pedofilia. "Vou solicitar ao Conselho Nacional de Justiça que analise essas sentenças que têm sido dadas pelo TJ de Goiás. Queremos saber por que, se há provas, essas pessoas não estão presas", adiantou o parlamentar. A Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Karina D'Abruzzo, alegou que o MP tem recorrido das decisões.

A deputada Érika Kokay (PT-DF), da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, lembrou que o Poder Judiciário não é intocável. "A impunidade também perpetua o crime, e perpetua a violação de direitos. E quando temos poder político e poder econômico, a impunidade fica mais densa", repudiou.

Certeza da impunidade inibe denúncias - Durante a audiência, moradores relataram que as famílias ficam intimidadas para fazer as denúncias, e tem medo de represálias. Após o caso ganhar repercussão na mídia, representantes do Conselho Tutelar afirmaram que sofreram ameaças de morte e a sede do Conselho foi invadida e relatórios referentes a crimes sexuais contra menores foram roubados.

Selma Moreira Santos, moradora do município, que teve vítimas de pedofilia na família, relatou que na cidade é normal ouvir de parte dos homens frases do tipo “vou pegar uma Kalunginha para criar”, em alusão às menores que pertencem à comunidade Kalunga e que são vítimas de trabalho infantil, escravo e exploração sexual. Segundo ela, quem tem coragem para denunciar ainda tem que conviver com o preconceito. “As pessoas olham na rua e dizem que é tudo mentira. Mas digo, não tenham vergonha de se expor, denunciem”, sugeriu.

Mariana Pirineus, também moradora de Cavalcante, disse que é preciso acabar com a ideia que há na cidade de que a violência sexual é uma questão cultural. “Não é, isso é fruto de uma sociedade machista”, disse. Outra moradora, que não quis ser identificada, relatou que há casos de meninas que são estupradas, engravidam e que são espancadas até sofrerem o aborto.

Segundo uma ex-conselheira tutelar de Cavalcante, a violência sexual contra as crianças e adolescentes é corriqueira. “Não é uma situação pequena, entretanto ela é calada, silenciosa, e a exploração é malvista pela comunidade”, criticou.

Preocupado com a segurança dos moradores, o deputado Paulo Pimenta informou que se houver qualquer ameaça às pessoas que participaram da audiência pública, o fato será considerado uma ameaça ao trabalho da Comissão de Direitos Humanos, e o caso será levado à Polícia Federal e autoridades federais. “Vamos ajudar a comunidade a dar visibilidade a sua luta. Por isso, nós da Comissão de Direitos Humanos queremos ter a certeza de que o Ministério Público está agindo de maneira adequada e queremos ter a garantia de que o Poder Judiciário está fazendo sua parte”, declarou Pimenta.

Ainda nesta semana, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial voltarão a Cavalcante para garantir o acompanhamento dos casos de pedofilia.

Em paralelo à audiência pública, técnicos da Comissão de Direitos Humanos ouviram, de forma reservada, denúncias de moradores, que farão parte dos encaminhamentos que a CDHM entregará às autoridades responsáveis. A Assembleia Legislativa de Goiás foi representada por quatro parlamentares na diligência.

Mães aos 15 anos - Outro caso que chamou atenção da Comissão foi um relatório encaminhado pela promotoria do município à Delegacia de Polícia Civil de 57 adolescentes que foram mães aos 15 anos. “Isso significa que muitos casos ocorreram quando as adolescentes tinham 14 anos, o que configura o crime de estupro de vulneráveis”, denunciou o deputado Pimenta. O delegado Diogo Luiz Barreira explicou que é difícil fazer a identificação dos pais, nesses casos, porque as próprias

adolescentes se negam a falar. Moradores asseguraram que o medo e a vergonha são os principais motivos do silêncio das vítimas.

Comissão requer providências contra violações de direitos humanos em Cavalcante-GO

Compromissos assumidos na audiência pública de 20 de abril em Cavalcante-GO pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), deputado Paulo Pimenta (PT-RS) e pela deputada Érika Kokay (PT-DF), foram cumpridos.

A CDHM oficiou ao presidente do Tribunal de Justiça e ao secretário de Segurança Pública de Goiás, ao presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e ao ministro da Justiça requerendo ações no sentido de conter a exploração sexual e o trabalho infantil que vitimizam crianças e adolescentes da comunidade Kalunga.

Ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi solicitado abertura de inquérito pela Polícia Federal, com base na Lei ^o 10.446, “que estabeleceu a competência investigativa do Departamento de Polícia Federal sobre violações de direitos humanos que o Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais e quando houver repercussão interestadual ou internacional”.

Ao presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, também procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o presidente da CDHM pediu que avalie a atuação da promotoria e do Ministério Público do Trabalho com jurisdição no local, bem como se as condições de trabalho estão sendo suficientes para o provimento efetivo dos seus serviços, com isenção.

Ao secretário de estado de Segurança Pública do Estado de Goiás, Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita, o ofício assinado pelo deputado Paulo Pimenta requer a segurança dos membros do Conselho Tutelar de Cavalcante e outras pessoas que estiverem sofrendo ameaças a sua integridade física e ao desempenho de suas funções. Também foi pedida a transferência ao município de agentes “em número e especialidade necessários para compor a equipe do delegado, equipando-a para o desempenho de suas atividades”.

Ao presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargador Leobino Valente Chaves, foi solicitado que o tribunal avalie a atuação do Judiciário na comarca, “com vistas a assegurar o provimento efetivo dos serviços judiciais à comunidade de Cavalcante, que se sente abandonada”.

Autoridades tomam providências após ação da CDHM

Após a audiência promovida no município de Cavalcante (GO) pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para apurar crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes descendentes de escravos da comunidade Kalunga, as autoridades públicas começaram a tomar providências. Com a repercussão do caso, o juiz Lucas de Mendonça Lagares emitiu, no último final de semana, a prisão de um jovem por crime de estupro de uma criança Kalunga, com 8 anos, na época em que o fato ocorreu, em 2010. O agressor era padrasto da menina. A condenação prevê 12 anos e 9 meses de reclusão e mais multa de R\$ 10 mil à vítima.

Além desse episódio, o magistrado despachou outras 27 ordens judiciais relativas aos casos. Antes da presença da Comissão de Direitos Humanos na cidade, moradores reclamavam que processos de estupro tramitavam com lentidão. Na Escrivania Criminal e de Fazendas Públicas do Fórum de Cavalcante havia 34 processos de violência sexual, sendo 31 contra crianças e adolescentes.

Na audiência pública da última segunda-feira (20), moradores de Cavalcante pediram aos parlamentares da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados o fim das impunidades. Por conta das denúncias dos crimes de pedofilia, representantes do Conselho Tutelar afirmaram que estão sofrendo ameaças de morte, que a sede do Conselho foi invadida e relatórios referentes a crimes sexuais contra crianças e adolescentes foram roubados.

O presidente Paulo Pimenta (PT-RS) disse que a CDHM encaminhou pedidos de informação ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Ministério Público do Estado de Goiás. Também solicitou ao Ministério da Justiça que a Polícia Federal apure as violações contra os direitos humanos no município de Cavalcante.

O parlamentar enfatizou que não serão admitidas intimidações à comunidade. “Sentimos que as pessoas ainda têm muito medo de denunciar, sofrem represálias. A Comissão dará o apoio necessário para a comunidade passar a limpo todos esses episódios de pedofilia e para que as autoridades possam agir”, assegurou o deputado. Como forma de garantir a segurança dos moradores, o deputado Paulo Pimenta informou que qualquer ameaça às pessoas que participaram da audiência pública

seria considerada uma intimidação ao trabalho da Comissão de Direitos Humanos, e os casos serão levados à Polícia Federal e tratados na esfera federal.

Secretarias federais e CDHM entregam dossiê sobre violações de direitos de crianças da comunidade quilombola Kalunga à Procuradoria Geral da República

Integrantes da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) entregaram, num encontro realizado o dia 6 de julho, o Dossiê Violações de Direitos Humanos na Comunidade Quilombola Kalunga, à coordenadora da Sexta Câmara da Procuradoria Geral da República, Subprocuradora geral Deborah Duprat, e à deputada estadual de Goiás Delegada Adriana Accorsi (PT), vice-presidente da CPI da Violação dos Direitos da Criança, instalada na Assembleia Legislativa de Goiás.

O relatório reúne registros de ações e dos achados pelos quatro órgãos de estado sobre a exploração sexual, trabalho escravo e adoções irregulares no município de Cavalcante (GO) e região, onde se localiza o território quilombola Kalunga.

A ação coordenada da CDHM e das outras instituições contribuíram para dar visibilidade para os múltiplos aspectos da situação em Cavalcante. Contribuíram, ainda, para que procedimentos investigativos fossem instaurados no âmbito da polícia e do ministério público, que tramitam sob segredo de justiça.

Nova audiência ouve testemunhos de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nos Estados do Pará, Paraíba e Goiás

Audiência pública para apresentar e debater casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nos Estados do Pará, Paraíba e Goiás.

06/05/2015

Expositores: Deputada Delegada Adriana Accorsi - Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás; Sra. Heloisa Egas - Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra

Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Beatriz Cruz - Assessora Especial da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Sr. Eduardo Varandas Araruna - Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho da Paraíba; Sra. Rita Cristina de Oliveira Tomaz - Defensora Pública Federal do Estado do Pará; Irmã Henriqueta Cavalcanti - Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz do Estado do Pará; Dom José Azcona - Bispo da Paróquia do Marajó-PA; Sra. Delegada Simone Edoron Machado Araújo - Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Pará; Sr. Jorge Bittencourt - Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento de Ações pela Paz - Propaz-PA; Sra. Isabela Jatene - Secretária Extraordinária de Integração de Políticas Sociais; e Sra. Isabele Rocha - Representante do Comitê de Defesa das Mulheres e dos Adolescentes.

Requerimentos de autoria do Deputados Arnaldo Jordy, Luiz Couto e Paulo Pimenta.

Crime de difícil flagrante e responsabilização, praticado nos subterrâneos das relações de poder do agressor sobre a vítima, a violência sexual contra crianças e adolescentes não é debelada pela impunidade, pela desarticulação dos Poderes no enfrentamento do grave problema e pelo trâmite lento dos processos na Justiça, concluíram palestrantes na audiência pública da CDHM realizada para discutir casos de agressão na Paraíba, Goiás e Pará. Os relatos sobre a recorrência de violência praticada contra adolescentes na Amazônia ganharam destaque e a audiência pública, que superou quatro horas, sensibilizou parlamentares.

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, deputada delegada Adriana Accorsi, afirmou que a diligência seguida de audiência pública realizadas pelo presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta, com representantes do ministério público federal para ouvir autoridades locais e familiares de crianças e adolescentes da comunidade calunga, vítimas de exploração sexual na cidade de Cavalcante (GO), foi importante porque provocou, na sequência, a expedição de 27 ações judiciais. “Em Goiás, a morosidade dos casos de exploração sexual significa impunidade”, afirmou a deputada estadual goiana.

Preocupado com a demora da Justiça para julgar processos contra esse tipo de violência, o procurador do Ministério Público do Trabalho da Paraíba, Eduardo Araruna, denunciou que, apesar da existência de leis e recomendações de corregedorias de justiça, os processos de violência sexual acabam não sendo destacados para tramitar com prioridade. “Na prática não existe. São poucos tribunais que fazem destaque para tramitação prioritária”.

O procurador destacou ainda a conquista de ter equiparado a exploração de crianças e adolescentes à concepção de trabalho forçado, o que deu condições e competência para que esses tipos de processo fossem julgados pela Justiça do Trabalho. "Hoje existem de 8 a 10 ações civis públicas propostas para buscar a responsabilidade patrimonial dos corruptores de menores", disse.

Por fim, Araruna afirmou que é preciso mudar a mentalidade que perdura na sociedade brasileira do "dono de senzala". "É preciso um movimento de contracultura, de mudança de mentalidades, de aplicação dos conceitos de vítima e delinquente". Para ilustrar a mentalidade prevalente, o procurador citou o caso das crianças da cidade de Sapé, causa de violência que a Justiça reparou com a responsabilização patrimonial dos agressores, mas que precisaram sair da cidade porque passaram a ser consideradas "vilãs" do caso.

Uma das saídas para reduzir o problema da morosidade dos processos na Justiça foi apresentada pela deputada Erika Kokay (PT-DF). Para evitar o que chamou de "naturalização da impunidade" nas comunidades, a deputada disse que apresentou Proposta de Emenda Constitucional para federalizar casos de violência e exploração sexual de menores. "É uma forma de fazer o enfrentamento com um olhar diferenciado para a questão das crianças e adolescentes".

A maior parte dos representantes do Pará na audiência pública cobraram do governo iniciativas de enfrentamento da violência contra crianças e jovens não apenas na região de Marajó, onde o problema aumentou, mas também em toda a Amazônia, principalmente nas regiões afetadas por grandes obras públicas de infraestrutura. Dom José Azcona, bispo da Paróquia de Marajó (PA), afirmou que quem trabalha na defesa dos direitos humanos nas comunidades corre risco de vida na Amazônia, porque acaba tendo que enfrentar o poderio econômico e político local.

O padre alertou para a "degradação ética do país" que leva os homens a não lutar por mudanças sociais. Afirmou que aumenta o número de meninos e meninas abusados sexualmente, principalmente na região de Melgaço, onde o IDH é o mais baixo do país. Dom José denunciou que falta promotor na cidade de Breves há mais de um ano, o que considerou "crime de Estado".

Rita Tomaz, defensora pública federal no Pará, afirmou que as situações de vulnerabilidade envolvendo crianças e adolescentes se repetem por gerações diante de uma contínua "indiferença" das autoridades. "Há um mecanismo de consenso e dominação que leva os adolescentes a não se identificar como vítimas, não se reconhecer como sujeito e não ser visto como sujeito pela sociedade". Rita diz que, no momento, o enfrentamento é solitário e realizado por alguns componentes da igreja católica. "Falta compromisso estatal", destacou ela.

A religiosa Henriqueta Cavalcanti disse que se empenha em dar o máximo de visibilidade pública a situação "vergonhosa" da exploração sexual de meninas e meninos "balseiros" na região ribeirinha do rio Tajapuru, principalmente entre as cidades de Breves, Melgaço e Curralinho. "São crianças que deixam a escola para dispor do corpo em troca de um pacote de bolacha, às vezes com a tolerância das famílias", ressaltou.

A delegada da Polícia Civil do Pará, Simone Araújo, afirmou que a maior parte dos autores de abusos fazem parte da família. "Infelizmente no nosso Estado ainda prepondera a violência sexual. E a região de Marajó tem uma comunidade carente que necessita de amparo". A delegada relatou a dificuldade física de atendimento à comunidade (situada "a 6 ou 7 horas de voadeira") e na apuração do crime, ("porque é um crime intrafamiliar onde o Estado não está presente"). Ela apresentou como ações de enfrentamento do problema, o fortalecimento do atendimento às vítimas e o envolvimento da comunidade. "Não há como resolver a questão apenas com a abordagem penal, afirmou.

Isabela Jatene, secretária de Integração de Políticas Sociais do Pará, diz que o Governo precisa ter um "olhar diferenciado para os problemas sociais da Amazônia".

O deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA) disse que é necessário rediscutir o modelo de grandes obras públicas do governo brasileiro na Amazônia, que geram enorme impacto social e ambiental na região. Para enfrentar o grave problema da violência sexual contra crianças e adolescentes, Jordy sugeriu ações emergenciais que integrem a Polícia Federal e as polícias do estado para uma ação de repressão local, de forma a servir como exemplo para um princípio de mudança de cultura local.

CDHM realiza diligência em Campina Grande (PB) sobre violência sexual

Data: dia 05/06/2015

Integrantes: Deputados Luiz Couto e Rosângela Gomes

Finalidade: verificar denúncias de violência, abuso e exploração contra mulheres e violência contra jovens e adolescentes do estado da Paraíba.

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Couto

“Muitas denúncias de violência contra mulheres e crianças foram feitas na manhã de 5 de junho no Centro de Formação de Educadores, em Campina Grande, durante a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Diante de todos os relatos, a deputada federal Rosângela Gomes (PRB-RJ), vice-presidente da CDH, informou que levará as queixas ao conhecimento da Procuradoria da Câmara dos Deputados.

Um dos casos que mais chocou o público e os deputados federais Luiz Couto (PT-PB) e Rosângela Gomes (PTB-RJ) veio da região do Brejo. A denúncia trata de um homem que abusou sexualmente da filha, com ela teve cinco filhos e agora foi novamente acusado de praticar violência sexual contra a neta. O caso foi reportado ao Conselho Tutelar de Guarabira, mas ainda está sendo apurado.

Outro crime que chamou a atenção pela crueldade e também pela impunidade foi o caso da dona de casa Jacilene da Silva Oliveira, encontrada acorrentada, ferida e com os cabelos cortados em uma estrada vicinal de Serraria, em cuja zona rural morava. Ela havia fugido do cárcere privado e de torturas impostas pelo ex-companheiro, Carlos Alberto de Oliveira, mais conhecido como “Beto DJ”. O crime aconteceu em janeiro de 2014 e o acusado chegou a ser preso, mas ficou apenas 19 dias na prisão e está solto, trabalha na prefeitura de Pilõezinhos, enquanto a vítima teve que ser mantida em abrigos e teme por sua integridade física, assim como a dos três filhos, sendo que Jacilene estava grávida quando conseguiu fugir do algoz.

Além desses crimes denunciados, outra situação foi relatada e preocupou os parlamentares. A situação dos conselhos tutelares, muitas vezes desaparelhados. Em relação aos conselheiros, há inúmeras ameaças de violência que chegam a impedir que surjam candidatos aos cargos em muitas cidades. Outro ponto questionado pelos representantes de entidades foi o despreparo de agentes de polícia e delegados ao recepcionar mulheres vítimas de agressão. Apesar de todas as campanhas educativas já realizadas, é frequente que elas sejam desencorajadas a denunciar os episódios violentos.

“Mesmo com a Lei Maria da Penha verifica-se que a violência contra as mulheres ainda é grande, especialmente nas relações familiares. Há a necessidade de uma cultura de paz porque a violência tem sido fortalecida. Ainda há delegados que desaconselham depoentes. E mesmo nessa audiência pública, muitos denunciantes desistiram de vir por medo, por terem sido ameaçados”, disse o deputado Luiz Couto.

Em números, a violência contra mulheres, crianças e adolescentes na Paraíba é inegável. A presidente do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, Carmem Lúcia, relatou que até agora já foram notificados 24 homicídios de mulheres,

dos quais 10 tiveram motivação no tráfico de drogas, já que as vítimas foram obrigadas por seus maridos, namorados ou companheiros a assumirem os negócios ilegais. Ainda houve 11 tentativas de homicídio contra mulheres, 5 estupros de mulheres; oito estupros de adolescentes e outros 11 estupros de crianças. Também foram relatados cinco casos de abusos de crianças e adolescentes e oito agressões.

Participaram da audiência o deputado estadual Frei Anastácio e o vereador campinense Napoleão Maracajá, o promotor de Justiça Marinho Mendes, além de representantes das secretarias da Mulher e Diversidade Humana do Estado; da coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres de Campina Grande; Polícia Civil; Fórum de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes; do Disque Denúncia Estadual; do Conselho Tutelar da Região Sul, entre outros.”

Texto do portal Mais PB.

CDHM discute a violência contra a juventude negra no Distrito Federal e região do entorno

Audiência Pública sobre Violência contra a juventude negra: a situação no DF e entorno.

Em parceria com Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal

22/04/2015

Expositores: Sr. Hamilton Pereira - Secretário da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Sra. Larissa Borges - Diretora de Programas da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Sr. Neemias MC - Rapper, militante do movimento negro; Sr. Carlos Alberto de Paulo - Coordenador de Enfrentamento ao Racismo da Secretaria Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal; Sr. Genival Oliveira Gonçalves - GOG - cantor e escritor; Sr. Evandro Piza Duarte - Professor da Universidade de Brasília; e Sr. Reverendo Táta Luangomina - Sacerdote Afro da Comunidade Caxuté.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta.

Jovem negro no DF tem seis vezes mais chance de ser assassinado do que um branco. A cada 100 jovens assassinados no Distrito Federal, 85 são negros. Essa mortalidade do jovem negro deriva em grande parte do racismo latente, disse Larissa



*Deputado Orlando Silva preside a audiência da CDHM.
Créditos: Luis Macedo - Câmara dos Deputados*

Borges, representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, na audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias que discutiu nesta quarta-feira, 22 de abril, a situação desses jovens no DF e região do entorno. A superação dessa violência demanda a desconstrução da cultura da violência, o fortalecimento dos mecanismos de participação social e a cooperação e o trabalho conjunto das instituições, afirmou.

“Existem pessoas que são mais matáveis, suas vidas importam menos”, disse ela. De acordo com a gestora, os números foram coletados entre os anos de 2000 e 2011 (veja a apresentação completa da Seppir em destaque) e evidenciam um genocídio. No país, disse ela, morrem dois jovens negros por hora.

Em 2011, 27471 jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídio no país -71,4% dos jovens assassinados eram negros. No enfrentamento desse trauma social, a gestora apresentou uma série de campanhas realizadas pelo governo, como: “Reaja ou será Morto”, “Viver sem Nada, Morrer por Nada”, “Do luto, à luta”, “Eu pareço suspeito?”.

Representante da Secretaria do Enfrentamento ao Racismo no DF, Carlos Alberto de Paulo indagou: “O que nos trouxe a essa situação? Como construímos um modelo tão eficaz de sociedade racista em que violador e violado não se sentem como tal? ” Carlos Alberto citou uma situação que viveu na África do Sul, em visita àquele país oito anos após a abolição do apartheid. Ao se deparar com uma situação em que jovens negros, brancos e indianos não se misturavam questionou porque esse distanciamento era mantido após a queda do apartheid. Os jovens então lhe responderam que a geração deles era vítima de uma construção cultural. Mas um dos jovens afirmou que o Brasil tinha o sistema racista mais sofisticado. “Como vocês conseguiram ser tão eficazes?”, perguntou.

Na opinião de Carlos Alberto, o Brasil não foi apenas omissos, “foi indutor do racismo”. “As Constituições do passado tiveram políticas negativas para a população negra”, afirmou. Para o gestor do DF, “o modelo de sociedade racista não se extinguirá se não for priorizado um projeto de Nação” nesse sentido.

O Secretário da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa, Hamilton Pereira, disse que a violência está institucionalizada. O exercício da força é praticado pelo Estado ou por empresas privadas para quem a violência é terceirizada. “São forças particulares que repetem a tradição praticada pelo latifúndio, agora nas cidades, com jagunços e capitães do mato”, afirmou.

O professor Evandro Piza, da Universidade de Brasília, destacou a abordagem policial no país e a comparou à realidade nos Estados Unidos, onde a letalidade, disse, é menor do que no Brasil. “A polícia não pode ter esse poder absoluto. Esse poder absoluto é que justifica o direito de matar.”, afirmou. Para o estudioso, “existe uma indiferença da instituição policial em relação aos direitos da população negra”.

Vozes de protesto - O cantor e músico Genival Gonçalves, o “GOG”, disse que a sociedade brasileira vive hoje “uma grande intoxicação mental”. Há uma inversão de valores, em sua opinião. “Hoje se discute a terceirização do trabalho e não o PL 4471/12 (que altera o Código do Processo Penal e prevê a investigação das mortes e lesões corporais cometidas por policiais durante o trabalho), que é uma questão de vida.”

De acordo com o músico, a sociedade está mais interessada em discutir a vida de negros que obtiveram sucesso profissional a discutir a situação dos negros no país.

MC Neemias fez um relato pessoal de vida. Abandonado pela mãe, adotado por uma família desestruturada, disse que morou na rua e em abrigos no DF. Apanhou da polícia e sofreu ameaças. Sofreu tratamento vexatório, constrangedor e desumano. “O Estado não me garantiu educação e alimentação, mas o presídio sim”, afirmou. Neemias, assim como todos os componentes da audiência se posicionaram contra a redução da maioria penal. O MC disse ainda que a Justiça é omissa em relação à questão do racismo e que a mídia é preconceituosa.

Táta Luangomina, sacerdote afro da comunidade Caxuté, relatou uma experiência de violência contra a liberdade de crença que sofreu na Bahia.

Deputados em posições opostas - Para o deputado Jean Wyllys (Psol/RJ), as populações negras sofrem na presença do Estado, quando a polícia atua de forma violenta e militarizada; e na ausência do Estado, quando abre espaço para atuação do tráfico e das milícias.

A deputada Erika Kokay (PT/DF) afirmou que o combate ao racismo se torna ainda mais difícil com o que chamou de processos de "desumanização simbólica" e "naturalização da violência", que ocorrem no cotidiano.

Já o deputado Major Olímpio (PDT/SP) afirmou que as referências feitas à atuação da polícia na audiência pública foram "preconceituosas". "Não podemos dizer que a polícia é causadora disso (preconceito racial)". Na opinião do deputado, que se posicionou contra a exacerbação da violência policial, o racismo existe na sociedade.

Ministros e especialistas propõem alternativas à redução da maioridade penal

Audiência Pública para debater os direitos dos adolescentes e as alternativas à redução da maioridade penal.

16/06/2015

Expositores: Sr. JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ministro de Estado da Justiça; Sr. PEPE VARGAS - Ministro Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. MARIA DO ROSÁRIO - Deputada Federal e ex-Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. NILMÁRIO MIRANDA - Subsecretário de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais e ex-Ministro Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. PAULO AFONSO GARRIDO DE PAULA - Corregedor do Ministério Público de São Paulo; e Sr. ARI FRIENDENBACH - Vereador do Município de São Paulo

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Couto

Os ministros da Justiça e dos Direitos Humanos propuseram, como alternativa à redução da maioria penal, tempo maior de internação de adolescentes que praticarem crimes hediondos com violência. As internações seriam de até oito anos, em estabelecimentos especiais. Ao mesmo tempo, o governo federal defende penas duplicadas para adultos que aliciarem crianças e adolescentes para a prática de crimes.

As propostas foram apresentadas durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizada no dia 16/06/2015 para debater a violência contra adolescentes e a redução da maioria penal. O evento atendeu a requerimento do deputado Luiz Couto (PT-PB).

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reafirmou a posição contrária do governo à redução da maioria penal. Em vez disso, o ministro defendeu um tempo maior de internação de adolescentes que praticarem crimes hediondos, com violência ou grave ameaça. Essa internação seria de no máximo oito anos e se daria em estabelecimentos especiais ou em espaços reservados das unidades prisionais brasileiras.

Ao mesmo tempo, o governo defende penas duplicadas para os adultos que aliciarem crianças e adolescentes para a prática de crimes.

Cardozo, que participou de audiência sobre alternativas à redução da maioria penal na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, disse que as medidas defendidas por ele estão presentes no relatório

apresentado pelo senador José Pimentel (PT-CE) ao projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) que aumenta a punição para adolescentes no caso de crime hediondo.

A proposta que tramitava na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e prevê, ainda, que os adolescentes serão avaliados a cada seis meses pelo juiz responsável pelo caso. Além disso, todos os adolescentes infratores deverão obrigatoriamente estudar nos centros de recolhimento até concluir o ensino médio profissionalizante. Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que eles devem concluir apenas o ensino fundamental.



Expositores durante audiência pública da CDHM. Gabriela Korossy / Câmara dos Deputados.

Questionado sobre a aproximação de propostas do governo e de alguns parlamentares do PSDB, o ministro da Justiça descartou qualquer constrangimento na negociação da proposta entre o relator e o autor. "Não houve acordo entre PT e PSDB, mas uma identidade entre propostas apresentadas. Mesmo que houvesse tido um acordo, qual o problema quando se trata de um interesse público?", disse Cardozo.

Constituição - Segundo José Eduardo Cardozo, não há estudo que aponte que a redução da maioria penal coíba o crime. O ministro também acredita que a redução é inconstitucional por se tratar de um direito estabelecido e, portanto, cláusula pétrea. "Mesmo que inconstitucional não fosse, não nos parece apropriada a redução. É correto o julgamento de crianças e jovens como adultos?", questionou.

O ministro ressaltou que o sistema prisional brasileiro, atualmente com déficit de 300 mil vagas, não tem condições de receber os jovens que seriam julgados como adultos. "O nosso sistema prisional é uma verdadeira escola de crime. Boa parte da violência que temos na nossa sociedade é comandada de dentro dos presídios. Sabemos disso e vamos colocar crianças e adolescentes dentro dos presídios para serem capturados por essas organizações criminosas?"

Redução é solução? - Por sua vez, o ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, convidou os parlamentares a refletir sobre a questão da maioria penal e a pensar em soluções de combate à criminalidade para além da simples redução da idade de 18 para 16 anos.

Pepe Vargas defendeu, em vez da redução, a responsabilização dos adultos que corrompem esses jovens. "Para um jovem de 16 anos em um presídio de adultos, não restará alternativa a não ser se aliciar ao crime. Ao sair, ele continuará aliciado."

O ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos lembrou que a atual legislação brasileira está em sintonia com as regras das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores, sendo necessário apenas aperfeiçoá-las.

Pepe Vargas também chamou a atenção para o baixo número de adolescentes que cometem crimes graves. Dados citados por ele apontam que 0,08% dos adolescentes brasileiros cumprem medida socioeducativa. Apenas 0,01% cometeram crime contra a vida.

Por outro lado, Pepe Vargas ressaltou que os adolescentes também são vítimas de violência. Segundo o Mapa da Violência, em 2012, 10.038 adolescentes e jovens de 10 a 19 anos foram assassinados no Brasil. Entre os adolescentes, 45% da morte ocorrem por homicídio. "Foram 28 mortes por dia. Os jovens também são vítimas da violência", disse.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) destacou o papel da CDHM na promoção dos grandes debates do País. “Mais uma vez, a Comissão é protagonista, tanto no âmbito do parlamento brasileiro quanto junto à sociedade, na discussão dos debates mais importantes que ocorrem no Brasil. Essa audiência é histórica pela representatividade de autoridades e especialistas, pelo seu conteúdo e, fundamentalmente, por trazer elementos jurídicos e pesquisas que comprovam que a redução da maioria penal não é a solução. A CDHM cumpre com seu papel de jogar luz a um debate que até o momento tem sido marcado por questões emocionais e pela distorção de informações”, avaliou o deputado Pimenta.

Participaram da audiência pública, como expositores, além dos ministros da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); os ex-ministros-chefe da SDH, Maria do Rosário, deputada federal pelo PT-RS, e Nilmário Miranda, hoje secretário de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais. Também foram convidados o vereador paulistano Ari Friendenbach e o corregedor do Ministério Público de São Paulo, Paulo Afonso Garrido de Paula.

CDHM debate fortalecimento do SINASE como alternativa à redução da maioria penal

Audiência pública alusiva aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, para avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE.

14/10/2015

Expositores: Sr. RODRIGO TORRES DE ARAÚJO, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Sr. CLAUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA - Coordenador do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Sr. ROGER RAUPP RIOS - Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria Regional do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre/RS; Sras. ENID ROCHA ANDRADE SILVA e RAISSA MENEZES DE OLIVEIRA - Pesquisadoras do IPEA e autoras da Nota Técnica O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal; Sra. HELOISA HELENA SILVA DE OLIVEIRA - Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, membro da Fundação ABRINC.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta.

Mais de três anos após sua instituição, os debatedores afirmaram que o sistema ainda está longe de funcionar em sua plenitude. Especialistas, no entanto, ressaltaram os resultados positivos do projeto. O Sinase tem como objetivo a implementação de uma política pública destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, que busque dar ao processo de responsabilização do menor infrator um caráter educativo e não apenas punitivo.

Em meio a discussões sobre a redução da maioridade penal, a executiva da Fundação Abrinq, Heloisa Helena de Oliveira, avaliou que a aplicação do Sinase seria suficiente para atender os atos infracionais dos menores.

Ela criticou, porém, que um dos pontos previstos em lei, o plano de acompanhamento individual, não esteja sendo cumprido na maioria dos casos. "Todas as análises e estudos feitos pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público apontam que o plano de acompanhamento individual não existe na maioria dos casos. Ou seja, como é que vamos recuperar um adolescente, se não fazemos o acompanhamento dele durante e após o cumprimento de uma medida socioeducativa."

O deputado Luiz Couto criticou a panorama atual em relação a políticas de atendimento a crianças e adolescentes: "O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um saco sem nada. Os conselheiros não são capacitados para cuidar das crianças e dos adolescentes e há alguns profissionais que só pensam em se tornar cabos eleitorais, embora a maioria seja comprometida. Há, ainda, os pais e mães que não sabem orientar seus filhos e depois da primeira infância não se preocupam mais com eles. Como se a vida dessas crianças não tivesse muito mais valor", pontuou Couto.

Para aprimorar os profissionais que trabalham de forma direta ou indireta com o Sinase, o ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, em parceria com os estados brasileiros, criou a Escola Nacional de Socioeducação. Segundo o ministério, mais de três mil pessoas já estão estudando para lidar melhor com os adolescentes.

A técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea Enid Rocha Andrade Silva acredita que é importante pensar a violência cometida e sofrida pelos jovens nesse quadro de vulnerabilidade social. "A desigualdade social espelha uma circunstância relativa de privação de direitos, que amplifica a vulnerabilidade da população pobre. Principalmente quando a gente pensa na faixa etária da adolescência, que constrói a sua identidade em busca de um reconhecimento e, muitas vezes, quando esse reconhecimento não vem por meio de caminhos lícitos, há a busca deste por meio de cometimento de delitos, o que geram tensões e frustrações que repercutem diretamente nos processos de integração desses jovens na comunidade", afirmou.

Parlamentares cobram ação do governo para conter suicídios entre policiais federais

Audiência Pública para debater a alta incidência de suicídios entre agentes da Polícia Federal.

10/06/2015

Expositores: Sr. JONES BORGES LEAL - Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF; Sr. FLÁVIO WERNECK MENEGUELI - Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal; Sr. UBIRATAN ANTUNES SANDERSON - Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Estado do Rio Grande do Sul; Sra. MAGNÓLIA BEZERRA MENDES - Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília - UnB; Sra. LEILANE RIBEIRO DE OLIVEIRA e Sr. SÉRGIO NATAL - Representantes do Departamento de Polícia Federal.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

Conforme estatísticas dos sindicatos, apresentadas em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater as razões do elevado número de suicídio entre policiais federais, o Brasil registra o suicídio de dois policiais a cada três meses.

Parlamentares e representantes sindicais da Polícia Federal (PF) cobraram, no evento, ação do governo para conter a escalada de suicídios dentro da corporação. Conforme estatísticas dos sindicatos, o Brasil registra o suicídio de dois policiais a cada três meses. Esses números podem ser ainda piores, se incluírem mortes por causas desconhecidas e as tentativas de suicídio.

Para o presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal, Flávio Werneck Menegueli, “inércia é a palavra de ordem”, não apenas do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos do Departamento da Polícia Federal (DPF), mas do DPF.

Paulo Pimenta informou que a diretoria da Polícia Federal se negou a participar da reunião sob o argumento de que o tema não deveria ser tratado em audiência pública, e sim em reunião corporativa.

Na opinião do deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), essa explicação da direção da PF revela “prepotência e descaso com a categoria” por parte dos dirigentes. Conforme suas estimativas, o cenário é fértil para o sentimento de raiva nutrido por 46% dos servidores perante a instituição. “Todo ambiente democrático é importante, qualquer debate é melhor do que o silêncio imposto hoje”.

A ausência de diálogo é resultado da forte hierarquia institucional, acredita o presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul, Ubiratan Antunes Sanderson. “A chefia evita discutir a situação em público para não incentivar o suicídio”, disse. Nesse ponto, teve apoio do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG): “A gestão da Polícia Federal tem sido o maior fator de problemas psiquiátricos, e não o trabalho operacional do agente”.

Problemas psíquicos - O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Jones Borges Leal, por sua vez, cobrou as ações de assistência à saúde dos servidores anunciadas pelo Ministério da Justiça em 2010, que ainda não saíram do papel.

Segundo informou, mais de 30% dos policiais federais confirmam estar em tratamento psiquiátrico ou psicológico, sem contrapartida de atendimento médico. O Departamento da Polícia Federal (DPF) conta com apenas 14 psicólogos e 13 psiquiatras para atender todos os servidores, relatou.

De acordo com Borges Leal, pesquisa feita com 2 mil profissionais constatou que 87% estão insatisfeitos com o trabalho, 97% reclamam da falta de oportunidade de crescimento na carreira e 76% notam ausência de liderança da chefia.

A insatisfação é acentuada entre agentes, escrivães e papiloscopistas e administrativos. “Nos últimos três anos, tivemos 20 suicídios, nós perdemos mais colegas para o suicídio que para o crime organizado”, comparou.

Assédio moral - Segundo ele, o assédio moral (exposição de trabalhadores a situações humilhantes), é a maior causa do suicídio entre os policiais, associada à insalubridade e às longas jornadas de trabalho. “Existem colegas que trabalham com interceptação telefônica que trabalham mais de 16 horas por dia, sem sábado e domingo”, contou.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Paulo Pimenta, cobrou a regulamentação da lei que cria o adicional de fronteira (Lei 12.855/13).

A lei prevê indenização de R\$ 91 por jornada de oito horas trabalhadas por servidores públicos federais em postos de fronteira. O adicional destina-se a cargos responsáveis pela prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

Para ser aplicada, a lei depende de um decreto presidencial que estabeleça em quais localidades estratégicas os servidores receberão o adicional.

Direitos Humanos debate políticas voltadas à assistência médica e psicológica dos profissionais de segurança pública

Audiência Pública para avaliar as condições de trabalho dos profissionais de segurança pública.

08/07/2015

Expositores: Sr. DOVERCINO BORGES NETO - Representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; Sr. UBIRATAN ANTUNES SANDERSON - Presidente do Sindicato da Polícia Federal do Rio Grande do Sul; Sr. JOSÉ ROBERTO DAS NEVES - Diretor da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciário; Sr. JÂNIO BOSCO GANDRA - Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis; Sr. LUIS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS - Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais; Sra. JOÃO LUIS RODRIGUES NUNES - Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - SINPECPF; Sra. ADRIANA NUNES WOLFFENBUTTEL - Representante do Sindicato dos Servidores do Instituto de Perícia do Rio Grande do Sul.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados deu prosseguimento à agenda de debates sobre as condições de trabalho dos profissionais de segurança pública do país. Os trabalhadores da área tiveram oportunidade para falar sobre as dificuldades que enfrentam no dia a dia, o que muitas vezes, segundo os próprios agentes de segurança, não é possível em razão das “questões internas” das instituições.

A iniciativa da audiência pública foi elogiada pelos trabalhadores da segurança pública, que lembraram que eventos como esse contribuem para melhorar a imagem dos policiais junto à sociedade. Pimenta afirmou que o objetivo é abrir um debate amplo

sobre as políticas públicas voltadas à segurança, assistência médica e psicológica desses profissionais. O deputado federal Lincoln Portela (PR-MG) classificou a atividade como “um momento histórico” para a Comissão de Direitos Humanos.

Mais concursos públicos - Representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, de Policiais Militares e Bombeiros, Polícia Civil, da Receita Federal e dos Agentes Penitenciários cobraram a realização de novos concursos públicos para repor o efetivo das instituições. Também destacaram as pressões psicológicas a que estão submetidos durante o cumprimento das escalas.

De acordo com o Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul, Ubiratan Sanderson, um dos principais problemas enfrentados pelos policiais federais, hoje, é o aumento do número de suicídios entre seus servidores. “Em três anos, foram 20 suicídios”.

Para Sanderson, o Estatuto do Policial Civil da União é uma excrescência autoritária que é usada por superiores para constranger e assediar subordinados na Polícia Federal. “Não temos a quem recorrer, o regime da PF é mais rígido do que o das Forças Armadas. Quando buscamos alertá-los sobre nossa situação, eles nos dizem: reclamem para o bispo, ou então peçam para sair”, lamentou Sanderson.

Diretor da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciário, José Roberto das Neves lembrou que a profissão do trabalhador penitenciário é a segunda profissão mais estressante do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde. “Muitos agentes morrem antes de chegar à aposentadoria”, enfatizou.

Representante do Sindicato dos Analistas-Tributários da Receita Federal, Sergio Castro, pediu providências para implementação do pagamento do adicional de fronteira. A lei de 2013, que institui a indenização para os profissionais que trabalham em regiões transfronteiriças, aguarda regulamentação.

Nova lei enquadrrou como hediondo homicídio contra policiais - A presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.142 que agrava as sanções para os crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra profissionais de segurança pública e seus familiares. Para o Deputado Paulo Pimenta, autor de um dos projetos que deu origem a esta lei, “é fundamental olharmos para a realidade dos agentes que, representando o Estado, cuidam da segurança de toda a sociedade”.

A nova lei traz maior proteção para os profissionais de segurança que estejam no exercício da função e para seus familiares (cônjuge, companheiro, parente consanguíneo até terceiro grau). E introduz duas mudanças no Código Penal, considerando homicídio qualificado o assassinato de profissionais de segurança pública, aumentando, a pena para esse tipo de crime – de 6 a 20 anos de reclusão para 12 a 30 anos; além de aumentar em um a dois terços a pena para o crime de lesão corporal.

Também é alterada a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) para incluir no rol desses crimes o homicídio, a lesão corporal dolosa gravíssima e lesão corporal seguida de morte, quando praticados contra profissionais de segurança pública e seus familiares.

Instalada Subcomissão destinada a acompanhar e apurar violações de direitos humanos tendo como vítimas policiais e cidadãos nas comunidades carentes do Brasil

Proposta pelo Deputado Ezequiel Teixeira (SD-RJ), a Subcomissão destinada a acompanhar e apurar violações de direitos humanos tendo como vítimas policiais e cidadãos nas comunidades carentes do Brasil foi instalada. Foram membros da Subcomissão os Deputados Ezequiel Teixeira, que a preside, Jair Bolsonaro, Sóstenes Cavalcante, Pastor Eurico e Major Olímpio.

Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas

Coordenadores de cinco seções estaduais do PROVITA – Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas - visitaram a Comissão de Direitos Humanos e Minorias no dia 29 de abril, quando avaliaram a situação atual e solicitaram apoio ao programa, no sentido da manutenção do seu orçamento e da criação de um marco regulatório próprio.

O PROVITA é uma política pública que visa assegurar a integridade e segurança de vítimas e testemunhas que estejam sendo coagidas ou expostas à grave ameaça. Instituída em parcerias do governo federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, com governos dos estados, suas unidades estaduais são operadas por organizações da sociedade civil com notória experiência em direitos humanos. A exceção é o estado do Rio Grande do Sul, onde o próprio governo do Estado executa a política.

Cerca de mil pessoas estão hoje protegidas pelo PROVITA nos 16 estados onde atua.

Segundo afirmaram os representantes do PROVITA, embora o orçamento federal do órgão esteja congelado há três anos, forçando uma gestão extremamente econômica dos seus recursos, a política pública pode ser atingida pelos cortes de 30% anunciados pelo governo. Alertam para o estreito limiar entre a vida e a morte das pessoas atendidas, bem como a importância para o enfrentamento da impunidade - o que justifica a manutenção sem descontinuidade dessa política de direitos humanos.

Campanha pede votação do projeto pelo fim dos autos de resistência

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) recebeu no dia 5 de agosto 792 cartas de cidadãos em defesa do direito à vida, contra a manutenção dos chamados autos de resistência e em apoio ao Projeto de Lei 4471/2012, em tramitação na Câmara dos Deputados.

As cartas são fruto da mobilização do Movimento Jovem de Políticas Públicas (MJPop) e da ONG Visão Mundial, foram remetidas a partir dos estados do Ceará e Pernambuco e trazidas ao presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Auto de Resistência é o termo usado pelas instituições de segurança pública para classificar mortes de pessoas que supostamente resistiram à ação da polícia. Para defensores de direitos humanos, inclusive os que organizaram essa mobilização, trata-se de um artifício para legalizar e manter impune uma prática genocida da PM nas periferias, um instrumento de racismo institucionalizado.

As cartas citam que, em 2011, 42% das mortes foram registradas como auto de resistência nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Uma pesquisa feita pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com dados oficiais, revela que 61% das vítimas da polícia no estado de São Paulo são negras, 97% são homens e 77% têm de 15 a 29 anos. Ou seja, a grande maioria das vítimas da polícia, enquadradas no auto de resistência, é negra e jovem.

Nas cartas, os remetentes defendem a vida e afirmam que o auto de resistência impede a construção da paz e da justiça. Pedem ao Congresso Nacional, finalmente, que coíba esse genocídio de jovens pobres e negros.

O presidente da CDHM avaliou que “Precisamos eliminar essa brecha na legislação que permite a violação, por agentes do Estado, do direito à vida de tantos jovens brasileiros”.

CDHM cobra providências contra delegado que prendeu trabalhadora por comer bombom na sede da PF

O presidente da CDHM formalizou representação ao Ministério Público Federal, Ministério da Justiça, Polícia Federal e Procuradoria Geral da República pedindo providências investigativas e penais para apurar - com base nas informações da imprensa - abuso de autoridade do delegado da Polícia Federal Agostinho Cascardo, que teria autuado zeladora por “furto qualificado” de um bombom. O caso ocorreu na sede da PF em Boa Vista (RR).

A representação diz que, “tomando por verdadeiras as informações divulgadas na imprensa”, o ilícito foi cometido pelo delegado Agostinho Cascardo. O abuso de autoridade, além de previsto no estatuto do regime jurídico dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, é também regulado pela Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965. “É o que fez o membro da Polícia Federal. Ele se valeu de sua função para agir abusivamente em relação à zeladora, imputando-lhe um crime inexistente. Trata-se da prevalência de caprichos pessoais de autoridade que não emprega adequadamente as prerrogativas de seu cargo. A ausência de sanções ao membro da Polícia Federal responsável é um péssimo precedente de arbítrio de poder e de violação dos direitos humanos”, diz o documento.

Na representação, a Comissão de Direitos Humanos reforça o entendimento jurídico de que o ato da zeladora não constitui crime. “Não há tipo, porque um bombom não é um bem jurídico relevante o suficiente para ser protegido penalmente. A irrelevância do bem subtraído implica na atipicidade da conduta”.

A representação cita também jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal sobre casos relativos a ínfimos valores e o entendimento de um dos mais conceituados doutrinadores na área do Direito Penal brasileiro, Guilherme de Souza

Nucci, que ensina que “o direito penal não se ocupa de insignificâncias (aquilo que a própria sociedade concebe ser de somenos importância), deixando de se considerar fato típico a subtração de pequeninas coisas de valor nitidamente irrelevante”.

O Presidente da OAB de Roraima, Jorge Fraxe, também se manifestou sobre o caso afirmando que a “atitude foi desproporcional” e pode ser classificada como abuso de autoridade.

Câmeras de segurança teriam registrado a trabalhadora comendo o bombom, que estaria sobre a mesa do delegado. Após o episódio, a zeladora terceirizada teria sido demitida por justa causa da empresa, a pedido da PF. Ela admitiu que comeu o bombom, e que iria avisar o delegado posteriormente. A zeladora de 32 anos, que é mãe de quatro filhos, se ofereceu para pagar o chocolate, o que não foi aceito. “Sei que estou abaixo dele [delegado], mas queria conversar e entender porque ele fez tudo isso comigo”, disse à imprensa.

Repúdio à violência policial contra feministas

NOTA DE REPÚDIO À REPRESSÃO POLICIAL DA BM CONTRA FEMINISTAS

A presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados repudia os atos de violência policial denunciados por participantes da Feira do Livro Feminista e Autônoma de Porto Alegre. Mulheres reunidas no evento relatam que foram brutalmente agredidas por membros Brigada Militar, sob a justificativa de estarem fazendo barulho.

As agressões narradas, que teriam incluído ameaças de morte com armas em punho, golpes de cassetetes e chutes, são absolutamente injustificáveis, desproporcionais e criminosas. Episódios como esse são retratos de ódio, produtos extremos de uma cultura de masculinidade agressiva e de dominação patriarcal.

É essa cultura que faz vítimas ao redor do Brasil e do mundo todo dia: vítimas que são humilhadas, subalternizadas, agredidas e assassinadas pelo simples fato de serem mulheres. Por isso a luta e cotidiana contra o machismo e contra a violência simbólica e física é tão importante. São lutas por direitos humanos.

Esta presidência, além de apoiar a resistência e a organização das mulheres, pede a investigação devida do caso. A Corregedoria de Polícia, a Secretaria de Segurança Pública e o Ministério Público devem atuar de acordo com suas atribuições institucionais a fim de apurar o ocorrido e punir os responsáveis pelas agressões denunciadas.

Brasília, 3 de novembro de 2015.

Deputado PAULO PIMENTA

Presidente

Proteção a testemunhas precisa de mais verbas

Audiência pública para debater denúncias de ameaças, invasões e expulsão de moradores beneficiados pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida.

11/11/2015

Expositores: Sra. MONIQUE CHEKER DE SOUZA - Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro; Pe. PEDRO STEPIEN - Diretor Nacional da Associação Pró-vida e Pró-família; Coordenador da Pastoral da Criança da Diocese de Luziânia e Diretor Espiritual dos Refugiados do Brasil; Sr. PAULO FERNANDO MELO DA COSTA- Advogado; Sr. DELEGADO ALEXANDRE HERDY, Atual Chefe da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas da Secretaria de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro; Sr. DELEGADO ALEXANDRE CAPOTE PINTO, Ex-Chefe da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas da Secretaria de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Couto

Participantes da audiência pública realizada no dia 11 de, que discutiu denúncias de ameaças feitas por milicianos a moradores beneficiados pelo Minha Casa Minha Vida, defenderam mais recursos para aperfeiçoar o programa de proteção a testemunhas, do governo federal.

A procuradora da República no Rio de Janeiro Monique Cheker de Souza destacou que o programa revela-se um instrumento fundamental de combate à criminalidade e deve ser instalado em todos os estados. “Não é acessório, é principal”, ressaltou. Ela informou que, em 2013, 113 testemunhas participaram do programa no Rio de Janeiro e, em 2014, esse número caiu para 67. Esses dados, de acordo com Monique, mostram que a iniciativa não está sendo eficaz.

Para melhorar esse panorama, a procuradora sugeriu a assinatura de convênios que assegurem a transferência de verbas entre o governo federal e os estados, além da adoção de projetos de reinserção social, com assistência financeira, para evitar a perpetuação da testemunha no programa.

Alexandre Capote Pinto, ex-chefe da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) do Rio de Janeiro, também cobrou o fortalecimento do programa de proteção a testemunhas. “Se não há como oferecer um programa eficiente, como vamos convencer as testemunhas a depor? Elas vão morar onde? Dentro da delegacia?”, questionou.

Milícias

Sobre as denúncias de ameaças feitas por milícias a moradores de alguns conjuntos habitacionais do programa federal Minha Casa Minha Vida, Monique Cheker afirmou que o fato de o governo federal não fazer uma análise territorial antes da instalação desses conjuntos habitacionais favorece o surgimento de organizações criminosas. “A meu ver, parece claro que, se o governo coloca de 1000 a 1200 famílias em uma área que já é de risco, não fica difícil concluir que esse empreendimento pode dar problema. É importante antecipar esses riscos para evitar ocorrências desse tipo”, comentou.

Alexandre Capote Pinto informou que cerca de 30 mil famílias beneficiadas pelo Minha Casa Minha Vida estão sob coação de milícias no Rio de Janeiro. Ele explicou que o primeiro passo dos criminosos é cooptar os síndicos dos empreendimentos. “Se o síndico não se rende, é expulso ou assassinado”, declarou.

Após a cooptação do síndico, continuou o delegado, os milicianos passam a ter informações privilegiadas dos moradores do condomínio (dados de parentes, filhos, bens, cadastros e contas bancárias) para começar um processo de coação e extorsão. “Os milicianos passam a cobrar taxas de segurança a pretexto de assegurar a vida das famílias e prosseguem com o ‘pacote de extorsão’”, relatou.

O ex-chefe do Draco sugeriu que uma pessoa jurídica assumira a administração dos condomínios, que haja mais orientação aos moradores a respeito da ação das milícias e que seja aberto um canal de recepção eficiente de denúncias.

Omissão

Por sua vez, o advogado Paulo Fernando Melo da Costa sustentou que a situação das famílias expulsas pelas milícias no Rio de Janeiro é crítica e que o governo federal não tem interesse em resolver o problema. “Já que o Poder Público não resolve, que as nações amigas ajudem essas famílias”, pediu.

O coordenador da Pastoral da Criança da Diocese de Luziânia, Pedro Stepien, destacou que ajuda cinco famílias fluminenses a se esconderem da perseguição de milicianos: “Essa situação é revoltante”.

Deputados e debatedores divergem sobre uso de força e de arma nas ações policiais

Audiência Pública refletiu sobre o exercício da atividade policial, e o PL nº 179/2003, que disciplina o uso da força e de arma de fogo por forças de segurança.

16/09/2015

Expositores: Dr. MARIO LUIZ BONSAGLIA - Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão - Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal; Sra. STEPHANIE MORIN - Coordenadora de Área de Gestão do Conhecimento do Instituto Sou da Paz de São Paulo/SP; Sr. PEHKK JONES GOMES DA SILVEIRA - Subsecretário de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de

Janeiro; Sra. MAURÍCIO RASI- Representante da Secretária Nacional de Segurança Pública - MJ; Sr. ANDRÉ ZANETIC - Pesquisador e representante do Núcleo de Estudo da Violência da USP/SP.

Requerimento de autoria do Deputado Daniel Coelho.

Deputados e debatedores divergiram sobre uso de força e de arma nas atividades policiais em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias sobre o Projeto de Lei 179/03. Participaram do debate representantes do Ministério Público, das secretarias nacional e fluminense de segurança pública, além e pesquisadores.

De forma geral, todos apoiaram, com algumas ressalvas, a proposta do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que traz regras para a abordagem policial e tipifica condutas criminosas com o uso da força.

O Ministério Público alertou que, em 2014, cerca de 2.300 pessoas morreram em decorrência de ações policiais e que autoridades de segurança pública estaduais já reconheceram a existência de grupos de extermínio envolvendo policiais.

A coordenadora da área de gestão do conhecimento do Instituto Sou da Paz, de São Paulo, Stephanie Morin, sintetizou o apoio dos especialistas à proposta. "É fundamental desenvolver procedimentos detalhados para os policiais seguirem no dia a dia e investir na formação de policiais regularmente, em todos os níveis de força e para todos os equipamentos disponíveis para eles," disse Morin.

Esse apoio unânime dos debatedores gerou críticas dos parlamentares ligados à segurança pública, como o deputado Capitão Augusto (PR-SP), que alegou haver uma "vitimização do marginal" e pouco interesse na proteção dos policiais que combatem o crime diretamente nas ruas. Ele chegou a dizer que a questão da segurança pública no Brasil "está falida".

O subsecretário de segurança pública do Rio de Janeiro, Pehkk Jones Silveira, citou os esforços do estado para reduzir o número de homicídios em abordagens policiais. Ele ressaltou que todo cidadão, mesmo fora da lei, deve ser tratado com base na legalidade, e concordou que um protocolo de ação trará mais segurança inclusive para o próprio policial.

Ainda não há previsão para a apresentação do parecer do relator, deputado Daniel Coelho (PSDB-PE). Para o parlamentar, apesar do tema ser muito polêmico, precisa ser discutido. “As opiniões, por mais que tenham sido radicais em alguns momentos, nos ajudam a buscar o ponto de equilíbrio”, declarou.

A proposta está em análise na Comissão de Direitos Humanos e também será apreciada nas Comissões de Segurança Pública e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, antes de ser votada pelo Plenário.

Debatedores propõem maior divulgação da Convenção de Haia sobre sequestro internacional

Audiência pública com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para discutir a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

12/08/2015

Expositores: Sr. GEORGE LIMA - Coordenador-Geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. ALINE YAMAMOTO, Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Secretária de Políticas para as Mulheres; Sra. CLÁUDIA GRABOIS - Advogada; Sra. ELIANA APARECIDA ROGRIGUES-MÄRZ - mãe de criança repatriada; Sr. DANILO COELHO - pai cuja criança foi levada pela mãe para o exterior e nunca mais retornou; Sra. NADIA DE ARAUJO - Professora de Direito Internacional Privado (autora de diversos livros na área).

Requerimentos de autoria dos Deputados Daniel Coelho, Mara Gabrilli, Paulo Pimenta, Jean Wyllys, Cabo Daciolo, Takayama, Heráclito Fortes e Raul Jungmann.

Debatedores da audiência pública conjunta reclamaram da falta de divulgação sobre a aplicação da Convenção de Haia, que trata dos aspectos cíveis do sequestro internacional de crianças. A Convenção de Haia trata, entre outros, da guarda dos filhos no âmbito internacional. Pela convenção, quem decide é a justiça do país de residência habitual da criança.

Subscrita por 93 países, a Convenção está em vigor desde 2000. Sua aplicação no Brasil é promovida por uma autoridade central, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, mas pouca gente sabe disso.

Segundo o médico Danilo Coelho, pai de uma menina de seis anos levada pela mãe para a França sem sua autorização, nem mesmo seu advogado tinha conhecimento da convenção.

Danilo Coelho sugeriu que a convenção seja mais bem divulgada entre profissionais, autoridades e a sociedade. "Fazendo isso nós teremos também uma força dissuasória contra pais e mães que pensem numa estratégia, que é uma estratégia lamentável, de querer privar o contato da criança com o outro genitor e com a família do outro genitor. Nós temos que fortalecer a prevenção desses casos".

Eliana Aparecida Rodrigues-März, mãe de uma menina de 11 anos repatriada, portadora de síndrome de down, considera que os profissionais sabem muito pouco sobre o documento. Ela sugeriu, durante a audiência, parcerias com universidades para que seja focado o direito de família. März também propôs a realização de palestras sobre a Convenção de Haia.

Ela ainda reclamou do serviço judicial gratuito e da falta de apoio de órgãos públicos brasileiros. "O Brasil não está defendendo seus cidadãos".

A deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), uma das que assinaram o requerimento para a audiência, sugeriu como indicação das comissões que as embaixadas brasileiras no exterior tenham um departamento para tratar da guarda dos filhos de pais separados. "Para que eles tenham mais informação e para que a gente também tenha uma visão, uma conduta de mais celeridade junto ao Judiciário, porque a gente está falando da vida de crianças no seu desenvolvimento, nos primórdios."

Processos no Brasil

A Secretaria de Direitos Humanos contabiliza 261 processos envolvendo a aplicação da convenção sobre crianças brasileiras levadas para o exterior ou trazidas de outros países sem o consentimento de um dos pais.

Conforme explicou o coordenador de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos, George Lima, uma das dificuldades de famílias nessa situação é a demora do andamento das causas no Judiciário.

Segundo ele, a Secretaria de Direitos Humanos distribui cartilhas informativas na hora do registro de criança brasileira no exterior e na entrega do passaporte de crianças.

George Lima disse que a ideia é encaminhar um projeto de lei ao Congresso para apressar este processo. "Como o Poder Legislativo tem se envolvido nesse debate e é da sua competência legislar, nada mais natural que os dois poderes cooperem para que tenhamos um projeto de lei. Só através de uma lei é que vamos conseguir estabelecer um rito específico para o Judiciário".

Iniciativas

Entre as iniciativas da Secretaria de Direitos Humanos para ajudar as famílias está a distribuição de cartilhas informativas na hora do registro de uma criança brasileira no exterior e na entrega do passaporte do menor de idade; ações de prevenção no momento anterior à migração; além da capacitação de vários agentes como defensores públicos federais, psicólogos e funcionários de consulados.

A secretária adjunta de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, da Secretária de Políticas para as Mulheres, Aline Yamamoto, informou que o serviço telefônico 180 atende mulheres vítimas de violência no exterior em 13 países desde março.

Segundo a secretária, o serviço começou com Itália, Espanha e Portugal e a meta é ampliar a abrangência para 30 países.

A professora de Direito Internacional Privado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora de diversos livros na área Nádya de Araújo informou que um grupo de trabalho, do qual faz parte, trabalha para permitir o fortalecimento dos acordos privados entre os pais sobre a guarda das crianças.

Segundo a professora, as situações descritas pelos pais durante a audiência pública são muito comuns porque há facilidade de cruzar fronteiras com crianças.

Quem está no Brasil e teve o filho levado para o exterior deve procurar a Autoridade Central brasileira para obter informações de como entrar com o pedido de cooperação. O endereço é: www.direitoshumanos.gov.br.

Quem está no exterior e teve o filho trazido para o Brasil sem autorização deve buscar a Autoridade Central do país onde a pessoa reside. Na mesma página da Secretaria de Direitos Humanos na internet, há informações sobre essas autoridades no exterior.

CNJ e Ministério da Justiça fazem balanço do projeto Audiências de Custódia

Audiência pública para apresentação do balanço de implantação do "Projeto Audiências de Custódia", conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Ministério da Justiça.

26/11/2015

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, realizada no dia 25 de novembro, debateu a implantação do Projeto Audiências de Custódia, conduzido pelo Ministério da Justiça em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Participaram do evento, como expositores, os representantes do CNJ, Luis Sant'ana Lanfredi, juiz auxiliar da presidência do Supremo Tribunal Federal; e do Ministério da Justiça, Renato Campos De Vitto, diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

O autor do requerimento para a audiência e presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), explicou que a audiência de custódia consiste em apresentar o preso em flagrante em até 24 horas ao juiz, com apoio de uma estrutura multidisciplinar, na presença do Ministério Público, Defensoria Pública ou Advogado de Defesa.

“A audiência de custódia destina-se a uma primeira análise sobre o cabimento e a necessidade e de manutenção da prisão, possíveis medidas alternativas à prisão ou concessão da liberdade. É uma forma de evitar a situação degradante de presos

provisórios no país, permitindo inclusive a pronta identificação de casos de abuso do poder punitivo e de eventuais ocorrências de tortura”, acrescentou Paulo Pimenta.

O juiz auxiliar da presidência do CNJ, Luis Sant’ana Lanfredi, lembrou que em vários países, inclusive nos EUA, as audiências de custódia são práticas bem-sucedidas, que permitem ao juiz conhecer os casos de forma mais humanizada e melhor fundamentada, qualificando assim a porta de entrada do sistema prisional.

O diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, Renato Campos De Vitto, por sua vez, informou que as audiências permitem aplicar melhor as penas alternativas, evitando desnecessárias prisões de curto prazo – que tem facilitado na prática que jovens autores de pequenos atos infracionais, sem poder ofensivo significativo à sociedade, acabem tornando-se mão-de-obra do crime organizado. O diretor do DEPEN mostrou indicadores de que a taxa de reincidência criminal é menor nos casos de pena alternativa à prisão.

O projeto piloto, lançado em fevereiro de 2015, também é objeto do Projeto de Lei do Senado Federal n. 554/2011. A matéria foi aprovada em setembro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania naquela casa e, agora, deverá ser apreciada pela Câmara dos Deputados.

CDHM faz diligência ao templo Axé Oyá Bagan de Mãe Baiana, incendiado

Após incêndio, no dia 27/11, do Templo Axé Oyá Bagan de Mãe Baiana, no Distrito Federal, o Presidente da CDHM participou de visita ao local, junto a autoridades federais e distrital, inclusive o governador Rodrigo Rollemberg. Há fortes indícios de que se tratou de ação criminoso. Na ocasião, Rollemberg anunciou a criação de uma delegacia especializada para investigar crimes de racismo e intolerância, e determinou prioridade na investigação.

Segundo o Deputado Paulo Pimenta, “Mãe Baiana é uma liderança nacional na luta contra o racismo, o trabalho escravo, os crimes de ódio e na defesa da diversidade religiosa. O ataque contra sua casa reforça ainda mais a necessidade de denúncia destes crimes e de combate à impunidade.”



O Deputado Paulo Pimenta também divulgou nota oficial a respeito. Leia:

Presidente da CDHM e membros da comunidade Axé Oyá visitam área incendiada. Créditos: Luiz Henrique Oliveira.

Nota oficial sobre o incêndio de templo religioso em Brasília

O incêndio criminoso se reveste dos traços de racismo, ódio e intolerância religiosa, que provocou a perda de objetos religiosos de relevante valor simbólico e que poderia ter causado mortes, caso houvesse pessoas alojadas naquele momento.

Este é mais um incêndio de templo religioso de matriz africana, que tem sido recorrente no Brasil, inclusive no Distrito Federal e Entorno. E atinge uma sacerdotisa que também é conhecida por sua liderança do povo de terreiro em nível nacional.

Exigimos que as autoridades policiais do Distrito Federal apurem com todo o rigor que o caso requer. Do contrário estaria configurada dupla vitimização, como tem ocorrido em outros casos de violência contra templos do Candomblé e da Umbanda, em que prevaleceu o descaso de autoridades policiais e a impunidade dos criminosos.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias tem realizado eventos e agido em prol da tolerância, do respeito e do diálogo entre todas as fés e denominações religiosas, assim como em defesa do Estado laico, como padrões básicos de civilização e prevalência dos direitos humanos.

Condenamos não só os que ateiam fogo a templos. Também devem ser condenadas as manifestações intolerantes e fundamentalistas que dão suporte e encorajam ações violentas como essa que resultou na destruição do templo de Mãe Baiana. Entretanto, não generalizamos, pois somos testemunhas do empenho de lideranças e personalidades de todas as religiões que tem contribuído para o diálogo e o respeito inter-religioso.

Brasília, 27 de novembro de 2015.

Dep. Paulo Pimenta

Presidente

Nota pública sobre bebê indígena degolado em Santa Catarina

O presidente da CDHM pediu providências sobre o crime de ódio. Leia a nota.

NOTA PÚBLICA SOBRE BEBÊ INDÍGENA DEGOLADO SANTA CATARINA

O último dia de 2015 foi marcado por uma brutalidade inominável. Um bebê Kaigang foi degolado no colo de sua mãe enquanto ela o amamentava. A atrocidade aconteceu na rodoviária de Imbituba – SC.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Polícia Militar chegou a prender um homem, mas nenhuma das testemunhas o reconheceu como autor do crime hediondo. O CIMI ainda afirma que o advogado que acompanhou a família na delegacia estuda a possibilidade de o crime ter sido praticado por integrante de grupo neonazista ou outra corrente que se sustente sobre o ódio de raça, classe, etnia, gênero e orientação sexual.

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados pedi, ao Secretário de Estado de

Segurança Pública de Santa Catarina e ao Procurador-Geral de Justiça do Estado, que sejam tomadas providências quanto ao crime. Ideias e práticas genocidas devem ser combatidas com veemência. Investigar e punir o responsável não é apenas uma exigência da legislação; trata-se de um imperativo de direitos humanos, para que não voltem ocorrer novos horrores motivados pelo preconceito.

Deputado Paulo Pimenta
Presidente da CDHM

5 de janeiro de 2016

Presidente da CDHM pede diálogo para evitar "novo Pinheirinho"

Estavam na iminência de serem despejadas cerca de 1500 famílias que ocupavam há mais de dois anos a “Vila Soma”, em Sumaré-SP. Diante disso, no dia 13 de janeiro de 2016, o Presidente da CDHM, Deputado Paulo Pimenta, pediu apoio da procuradoria Geral da República e do Presidente do STF para evitar a tragédia. O despejo foi suspenso pelo Ministro Ricardo Lewandowski.

A área era de propriedade da falida Soma Equipamentos Industriais S/A e estava desocupada há mais duas décadas quando as famílias chegaram. A empresa reivindicou a posse das terras na justiça e o Ministério Público também moveu uma ação por uso irregular do solo. Diante disso, um grupo de trabalho formado por representantes do Governo Federal, do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Sumaré e das famílias.

Alcançou-se um acordo para realocar em moradores em dois bairros da cidade através do programa Minha Casa Minha Vida. Mesmo com diversos passos realizados para a estruturação do projeto, homologado pelo Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse do Tribunal de Justiça de São Paulo, a execução do despejo determinado pela Justiça foi agendada para o dia 17 de janeiro.

O Presidente da CDHM, Deputado Paulo Pimenta, defendeu que o acordo já firmado deveria ser cumprido. Segundo ele, os despejos forçados de coletividades, além de serem evidente obstáculo ao direito à moradia e a demais direitos sociais, costumam redundar, também, em violações à integridade física e à vida dos ocupantes. Diante disso, ele pediu que a Procuradoria-Geral da República, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo e o Presidente do Supremo Tribunal Federal tomassem providências a fim evitar o despejo e as graves violações de direitos humanos decorrentes. Pediu, também, ao Secretário de Segurança Pública, responsável pelas tropas policiais que efetivarão a ordem, que busque uma “solução mediada” para a situação.

O caso tinha muitas semelhanças com Pinheirinho, área despejada em 2012, cuja violência repercutiu mundialmente. Em Pinheirinho também viviam cerca de 1500 famílias; a Polícia de São Paulo cumpria ordem judicial e a área era, igualmente, propriedade de massa falida.

Registro de casos de ódio cresceu dez vezes entre 2014 e 2015

Nota pública do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados

Hoje foi divulgado o balanço dos atendimentos do Disque 100 – canal de denúncia de violações de direitos humanos, gerido pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Os dados revelam em número o que já vem sendo percebido como realidade: o aumento expressivo do ódio e da intolerância.

O registro de violações sobre intolerância religiosa, xenofobia e apologia e incitação ao crime, somadas, cresceu dez vezes de 2014 para 2015.

Esse aumento se deu mesmo excluindo da soma os casos de violações à igualdade racial (cujo registro aumentou em 5811%), porque até meados de 2015 essas denúncias eram feitas por canal específico.

Os registros de homo e transfobia quase dobraram.

Como salientou a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Irina Bacci, o número de denúncias não significa o número de

casos de violência realmente cometidos. Evidentemente que um universo imensurável de violações acontece sem que cheguem ao Disque 100 ou a qualquer instituição. Como observou o Secretário Especial de Direitos Humanos, Rogério Sotilli, é muito provável que o quadro geral de violações de direitos humanos esteja regredindo, à medida que se aprimoram as políticas públicas e em que se fortalecem as redes de proteção.

Assim, poderia se dizer que crescimento da quantidade de registros não representa um recrudescimento do ódio efetivamente vivenciado no dia a dia. Os números poderiam indicar simplesmente maior consciência dos direitos ou ampliação do conhecimento sobre o instrumento que é o Disque 100.

Esse argumento seria válido se outros tipos de violação não tivessem o registro diminuído, como as relativas a crianças e adolescentes – maior grupo registros – e a pessoas em restrição de liberdade. Bem diferente disso, os registros de intolerância religiosa quase triplicaram, o dos casos de xenofobia quase quadruplicaram e o dos casos de apologia e incitação ao crime cresceram nada menos que 3666%! Um aumento de 38 vezes! Os registros de violência contra pessoas LGBT, por sua vez, cresceu 97%.

As estatísticas são coerentes com os diversos episódios emblemáticos graves vividos em 2015, como o incêndio do terreiro da Mãe Baiana, a travesti incendiada em Curitiba, o ódio contra imigrantes, o racismo e os brados em manifestações conservadoras contra o PT e a esquerda. Esses casos emblemáticos se refletem nas milhares de ligações feitas por cidadãos vitimados ao Disque 100. Se temos avanços expressivos em relação à inclusão social, temos presenciado também o crescimento de setores da sociedade que mais e mais se apegam ao ódio como conduta.

Brasília, 27 de janeiro de 2016.
Deputado Paulo Pimenta
Presidente da CDHM

Tragédias

Familiares das vítimas da boate Kiss criticam impunidade dos responsáveis pela tragédia

Audiência pública para debater os 1000 dias da tragédia na Boate Kiss - situação das investigações e prevenção de novos incêndios.

04/11/2015

Expositores: Sra. JÚLIA DE ALBUQUERQUE PACHECO - Representante do Ministério da Saúde; Sr. FABIANO DALLAZEN - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Rio Grande do Sul; Dra. LUCIANA CACCAVO MIGUEL - Diretora Médica do Instituto de Oxigenoterapia Hiperbárica do Brasil, Porto Alegre/RS; Sra. NILDA GÓMEZ - Presidente da ONG Famílias por la Vida; Sr. JOSÉ CARLOS TOMINA - Membro do Conselho Técnico da Associação Brasileira de Normas Técnicas e Superintendente do Comitê Brasileiro de Segurança Contra Incêndio / CB-24; Sr. SÉRGIO DA SILVA - Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria -AVTSM; Sr. PAULO CARVALHO - Diretor Jurídico da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria; Sra. ALINE HENRIQUES MAIA - Sobrevivente do incêndio na Boate Kiss; Sr. GUSTAVO CAUDURO CADORE - Sobrevivente do incêndio na Boate Kiss. Sr. ALEX FABIANO MAGALHÃES – Representante do Ministério das Cidades.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta.

Passados mais de mil dias da tragédia da boate Kiss, que matou 242 pessoas na cidade gaúcha de Santa Maria, a sensação de impunidade é mais um entrave para amenizar a dor dos familiares das vítimas. Indignados, eles cobraram punição às autoridades públicas envolvidas no caso, durante audiência na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no dia 4 de novembro.

Representante da Associação das Vítimas da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), Paulo Carvalho criticou as condutas do Ministério Público no caso. “Em mil dias, nem um culpado, ninguém responsabilizado. Aliás, o Ministério Público achou

culpados, sim. Três pais, entre eles eu, pelas críticas públicas que fizemos ao MP. No processo da Kiss, sentaram em cima, mas são ágeis para denunciar os pais”, protestou.

Carvalho, que perdeu um filho na tragédia, lembrou que o Ministério Público pediu o arquivamento do processo que envolvia o prefeito e os secretários municipais de Santa Maria. “Nunca ouvimos sequer um pedido de desculpas das autoridades”, disse indignado. Familiares recordaram que o primeiro-ministro da Romênia foi obrigado a renunciar ao cargo após protestos da população diante de um incêndio em uma boate que resultou na morte de 32 pessoas, ocorrido neste último final de semana.



Familiares falam em audiência pública da CDHM. Luís Macedo / Câmara dos Deputados

Aline Maia, sobrevivente da Kiss, lamentou que até agora o sofrimento de todos está sendo em vão já que não houve punição aos culpados. Ela contou que ficou em coma e hospitalizada por um mês e que até hoje sofre com problemas pulmonares, e tem acompanhamento médico de fisioterapeuta, psicólogo, psiquiatra e neurologista. Em razão das sequelas, ela está afastada do trabalho. Aline também registrou que o órgão de saúde estadual do Rio Grande do Sul não tem fornecido os medicamentos necessários aos sobreviventes.

Gustavo Cauduro Cadoré, outro sobrevivente da tragédia, que teve os dois braços queimados, conta que uma grande vitória foi quando voltou a fazer “as coisas” sozinho, como almoçar, por exemplo.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e autor da proposta para a audiência, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) apontou a falta de sensibilidade das autoridades com a dor das famílias. “O que nós mais ouvimos é o Ministério Público, a Prefeitura Municipal, os bombeiros e todos envolvidos alegarem não ter culpa nenhuma pelo incêndio da Kiss. O que eu gostaria é que eles se perguntassem o que poderiam ter feito para que esse episódio tivesse sido evitado”, cobrou o parlamentar.

Lei Kiss

Aprovado na Câmara em 2014, o projeto que trata sobre prevenção e combate a incêndios em casas noturnas no país recebeu modificações no Senado Federal no mês passado. Entre as alterações, a mais criticada por especialistas foi a que retirou a obrigatoriedade de estados e municípios observarem as normas da ABNT, para criar um padrão de segurança em todo o Brasil. Relator da proposta na Câmara, o deputado federal Paulo Pimenta pretende incluir novamente esse dispositivo no projeto de lei.

O presidente da CDHM informou também que o colegiado aprovou uma Proposta de Fiscalização e Controle, por meio da qual será feito acompanhamento dos inquéritos e cobradas ações preventivas de incêndios e outros sinistros.

Os deputados presentes ponderaram ao representante Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Rio Grande do Sul, Fabiano Dallazen, que a instituição archive os processos que instaurou de calúnia, injúria e difamação contra os familiares.

Comissão institui fiscalização e controle da apuração de responsabilidades e reparações às vítimas da boate Kiss

Requerimento do deputado Paulo Pimenta

Proposta de Fiscalização e Controle-PFC nº 62/2015, de autoria do Deputado Luiz Couto

A CDHM aprovou a Proposta de Fiscalização e Controle-PFC nº 62/2015, de autoria do Deputado Luiz Couto, criada em atendimento ao requerimento nº 125/2015, de iniciativa do Deputado Paulo Pimenta, aprovado em 16 de setembro de 2015.

A PFC “propõe que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias fiscalize os órgãos da administração direta e indireta da União incumbidos de supervisionar a apuração das responsabilidades sobre o incêndio na boate Kiss, ocorrido em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 27 de janeiro de 2013, com 922 vítimas, sendo 242 fatais”.

A medida foi uma resposta da CDHM, no âmbito de suas atribuições, às denúncias e apelos apresentados à Comissão de Direitos Humanos e Minorias pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria - AVTSM para por fim à impunidade que marca a apuração de responsabilidades pela tragédia, quando já se completavam 1.000 dias desde a fatídica data.

De acordo com o Plano de Trabalho e Metodologia de Avaliação sobre a matéria, são seis os objetivos da ação de fiscalização e controle:

1. Cobrar respostas do Ministério da Justiça, na área de segurança pública, sobre a percepção de impunidade expressada pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM);
2. Cobrar respostas do Ministério das Cidades, nas áreas de desenvolvimento urbano e urbanização, sobre avaliação e providências para prevenir eventos trágicos como o ocorrido em Santa Maria, em 2013;
3. Solicitar apoio e esclarecimentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre as críticas da AVTSM aos processos relacionados à tragédia de Santa Maria em andamento no Poder Judiciário estadual;
4. Solicitar apoio e esclarecimentos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre as críticas da AVTSM à atuação do Ministério Público estadual;
5. Solicitar apoio e esclarecimentos do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG - PM/BM) sobre as críticas da AVTSM à atuação do Corpo de Bombeiros estadual; e
6. Avaliar se a legislação vigente é suficiente para coibir as violações de direitos de que trata.

Quanto aos procedimentos de obtenção e análise das informações, a CDHM definiu:

1. Requerer informações aos órgãos da administração direta e indireta da União com responsabilidade sobre a matéria;
2. Solicitar informações a organizações da sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituições de pesquisa e acadêmicas, nacionais e internacionais, com reconhecida competência técnica nos campos de interesse da PFC;
3. Realizar viagens nacionais e internacionais para estreitar a cooperação entre parlamentos e visitar instituições com atuação relevante para o deslinde das questões analisadas;
4. Realizar seminários, audiências públicas, reuniões presenciais, por teleconferência ou videoconferência, e demais procedimentos que permitam o intercâmbio de informações e ampliem a capacidade institucional de lidar com os problemas analisados;
5. Consolidar a parceria da Comissão de Direitos Humanos e Minorias com os demais órgãos envolvidos com o tema, de modo a fortalecer a cooperação institucional e ampliar a garantia de efetividade dos direitos humanos; e
6. Consultar o Tribunal de Contas da União sobre a existência de auditoria sobre o tema no passado, e, em caso de resposta negativa, sobre a possibilidade de realização de auditoria futura.

Tragédia de Mariana

Audiência pública conjunta das Comissões CDHM, CFFC, CLP e CMADS para debater as Causas, os Efeitos, as Providências e as Lições Aprendidas com o Rompimento das Barragens de Rejeitos da Samarco Mineração em 05/11/2015 no Distrito de Bento Rodrigues, Município de Mariana/MG, bem como as ações preventivas e reparadoras de direitos humanos resultantes de impactos sociais e ambientais de mineração.

18/11/2015

Expositores: Sr. GENERAL ADRIANO PEREIRA JÚNIOR- Representante do Minsitério da Integração Nacional; Sra. CLÁUDIA BONALUME- Representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Sra. GISELA DAMM FORATTINI - Representante do Ministério do Meio Ambiente; Sr. DUARTE JÚNIOR - Prefeito de Mariana/MG; Sra. SANDRA CUREAU - Subprocuradora da República - Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de MG; Sr. CARLOS HENRIQUE MEDEIROS - Representante do Comitê Brasileiro de Barragens - CBDB; Sr. LUCIANO EVARISTO - Presidente-Substituto do IBAMA; Sra. REGIANE MARIA DE OLIVEIRA GONÇALVES - Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania e Representante da comunidade de Bento Rodrigues, município de Mariana/MG; Sr. LUIS HENRIQUE SHIKASHO - Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Sr. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JÚNIOR - Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; Sr. JOSÉ CARLOS SALES CAMPOS - Diretor-Geral Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral. Sr. RONALDO ALVES BENTO - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Mariana/MG-METABASE.

Requerimentos de autoria dos Deputados Paulo Pimenta, Padre João, Adelmo Carneiro Leão, Fábio Ramalho e Sarney Filho.

Deputados cobram multa mais rigorosa para empresa que causar dano ambiental

Participantes de audiência pública promovida por quatro comissões da Câmara dos Deputados foram unânimes, nesta quarta-feira (18), em atribuir à mineradora Samarco a responsabilidade pelo desastre em Mariana (MG), onde uma barragem de

rejeitos de mineração se rompeu e causou mortes, desaparecimentos e um desastre ambiental que afetou milhares de pessoas e a contaminação do Rio Doce desde as barragens.

Foram analisados os aspectos humanos, ambientais e financeiros da tragédia e os deputados sugeriram mudanças legais para tornar obrigatória a implantação de medidas preventivas e acabar com os limites máximos de multas por danos ambientais a empresas responsáveis por desastres dessa natureza.

A barragem, chamada Fundão, pertence à mineradora Samarco, controlada pela Vale do Rio Doce e pela anglo-australiana BHP. Ela se rompeu no dia 5 de novembro em Mariana, cidade histórica a 124 quilômetros de Belo Horizonte. O rompimento, considerado o maior desastre ambiental do País, provocou um tsunami de lama que destruiu o distrito de Bento Rodrigues, a 35 quilômetros do centro de Mariana, e propriedades rio abaixo.

A lama atingiu o Rio Doce, provocando mortandade de peixes e prejudicando o abastecimento de água em dezenas de cidades e vilarejos nos estados de Minas e Espírito Santo. Cerca de 20 pessoas morreram, segundo avaliações do final de novembro. Mais de 600 pessoas ficaram desabrigadas.

Multa sem limite

O deputado Sarney Filho (PV-MA), presidente da Comissão Externa que visitou os locais atingidos, anunciou que o relatório final do colegiado vai recomendar o fim do limite máximo de multa por danos ambientais aplicadas a empresas responsáveis por desastres desse tipo. A alteração na multa máxima, de R\$ 50 milhões, tem de ser aprovada pelo Congresso Nacional.

No caso do desastre ocorrido em Mariana, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou à Samarco cinco multas, num total de R\$ 250 milhões.

Luciano Evaristo, presidente-substituto do Ibama, esclareceu durante a audiência pública que a lei não permite multa maior. “Este é o mais catastrófico acidente com barragem no País. Há mais de 500 quilômetros de rios atingidos, mas depende do Congresso alterar a legislação”, explicou.

O representante do Ministério das Minas e Energia, Carlos Nogueira da Costa, disse que as multas aplicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) são irrisórias. “Deveriam ser de, no mínimo, R\$ 100 milhões”, disse.

O prefeito de Mariana, Duarte Júnior, também criticou o valor baixo das multas e manifestou preocupação com a crise financeira do município, que depende da mineração. “Multa de 50 milhões é pouco; a lei tem que prever que o valor seja revertido para as cidades atingidas”, disse.

Segundo ele, com a suspensão das atividades da Samarco a prefeitura vai deixar de arrecadar, a partir de janeiro, o Imposto sobre os Serviços (ISS) e deixar de receber a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). “Com isso, os serviços básicos à população estão ameaçados. A Samarco, a única responsável, tem que arcar com esses prejuízos”, disse.

Para o deputado Sarney Filho, a multa não pode ser confundida com a reparação dos danos. “A reparação é obrigação, seja ela de R\$ 5 bilhões, R\$ 10 bilhões. A empresa vai ter que revitalizar toda a bacia que ela foi responsável por ter matado. A multa é uma penalidade e não deve ter teto”, disse.

Falta de aviso

A mineradora Samarco também foi acusada de não avisar os moradores atingidos sobre o rompimento da barragem, o que impediu a fuga de vítimas.

Cláudia Bonalume, representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, disse que não havia plano de evacuação dos atingidos: “Com isso, perdemos cinco adultos e cinco crianças.”

A falta de plano de emergência foi confirmada por uma moradora atingida, Rosilene Gonçalves da Silva. Ela gravou um depoimento apresentado na audiência. Rosilene morava no povoado de Bento Rodrigues, a 35 quilômetros do centro de Mariana, que foi totalmente destruído. “Ninguém foi avisado. A barragem começou a romper duas horas antes e daria tempo para avisar todo o mundo. Eles tinham os nossos celulares. A preocupação deles era só com o lucro que estavam tirando dali; consideravam a gente como lixo”, disse.

A subprocuradora da República Sandra Cureau, coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Minas Gerais, disse estar “estarecida” com o comportamento da mineradora Samarco.

“Houve total falta de respeito da Samarco com os seres humanos. Ela não tinha plano de emergência e não sabe nem para quem avisou. E disseram que não têm de pedir desculpas a ninguém”, criticou, referindo-se a entrevistas de um diretor da empresa.

Participantes de audiência confirmam risco de rompimento de outra barragem e de diques em MG

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) comunicou oficialmente à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, órgão do Ministério da Integração Nacional, o risco de rompimento iminente de outra barragem no município de Mariana (MG), Santarém, e dos diques de Sela, Selinha e Tulipa – que ajudam a dar sustentação a outra barragem, a Germana, que também corre risco.

"Temos que nos precaver", alertou Walter Arcoverde, diretor de Fiscalização do DNPM, em audiência pública das comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Legislação Participativa, Direitos Humanos e Minorias e Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Parlamentares e convidados discutem o desastre ocorrido em Minas Gerais pelo rompimento de uma barragem, que começou em Mariana e já afetou milhares de pessoas ao longo do rio Doce, comprometido por mais de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração.

A mineradora Samarco, responsável pelas estruturas, admitiu que o dique Selinha tem apenas 22% de sustentação, enquanto Santarém tem 37% - sendo que o recomendado pelas normas brasileiras é que esse percentual de segurança seja maior que 50%.

Ronaldo Alves Bento, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro de Mariana, confirmou o risco de rompimento e acusou a empresa de não retirar todos os trabalhadores de unidades existentes rio abaixo. “Existe, sim, iminente perigo de rompimento. Tem gente que não foi desmobilizada em Barra Longa e outros distritos. Temos que nos preocupar, sim, com um plano de ação”, enfatizou.

Código de Mineração

Participantes da audiência também sugeriram a paralisação da tramitação do Código de Mineração (projetos de lei 5807/13, 37/11 e outros), que está prestes a ser votado por uma comissão especial da Câmara, com possibilidade de ir diretamente para o Plenário.

Segundo o deputado Nilto Tatto (PT-SP), a proposta reduz ainda mais a capacidade de fiscalização das empresas mineradoras. “O relatório em tramitação nesta Casa é muito mais flexível que a legislação atual”, criticou.

A proposta de suspender a tramitação do código foi apoiada por Sarney Filho e pelo deputado Ivan Valente (Psol-SP). “Temos que zerar a discussão e acrescentar medidas preventivas e punitivas para estes casos”, disse Valente.

Contagem de danos

Segundo os primeiros levantamentos, dos 55 milhões de m³ de rejeitos armazenados na barragem de Fundão, pelo menos 40 milhões atingiram o rio e já chegam ao mar, no Espírito Santo. Outras duas barragens vizinhas, Santarém e Germano, correm risco de se romper.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) comunicou oficialmente a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil sobre o risco de rompimento iminente da barragem de Santarém e dos diques de Sela, Selinha e Tulipa, que ajudam a dar sustentação a outra Barragem, a Germana, que também corre risco.

A informação foi fornecida por Walter Arcoverde, diretor de Fiscalização do DNPM. “Temos de agir preventivamente”, disse. A mineradora Samarco, responsável pelas estruturas, admitiu que o dique Selinha tem apenas 22% de sustentação, enquanto Santarém tem 37% — e o recomendado pelas normas brasileiras é um percentual de segurança maior do que 50%.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro de Mariana, Ronaldo Alves Bento, confirmou o risco de rompimento e acusou a empresa de não retirar todos os trabalhadores de unidades rio abaixo. “Há gente que não foi desmobilizada em Barra Longa e outros distritos. Temos de nos preocupar, sim, com um plano de ação”, disse.

Manifestantes contra os impactos da mineração são presos

Uma semana depois da audiência pública que tratou do tema, militantes fizeram manifestação na Câmara dos Deputados contra os impactos da Mineração e foram presos. O Presidente da CDHM se posicionou:

NOTA PÚBLICA

A polícia legislativa da Câmara dos Deputados cometeu hoje uma grave violação de direitos humanos.

Ativistas protestaram no Hall da Taquigrafia contra a empresa Vale do Rio Doce e o Código de Mineração. Em performance teatral que usava argila, os militantes encenaram as consequências da tragédia em Minas Gerais e bradaram contra o projeto de lei que consideram “Mais Mariana”.

Em uma postura arbitrária, que viola as garantias de liberdade de expressão e manifestação, agentes prenderam “em flagrante” e indiciaram os jovens. Tiago Nogueira, Augusto Gomes, Ivan Gondorek e Clarkson Félix são apontados pelo Departamento de Polícia Legislativa como se tivessem cometido três crimes.

O primeiro, o crime ambiental de pichar edificação. De fato, como mostram os vídeos, os manifestantes escreveram a palavra “morte” na parede do Hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados; mas o fizeram com um material tão leve e lavável que em minutos a parede já estava branca novamente.

O segundo crime que lhes foi imputado foi o de injúria qualificada pelas vias de fato. Sim, porque com a mão suja de lama um deles esbarrou em um policial legislativo, sujando-lhe o terno. Um terno sujo de lama é um bem jurídico relevante o suficiente para ser protegido pelo tipo de injúria qualificada?

O terceiro crime foi o de resistência à prisão, a qual, segundo testemunhas dos fatos, não passou da resistência normal de qualquer pessoa que se considera sendo presa injustamente, como foram os jovens.

É reveladora da seletividade geral do sistema de segurança pública e de justiça que não exista nenhuma pessoa presa pela destruição de uma bacia hidrográfica inteira, mas que existam quatro ativistas presos por protestar contra esse absurdo. Presos por crime ambiental!

É relevadora também da truculência da administração da Casa a criminalização de condutas de liberdade de expressão e reivindicação política; ainda mais porque o objeto da contestação era a maior tragédia ambiental da história brasileira.

Esperamos que o sistema de justiça cumpra seu papel e que relaxe a prisão e não dê prosseguimento à persecução penal dos jovens. E esperamos que a administração da Casa reveja a postura antidemocrática e violadora de direitos humanos que vem assumindo.

Brasília, 25 de novembro de 2015.

Deputado PAULO PIMENTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara

Memória

Frei Tito de Alencar recebe homenagem em sessão da CDHM no Ceará

Sessão Solene em homenagem ao Frei Tito de Alencar

28/09/2015

Requerimento de autoria dos Deputados Paulo Pimenta e Luizianne Lins

Com vistas à importância da memória de Tito para a democracia e os direitos humanos no Brasil, a CDHM realizou, no dia 28 de setembro, no Theatro José de Alencar, em Fortaleza, uma sessão solene em comemoração aos 70 anos de Frei Tito. A solenidade contou com apresentação da peça "Frei Tito: vida, paixão e morte", com o grupo Formosura de Teatro e texto de Ricardo Guilherme.

O evento, uma iniciativa do mandato da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), com apoio do Instituto Frei Tito de Alencar, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará e da Agência de Informação Frei Tito para a América Latina e Caribe (Adital), tem como objetivo promover a memória e o diálogo sobre a contribuição desse importante lutador social do povo brasileiro.

"Em meio a tantos retrocessos que estamos vivenciando em nosso país, a memória de Frei Tito nos enche de graça, coragem e amor ao próximo. E nos motiva a, como ele, resistir! Celebrar esta data é lembrar um período obscuro da história brasileira, onde a liberdade e a democracia foram suplantadas. É resgatar o fato de que foi através da luta de muitos brasileiros e brasileiras que a esperança foi restaurada em nosso País", afirma a deputada Luizianne. Juntamente com o deputado federal Paulo Pimenta (PT – Rio Grande do Sul), Luizianne apresentou um requerimento à Câmara para a realização do evento. No documento, ela justifica o pedido argumentando que o religioso foi um "cidadão símbolo de orgulho para cearenses e brasileiros, que tanto lutou pela paz e justiça sem perder a dignidade".

"Mesmo nas horas mais obscuras, mesmo nos momentos mais difíceis, a liberdade é um valor fundamental da existência humana. É algo pelo qual devemos lutar sempre, pelo qual devemos resistir. Tito foi um mártir do sofrimento e do pesadelo de toda uma geração que, ao final, mesmo com tanta dor e tantas mortes, acabou triunfando, acabou reconduzindo o Brasil à democracia e à liberdade", ressalta ainda Luizianne.

O evento contou com a presença da família de Frei Tito. Em entrevista à Adital, Lucia Alencar, sobrinha do homenageado, fala sobre a importância que a data representa para família. "É uma data cheia de saudades e muito significativa, pois mostra como foi grande o seu legado". Para o professor Valter Pinheiro, que estudou junto com Frei Tito, no Liceu do Ceará, em Fortaleza, e, hoje, faz parte do Comitê pela Memória Verdade e Justiça do Estado, a homenagem ao Frei Tito é vista como uma forma de manter viva a memória e mostrar que sua luta não morreu. "A memória de Frei Tito busca gerar uma reflexão sobre o passado e incentivar ações em defesa dos direitos humanos".

"Sempre digo que Frei Tito não pertence à família e sim ao povo brasileiro, pois dedicou sua vida ao seu povo e, hoje, nós da família damos continuidade ao seu legado" comenta Lucia. Para Lucia, esperança e justiça foram a principal mensagem deixada por Frei Tito. "Ele foi o maior exemplo de vida em termos de luta pela democracia neste país", ressalta Neuda Lima, cunhada de Frei Tito.

"Defino Frei Tito como símbolo da nossa luta, pois sua principal mensagem foi a construção de uma sociedade justa, voltada para os interesses da maioria da população e para a libertação da classe trabalhista" assinala Valter Pinheiro.

Breve histórico

Nascido no dia 14 de setembro de 1945, em Fortaleza, Tito de Alencar foi eleito dirigente regional da JEC [Juventude Estudantil Católica], em 1963, com sede em Recife [Estado de Pernambuco]. Deixou o Ceará quando tinha 18 anos. Três anos depois, entrou no noviciado dos dominicanos, em Belo Horizonte [Minas Gerais].

Foi residir no Convento das Perdizes [São Paulo], em 1967, após fazer uma profissão simples dos votos, e para estudar Filosofia na Universidade de São Paulo (USP).

Em outubro de 1968, Tito foi preso quando participava de um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna [São Paulo]. Foi fichado pela polícia e tornou-se alvo de perseguição da repressão militar. No dia 04 de novembro de 1969, foi preso acusado de manter contatos com a ALN [Ação Libertadora Nacional], de Carlos Marighella. No início de 1970, o frade foi torturado nos porões da chamada "Operação Bandeirantes". Na prisão, ele escreveu sobre a tortura sofrida. O documento correu o mundo e se transformou em um dos símbolos da luta pelos direitos humanos.

No dia 10 de agosto de 1974, um morador dos arredores de Lyon encontrou o corpo de Frei Tito suspenso por uma corda. Ele foi enterrado no cemitério dominicano do Convento Sainte-Marie de La Tourette, em Éveux. Em 25 de março de 1983, o corpo de Frei Tito chegou ao Brasil.

CDHM debate Comissão criada pela OAB sobre a escravidão negra

Audiência pública para debater os princípios e objetivos da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da OAB.

30/09/2015

Expositores: Dr. WILSON PRUDENTE - Procurador do Ministério Público do Trabalho; Dr. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR - Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil da Ordem dos Advogados do Brasil; Dra. IVONE FERREIRA CAETANO - Desembargadora, membro da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil - CNVENB; Sr. JOSÉ ANTÔNIO VENTURA - Presidente da Confederação Nacional Quilombola CONFAQ; Dr. MAURÍCIO PESTANA - Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo - SMPiR; Dr. GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO - Secretário de assuntos legislativo do Ministério da Justiça.

Requerimento de autoria da Deputada Rosângela Gomes.



Audiência pública da CDHM. Créditos: Gilmar Felix / Câmara dos Deputados

Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil da OAB foram debatidos no dia 30 de setembro. Os parlamentares ficaram a par das atividades do grupo, que desde o ano passado elabora relatório sobre os crimes perpetrados durante tantos anos no Brasil.

Segundo o presidente da Comissão, Humberto Adami, os trabalhos são pautados por três eixos: quais foram os crimes cometidos durante a escravidão, por que eles foram praticados e suas circunstâncias, como local e data. O grupo é dividido entre a elaboração de uma bibliografia e o levantamento de provas concretas.

Para o advogado, a construção da história brasileira foi apagada. Na tentativa de resgatá-la, a Comissão da Verdade já tem representação em 12 Estados. “Temos que celebrar nossos ancestrais, fazer o negro se sentir representado na sociedade brasileira”, disse. A Comissão apresentará relatório parcial em novembro deste ano, ficando para 2016 o documento finalizado.

Além de Adami, participaram da audiência Ivone Ferreira Caetano, desembargadora; Wilson Prudente, procurador; José Antônio Ventura, presidente da Confederação Nacional Quilombola; Maurício Pestana, secretário municipal de promoção da igualdade racial de São Paulo; e Gabriel Sampaio, secretário de assuntos legislativos do Ministério da Justiça.

O requerimento para a audiência pública foi feita pela deputada Rosangela Gomes (PRB-RJ) e aconteceu na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Diversos parlamentares participaram do encontro, elogiando a iniciativa da OAB de buscar resgatar a história do país.

Audiência

Para Gabriel Sampaio, do Ministério da Justiça, o resgate da memória sobre o período da escravidão nos ajudará a explicar, por exemplo, um reflexo dele: a mortalidade da juventude negra do país. A desembargadora Ivone Ferreira explicou que a cultura escravocrata continua até hoje. Segundo ela, uma das razões do preconceito é pela falta de conhecimento da história. “Ter a pele negra nesse país é matar cinco leões por dia”, disse.

Maurício Pestana, da Secretaria Municipal de Integração Racial de SP, afirmou que o trabalho da Comissão se faz necessário para que as conquistas da população negra continuem avançando. José Antônio Ventura alertou para a pouca atenção dada no Brasil à população quilombola.

Por fim, o procurador Wilson Prudente explicou a importância da Comissão da Verdade para a superação de episódios históricos traumáticos. Ele ainda comentou que o grupo da OAB criticará no relatório o envolvimento de governantes brasileiros e portugueses no tráfico de africanos, além de derrubar mitos sobre o período, como o de que a escravidão foi legal. “O Brasil vive assustado pelo fantasma da escravidão, precisamos exorcizá-lo”, disse.

Direitos civis e políticos

Comissão de Direitos Humanos promove discussão sobre Reforma Política

Seminário debate direitos humanos e reforma política.

26/05/2015

EXPOSITORES: - Sr. José Antônio Moroni, representante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político; Sra. Rosane Bertoti, representante da Central Única dos Trabalhadores; Sr. Marcos Araujo, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.



Manifestante durante audiência pública da CDHM. Créditos: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

Na semana em que a agenda legislativa da Câmara dos Deputados iniciou a votação dos projetos da reforma política, a CDHM promoveu Seminário para debater o tema, requerido pelo Deputado Marcon (PT/RS), dando voz aos movimentos sociais que lutam por um sistema mais plural e democrático.

Para o presidente do colegiado, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), a reforma política tem implicações importantes para os direitos humanos e para as minorias sociais. Isso porque uma das finalidades da regra eleitoral proporcional, que é aquela pela qual são eleitos os deputados no Brasil, é garantir justamente a representação de minorias. E é isso que estava ameaçado pela proposta de regra majoritária, a do “distritão”, que enfim foi derrotada em Plenário. “Em vez de avançar para se

democratizar e se pluralizar mais a representação, uma eventual aprovação do distritão implicaria retrocesso para a democracia”, afirmou.

Além disso, para ele, a regra de financiamento de campanhas tem muito a ver com os direitos humanos civis e políticos. “Quando as empresas têm um peso tão grande em determinar quem será eleito, a soberania popular é sequestrada, digamos assim, por interesses que não são necessariamente os interesses das pessoas, mas que são os interesses das corporações”.

A Reforma Política em debate no Congresso foi criticada pelos expositores representantes da sociedade civil. Rosane Bertoti, representante da Central Única dos Trabalhadores, Marcos Araujo, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e José Antônio Moroni, representante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, ponderaram que o que se quer são avanços para se garantir um sistema eleitoral e político verdadeiramente democrático, o que implica no fim do financiamento empresarial, em cotas para mulheres e outras minorias, e na manutenção do sistema proporcional para eleição de deputados e vereadores, além de se ampliar os instrumentos de democracia direta. Eles defendem uma constituinte exclusiva para isso.

Rádios comunitárias e liberdade de expressão

Audiência pública para discutir sobre a Criminalização da Radiodifusão Comunitária

24/09/2015

Expositores: Sra. IRINA KARLA BACCI - Ouvidora Nacional dos Direitos Humanos da Secretária de Direitos Humanos da Presidência; Sr. ALAN TRAJANO - Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; Sr. CLEMENTINO DOS SANTOS LOPES - Coordenador das Regionais da ABRAÇO do Rio Grande do Sul; Sr. JERRY ALEXANDRE DE OLIVEIRA - Representante do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC).

Requerimento de iniciativa do Deputado Paulo Pimenta.

Em 1998 foi aprovada a lei (9612/98) que institui o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil com o objetivo de democratizar a comunicação. Entretanto, as entidades representativas têm reclamado de perseguição punitiva por meio de portarias e decretos que limitam seu alcance.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) se posicionou contrária à criminalização das rádios comunitárias e defendeu apoio às emissoras. Ela afirmou que o Poder Público deve pensar em políticas que autorizem o funcionamento da radiodifusão comunitária e também em medidas de fomento.

“Além de enfrentar a criminalização da radiodifusão comunitária, é fundamental que o Estado garanta, além da democratização das outorgas, mecanismos para o empoderamento cidadão, o fortalecimento das rádios e o sentimento de pertencimento comunitário. É preciso ainda territorializar”, afirmou a Erika.

O consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Alan Trajano, rebateu as críticas e disse que a descriminalização despreparada pode causar o uso indiscriminado das radiofrequências. Mas afirmou que o ministério é favorável à apreciação do processo de outorga das rádios comunitárias, desde que elas se mantenham no limite de 200 watts de frequência e não interfiram em outras emissoras.

No entanto, na opinião do coordenador das regionais da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) do Rio Grande do Sul, Clementino Lopes, o Ministério das Comunicações julga de formas diferentes as rádios comunitárias e as comerciais.

“Nós temos parte da lei 9612/98, que é inconstitucional, quando fala inclusive que as rádios comunitárias não podem intervir nas rádios comerciais, mas as comerciais podem intervir nas comunitárias?”, questionou o convidado.

Cooperação internacional em direitos humanos

Um dos preceitos fundamentais dos direitos humanos é sua universalidade. Alinhada com essa construção histórica, a Constituição do Brasil de 1988 estabeleceu que nossas relações internacionais regem-se também pelo respeito aos direitos humanos. Desta forma, a cooperação entre estados e organizações sociais para a promoção desses direitos é parte das atividades da CDHM. A experiência brasileira no setor tem despertado interesse no mundo, atraindo diversas delegações e representantes de organismos internacionais que vem ao Brasil e visitam o colegiado parlamentar para conhecer sua estrutura e funcionamento.

Conheça, a seguir, o relato de debates sobre temas internacionais realizados no semestre e das visitas recebidas pela CDHM.

Comissões intercedem pela libertação do brasileiro preso em greve de fome na Palestina

Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deputada Jô Moraes (PC do B-MG), participam de negociações para a libertação do cidadão brasileiro Islam Hasan Jamil Hamed, preso em cárcere palestino desde 2010 e que se encontrava há 73 dias em greve de fome.

Foram realizadas reuniões envolvendo presidentes das duas comissões legislativas, os embaixadores da Autoridade Palestina e de Israel, familiares e amigos do Sr. Islam Hamed.

Após os pedidos dos parlamentares, o brasileiro foi solto. Em nota conjunta os presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional saúdam a libertação de brasileiro e pedem salvo-conduto para para que ele possa voltar com segurança ao Brasil.

Leia as manifestações.

Nota conjunta

Os presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deputada Jô Moraes (PC do B-MG), participam de negociações para a libertação do cidadão brasileiro Islam Hasan Jamil Hamed, preso em cárcere palestino desde 2010 e que se encontra há 73 dias em greve de fome, depois de ter cumprido pena de três anos.

Representantes das referidas comissões legislativas reuniram-se nesta data com o embaixador da Palestina, Ibrahim Alzeben; o subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães; Aline Baker, prima em primeiro grau de Islam Hamed, e representantes do comitê de entidades de apoio a Islam Hamed.

Também foi convidado o embaixador de Israel no Brasil, que infelizmente não atendeu ao convite das comissões.

Na reunião de hoje o embaixador Ibrahim Alzeben respondeu afirmativamente a uma solicitação formulada pelas comissões: a Autoridade Palestina autoriza de imediato o acesso de jornalistas brasileiros ao cárcere de Islam Hamed, em Ramala, e que se compromete em propiciar as melhores condições possíveis ao custodiado. O embaixador voltou a garantir que a Palestina está pronta a libertar Islam Hamed, caso ele próprio, sua família e as autoridades brasileiras assumam a responsabilidade por conduzi-lo até a Jordânia, de onde viajaria para o Brasil.

Islam Hamed cumpriu a pena de três anos estabelecida pela justiça da Autoridade Palestina, por ato violento de resistência; Israel, por sua vez, informou, em nota, que não tem intenção de permitir sua saída da prisão e que vai investiga-lo por crime cuja pena pode chegar a 40 anos de prisão.

O subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior afirmou que o governo tem feito gestões intensivas para a obtenção de salvo-conduto de Israel para que Islam Hamed possa ser repatriado ao Brasil.

A deputada Jô Moraes e o deputado Paulo Pimenta esclareceram que a motivação das comissões que presidem é humanitária, com o objetivo de colaborar nos esforços para preservar a vida e a liberdade de Islam Hamed, cidadão brasileiro em greve de fome por mais de 70 dias.

Também anunciaram que vão reiterar, a partir de hoje, a tentativa de diálogo com o embaixador de Israel, Reda Mansour, a quem solicitarão uma audiência.

Brasília, 23 de junho de 2015

Deputado Paulo Pimenta

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Deputada Jô Moraes

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nota conjunta

Os presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional saúdam a libertação do brasileiro de ascendência palestina Islam Hamed da prisão onde estava detido, na cidade palestina de Ramala, por volta das 20h (horário local) desta terça-feira (21).

Na segunda-feira, Hamed havia completado 100 dias de greve de fome e perdido 30 quilos, segundo a família. Islam Hamed reivindicava o direito de ser libertado e vir para o Brasil e por isso entrou em greve de fome em protesto.

O brasileiro cumpriu a pena de três anos estabelecida pela justiça da Autoridade Palestina, por ato violento de resistência; Israel, por sua vez, informou em nota ao Itamaraty que não tinha intenção de permitir sua saída da prisão e que vai investiga-lo por suposta prática de ato delitivo cuja pena pode chegar a 40 anos de prisão.

As comissões intercederam junto aos embaixadores de Israel e da Autoridade Palestina no Brasil pela libertação de Islam Hamed e pela concessão de salvo-conduto por Israel para que o brasileiro possa voltar ao Brasil.

Neste momento, de acordo com a família, Hamed está escondido. Apesar das acusações de Israel, documento em árabe traduzido a pedido do Itamaraty e enviado à família de Islam Hamed no Brasil revela que a Justiça palestina não encontrou provas de que ele tenha atirado nos colonos israelenses.

A família ainda não sabe dizer como Hamed foi solto, já que uma das exigências da Autoridade Palestina para que ele saísse da prisão era a assinatura de um termo de responsabilidade pela vida do brasileiro-palestino. A família teme pela sua segurança e voltou a solicitar a intercessão destas comissões legislativas.

A atuação mediadora dos dois presidentes de comissões é movido por razões humanitárias e atende ao pedido da família.

Tendo em vista a situação delicada em que se encontra o brasileiro Islam Hamed e a importância da manutenção do apoio institucional para que ele possa regressar em segurança para o Brasil, apelamos:

- Ao Itamaraty, para que prossiga com gestões para a obtenção de salvo-conduto para que Islam Hamed possa ser repatriado ao Brasil;

- À Autoridade Palestina, para que assegure as condições ao seu alcance para que Islam Hamed possa sair do seu território

em segurança;

- Às autoridades de Israel, para que concedam o salvo-conduto a Islam Hamed, o que será para todos nós uma demonstração efetiva de boa-vontade e consideração.

Brasília, 21 de julho de 2015

Deputado Paulo Pimenta

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Deputada Jô Moraes

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Procurador pede ratificação da Convenção Internacional do Trabalhador Migrante

Audiência Pública para discutir a política externa brasileira e os direitos humanos.

17/06/2015

Expositores: Ministro ALEXANDRE PEÑA GHISLENI - Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Dr. AURÉLIO VEIGA RIOS - Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Sra. CAMILA KOCH - Secretária-Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; Sra. FERNANDA LAPA -

Coordenadora-Executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos; e Sr. RODRIGO DE OLIVEIRA MORAIS - Assessor Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Pimenta

O Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios, defendeu em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias a ratificação pelo Congresso de convenção internacional que estabelece normas mínimas de proteção aos direitos trabalhistas do migrante trabalhador, garantindo a ele direitos típicos dos cidadãos do país em que se encontra. Em nota, o procurador manifesta à Presidência da Câmara a necessidade de indicar os membros titulares da comissão especial para analisar o texto (Mensagem 696/10 do Poder Executivo) e solicita ao presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta, que discuta e avalie o em audiência pública a adequação da Convenção para o atual cenário social brasileiro.

De acordo com o procurador Aurélio Rios, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos membros de suas Famílias é considerado um dos sete tratados internacionais mais importantes em matéria de direitos humanos no âmbito das Nações Unidas.

O tratado ratificado por 49 países, incluindo os parceiros do Mercosul, disse o procurador, está baseado em normas e princípios da Convenção sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório, da Convenção Relativa ao Trabalhador Migrante e da Convenção sobre Abolição do Trabalho Forçado, textos aprovados pelo Congresso brasileiro.

Aurélio Rios lembrou ainda outro texto legal em tramitação, a Lei das Migrações, aprovada no Senado em maio, e que agora será analisado pela Câmara. O novo texto garante mudanças em relação à legislação vigente sobre o imigrante (Estatuto do Estrangeiro, de 1980) e representa importante mudança de paradigma. De acordo com o procurador, a lei vigente está imbuída de princípios da Lei da Segurança Nacional, da ditadura militar, que entendia o estrangeiro como uma ameaça e era visto com desconfiança.

Vale lembrar que o texto de uma convenção internacional terá aprovação no Congresso se contar com aprovação da maioria simples em cada Casa Legislativa. Caso aprovado, cumpre ao presidente do Congresso Nacional editar o decreto legislativo e determinar sua publicação.

Responsabilidade internacional dos entes federados - Na audiência, o deputado Luiz Couto (PT/PB) questionou os debatedores sobre o fato de que notificações internacionais em que há envolvimento ativo em violações de direitos humanos

por parte de estados e municípios não geram imputações para esses entes federados. O representante do Ministério de Relações Exteriores, ministro Alexandre Ghisleni, disse que nesses casos a União acaba sendo responsabilizada. No entanto, afirmou que a questão está sendo debatida na esfera pública e que, futuramente, um ato normativo poderá regular o problema.

Brasileiros presos no exterior - O deputado questionou ainda situações possíveis de brasileiros presos no exterior, em que o país que os prendeu não presta informações. Ghisleni lembrou que existe convenção internacional que obriga os governos a informar o país de origem quando o estrangeiro é preso. A regra, no entanto, nem sempre é cumprida. Muitas vezes o Itamaraty conta inicialmente com informações do parente do brasileiro preso para prestar assistência no exterior. Sobre a questão, o procurador Aurélio Rios ressaltou que o Itamaraty evoluiu muito nos últimos tempos. “No passado”, afirmou, “eram raros os embaixadores e cônsules que adentravam a uma penitenciária.” O procurador citou o caso de um brasileiro que permaneceu cerca de quatro anos numa penitenciária da cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, sem contar com assistência legal.

Relação com organismos internacionais - Fernanda Lapa, do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, levantou a falta de repasses financeiros à Organização dos Estados Americanos, desde 2009. O representante do Ministério das Relações Exteriores confirmou que o país deve à OEA e outros organismos internacionais, e que procura equacionar essas dívidas.

Alexandre Ghisleni destacou ainda recentes atuações externas do país em direitos humanos. Ele destacou a atuação do país na defesa do direito à privacidade em recente reunião das Nações Unidas. O direito de privacidade, explicou, “é o direito de poder comunicar-se com outra pessoa, sem interferências ou vazamentos”. De acordo com o diplomata, o Brasil não apenas assinou, com também liderou a Convenção Interamericana de Direitos dos Idosos. “É o primeiro instrumento internacional juridicamente vinculante voltado para a proteção e a promoção dos direitos das pessoas idosas.”

Presidente da CDHM recebe deputados tibetanos

Para intensificar o intercâmbio parlamentar e ampliar o conhecimento e as relações institucionais entre a China e o Brasil, uma delegação sino-tibetana esteve no dia 14 de abril na Câmara dos Deputados, onde foi recebida pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Atuando como porta voz dos parlamentares do Tibete, hoje uma região autônoma da República Popular da China, que anexou o território em 1950, o deputado Xinza Danzenqzha destacou que as minorias étnicas são respeitadas por meio da representação política.

Citou sua própria etnia, que possui 700 membros e, mesmo tão pequena, tem garantida representação política na assembleia. Ele é vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular da Região Autônoma do Xizang.

O parlamentar tibetano disse também que, em sua região, existe respeito à diversidade religiosa. Ele informou a existência no local, de muçulmanos e hinduístas que, minoritários, praticam suas crenças em templos de suas religiões. A religião predominante no Tibete é o budismo tibetano.

Xinza destacou que, nos últimos 30 anos, o Tibete passa por forte ascensão econômica. O PIB local passou de US\$ 30 milhões, em 1951, para US\$ 15 bilhões, em 2014.

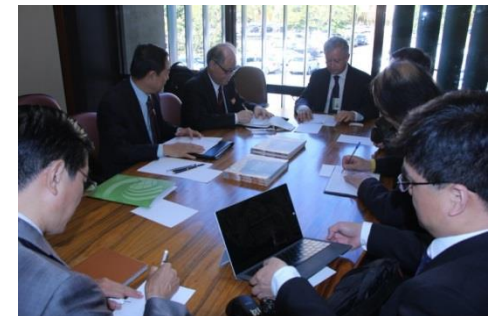
O presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta, destacou o acolhimento de muitos imigrantes chineses no Brasil e a importância da contribuição do povo chinês para a miscigenação de culturas no país.

Delegação chinesa vem conhecer experiência brasileira em direitos humanos

Uma delegação do Departamento de Direitos Humanos do Conselho de Estado da China, chefiada por seu subdiretor geral, Huang Junxian, visitou a Comissão de Direitos Humanos (CDHM) no dia 3 de julho. A maioria dos integrantes era de professores catedráticos da área de direitos humanos.

Houve uma troca de experiências e informações sobre a estrutura institucional e as políticas públicas mais importantes em vigência na área no Brasil e na China. A delegação mostrou muito interesse em conhecer a estrutura e funcionamento da CDHM.

Na ocasião, o Sr. Junxian, em nome do Conselho de Estado da China, convidou o presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta, a visitar o país em setembro de 2015, para participar do Fórum de Direitos Humanos de Beijing, cujo tema será “Vitória da Guerra Anti-fascista e Progresso dos Direitos Humanos”, com participação de especialistas e personalidades de diversos países.



*Delegação chinesa é recebida na Comissão de Direitos Humanos.
Créditos: Luiz Henrique Oliveira.*

Relator da ONU sobre Tortura recebe contribuições da CDHM

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), deputado Paulo Pimenta (PT-RS) recebeu no dia 6 de agosto o relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Juan Méndez.

Em missão oficial no Brasil no período de 3 a 14 de agosto, o representante da ONU e sua equipe dialogam com autoridades e sociedade civil em busca de subsídios para o relatório a ser apresentado à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

O relator - jurista e professor de nacionalidade argentina - reconheceu que o Brasil vem realizando progressos, mas que muito pode ser feito na direção dos melhores padrões internacionais. E solicitou do presidente da CDHM contribuições para compreender melhor a situação e desafios que o País enfrenta, além de propostas de avanços.

O deputado Paulo Pimenta destacou, no campo de trabalho do relator, a situação do sistema penitenciário. Explicou que a Lei de Execuções Penais do País é relativamente recente, de 1994. “O problema central não é falta de leis, mas a enorme resistência na sociedade ao investimento na humanização do sistema, que poderia evitar indicadores negativos, como a reincidência, hoje em torno de 70%. Recursos orçamentários deixam de ser aplicados porque municípios resistem a aceitar a instalação de unidades prisionais”, informou o presidente da CDHM.

O relator mostrou-se preocupado com a possibilidade de aprovação da PEC 171, argumentando que a redução da maioria penal violaria tratados internacionais. O presidente da CDHM e o relator da ONU convergiram no entendimento de que, ao invés de superlotar o sistema com mais adolescentes, mais produtivo e coerente com os parâmetros dos direitos humanos é buscar o efetivo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo Paulo Pimenta, “há gestores que deixam de aplicar medidas socioeducativas e, ao mesmo tempo, defendem reduzir a maioria penal.” O presidente da CDHM declarou-se convicto, com base em dados de realidade, de que “quanto mais aplicação do ECA, menos delinquência juvenil”; e que “jogar adolescentes no sistema penitenciário de adultos é alimentar as organizações criminosas que o controlam internamente”.

O relator da ONU, por sua vez, defendeu medidas de facilitação do acesso à justiça pelas vítimas de tortura e maus-tratos, a melhoria do atendimento de saúde, do sistema de visitação e da detecção de ocorrência de torturas.

O relatório a ser produzido será apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e deverá conter recomendações às autoridades brasileiras. O documento também passará a ser referência sobre as condições dos direitos humanos no Brasil.

A Constituição Federal, no seu Art. 1º, inclui, entre os seus princípios fundamentais, “a dignidade humana”. Já no Art. 4º, está definido que nossas relações internacionais regem-se, entre outros princípios, pela “prevalência dos direitos humanos”. O Brasil também é signatário dos tratados internacionais de direitos humanos e contra a tortura.

Comissão pede ao governador do RS prorrogação de isenção do ICMS em compras de arroz pelo governo federal para distribuição humanitária da ONU

A sugestão ao governador José Ivo Sartori foi feita pelo presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta, atendendo a pedido da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores.

A proposta era de que o governo do Rio Grande do Sul, por meio de decreto do governador, prorrogasse o Convênio ICMC nº 105, de 2011, que provocou a edição do Decreto Estadual nº 48.660, por meio do qual o Estado concedeu isenção do ICMS nas saídas de alimentos à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), destinadas à União para doação dentro do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, nos termos da Lei Federal 12.429/2011.

Em ofício ao governador, Paulo Pimenta apresentou três justificativas. A primeira, o alcance humanitário, na medida em que estender a vigência do convênio posicionar o Rio Grande do Sul como aliado do Programa Mundial de Alimentos da ONU. A segunda, por reforçar a imagem de Estado produtor de grãos, contribuindo para abrir novos mercados internacionais. A terceira vantagem é que não acarretar despesas ao governo estadual, uma vez que o arroz distribuído é pago pelo Governo Federal. “Os custos aos produtores gaúchos para redirecionar o arroz, caso venham a perder esse mercado já garantido, seria consideravelmente maior que a renúncia do ICMS”, argumentou o presidente da CDHM.

Presidente da CDHM recebe delegação de Uganda

A CDHM recebeu no dia 27 de outubro visita de uma delegação de autoridades públicas em direitos humanos de Uganda, que estava no Brasil para conhecer a experiência do país na área. O grupo africano foi recebido pelo presidente da Comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) explicou o papel do colegiado ao longo de seus vinte anos, nos quais conquistou a credibilidade que lhe permite interceder. “A interveniência da Comissão tem contribuído para cessar violações de direitos, abrir negociações em conflitos e reparar danos”, citou.

Indagado sobre o efeito da incorporação de tratados internacionais no Brasil, Pimenta opinou que eles são benéficos ao país, tendo estimulado avanços, inclusive no poder Judiciário.



Reunião entre Deputado Paulo Pimenta e delegação da Uganda.

Outro interesse manifestado pelas autoridades ugandenses foi em relação a planos e programas governamentais. O presidente da Comissão relatou o processo de construção das conferências nacionais temáticas, a partir das quais o Programa Nacional de Direitos Humanos foi elaborado em suas diversas edições.

Também foram exemplificados tipos de casos que chegam à Comissão, as reuniões semanais do órgão e algumas das políticas públicas que foram objeto de debate nos últimos anos.

Os integrantes da delegação do governo de Uganda foram o Sr. Bisereko Koymuhendo, Comissário do Ministério de Justiça e Assuntos Constitucionais; a Sra. Freda Nalumansi Mugambe, Oficial Jurídica

Sênior da Comissão de Direitos Humanos de Uganda; o Sr. Musa Mudo, Juiz e Oficial Jurídico Sênior do Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais; e a Sra. Eunice Kigenyi, Conselheira no

Ministério das Relações Exteriores. Acompanhou a reunião a Sra. Fabiana Moreira, Primeira-Secretária da Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty.

Relatora da OEA sobre criança e adolescente recebe subsídios da CDHM

Em visita oficial ao Brasil com o objetivo de reunir informações para a elaboração de um relatório temático sobre o funcionamento dos Sistemas Nacionais de Proteção dos Direitos das Crianças nos países das Américas, a relatora do tema na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), Rosa María Ortiz, visitou a CDHM no dia 17 de novembro, quando foi recebida pelo presidente do colegiado, deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

Paulo Pimenta lembrou o espírito de colaboração entre as instituições de direitos humanos e se colocou à disposição para ajudar a relatora da OEA. No encontro, disponibilizou um levantamento das matérias legislativas em tramitação relativas ao tema do informe coordenado pela Dra. Rosa María Ortiz, e avaliou o contexto político em que serão votados os projetos.

Segundo o presidente da CDHM, “embora haja um predomínio de propostas conservadoras em pauta, determinadas por uma situação política mais ampla, a sociedade brasileira começa a reagir, e muitas retrocessos em direitos humanos tendem a ser derrotados no Senado”, previu.

Rosa María Ortiz ofereceu a possibilidade de a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitir pareceres em defesa dos padrões consagrados internacionalmente de direitos da criança e do adolescente, como contribuição ao processo legislativo no Brasil.

A relatora defendeu um olhar mais humanista para a busca de alternativas à privação de liberdade a adolescentes e a mulheres presas por delitos de menor poder ofensivo, sobretudo quando implica em interdição ao direito de amamentar e cuidar dos filhos.

Paulo Pimenta e Rosa María Ortiz levantaram a possibilidade de lançar o relatório que a OEA está preparando na CDHM tão logo o documento seja concluído.

Presidente da CDHM recebe representantes do povo curdo

Representantes do Congresso Nacional do Curdistão, coordenados pelo Sr. Ylmaz Orkan, membro do Comitê de Relações Externas, foram recebidos no dia 19 de novembro pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

Ylmaz Orkan encontrava-se em missão no Brasil para divulgar a luta do povo curdo por reconhecimento e apoio internacional. Ele esclareceu que não pretendem formar um país com território e governo nacional, mas conquistar autonomia nos países em que vivem. A área de referência ancestral dos curdos é a Mesopotâmia, num território que se espalha por quatro países atuais: Turquia, Irã, Iraque e Síria.

O Congresso Nacional do Curdistão está sediado em Bruxelas, em razão das restrições políticas impostas a esse povo pelos quatro países onde vivem.

Outras atividades

- 08/07 – A vice-presidente da CDHM, deputada Rosangela Gomes (PRB-RJ) fez visita de cortesia ao Embaixador da República Dominicana, Alejandro Arias Zarzuela. Na oportunidade, dialogaram sobre a Conferência Internacional sobre Turismo Acessível, a elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos e a questão da imigração na República Dominicana.
- 08/07 – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – A deputada Rosangela Gomes (PRB-RJ) recepcionou os parlamentares portugueses que compuseram o grupo de trabalho integrado à Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), para troca de informações e experiências. A comitiva de Portugal estava composta pelos deputados Carlos Páscoa Gonçalves, Miguel Coelho, Elza Pais, Pedro do Ó Ramos e Ângela Guerra.
- 15/05 - Solenidade de Assinatura do "Livro de Solidariedade com o Povo Palestino" com o Embaixador do Estado da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben - Embaixada do Estado da Palestina no Brasil.
- 21/05 - Reunião com Senhor Bahey eldin Hassan, Diretor da Cairo Institute for Human Rights Studies e a ONG Conectas. Pauta: Crises de direitos humanos ao redor do mundo e situação no Egito. Na CDHM.
- 26/05 - Reunião com representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil, Sr. Andrés Ramirez, e a Diretora do Bureau das Américas Sra. Renata Dubini. Pauta: Informar sobre os temas de interesse legislativo do ACNUR no Brasil. Local: CDHM.
- 02/07 - Reunião com Embaixador da República Dominicana, Alejandro Arias Zarzuela. Pauta: Conferência Internacional sobre Turismo Acessível (22 a 24/07), elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos e a questão da imigração na República Dominicana. Local: CDHM.
- 27/05 – Reunião com o Embaixador em Missão da República Sahara, Mohamed Laarosi Bahia, que explicou a situação de seu país, incorporado desde 1975 ao Reino do Marrocos, e convidou o presidente da CDHM a visitar a região em setembro de 2015.

